

JEF

Jornal da FENPROF | Diretor: Mário Nogueira
Mensal | nº 282 | março 2016 | 0,50 Euros

Orçamento do Estado:
propostas da FENPROF

Pág. 4



Valorizar a Profissão Reafirmar a Escola Pública



DOSSIÊ
Documentos preparatórios
do 12.º Congresso Nacional dos Professores

sumário

A CGTP-IN tem propostas para fortalecer a alternativa

"A CGTP-IN não se limitou a denunciar o caminho de desastre que está a ser seguido. Apresentou propostas alternativas (...)

Falamos na renegociação da dívida (prazos, juros e montantes), (...) reduzir os juros e discutir os próprios montantes; falamos no prolongamento do período para a redução do défice público, porque é no crescimento e na criação de mais e melhor emprego que está o futuro do país.

(...)Falamos da necessidade de se assegurar o controlo público sobre os sectores básicos e estratégicos para o desenvolvimento do país.

Falamos da imperatividade do aumento do poder de compra dos salários, da actualização imediata do Salário Mínimo Nacional, do aumento das pensões e da melhoria das prestações de desemprego (...)

Falamos da economia não registada, que atinge 40 mil milhões de euros, com uma perda de receita superior a 10 mil milhões de euros ao ano. E camaradas, todos vêem, todos sentem, mas eles não fazem nada. Eles não respondem às propostas da CGTP (...) que desafiou o Governo a quantificar, no ano e nos montantes, o combate à fraude e evasão fiscal e, ainda hoje, estamos para saber quando é que isso vai acontecer.

(...) Falamos dos mais de 326 mil milhões de euros transaccionados na bolsa, nos últimos dois anos e meio, e que se fossem taxados, dariam uma receita suplementar ao Estado de 6,5 mil milhões. E porque é que não o fazem? Não é possível taxar 2%, apenas 2%, as transacções na bolsa? Porquê? É possível. Também aqui é uma questão de opção de classe. E nós não vamos largar esta reivindicação camaradas."

Arménio Carlos, XIII Congresso da CGTP-IN, Intervenção de Encerramento

EM FOCO

4. ORÇAMENTO DO ESTADO: AS PROPOSTAS DA FENPROF

BALANÇO

50. CAMPANHA DO 1.º CICLO

06. EM FOCO

Regime de aposentação justo para os docentes, garantia da indispensável renovação geracional

JPO

08. EM FOCO

Conferência debateu "o stresse na profissão docente"

JPO

10. EM FOCO

XIII Congresso da CGTP-IN definiu estratégia sindical

JPO

11. DOSSIÉ

Documentos preparatórios do 12.º Congresso Nacional dos Professores

46. ENTREVISTA

A dois meses do 12.º Congresso da FENPROF e cem dias passados num novo quadro político, o Secretário Geral fala ao JF

52. INTERNACIONAL

FENPROF realiza conferência sindical internacional
MANUELA MENDONÇA

53. NACIONAL

Em defesa da água pública: luz verde ao fundo do túnel.

54. NACIONAL

Serviço público de cultura, trabalho com direitos!

55. CULTURAIS

"Cinco Minutos de Jazz": venham mais 50...

JPO



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: António Avelãs (SPGL), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Jorge Simão (SPZS), Luís Lobo (SPRC), Manuel Nobre (SPZS), Nélcio de Sousa (SPM), Rogério Ribeiro (SPN) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 52.500 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



editorial

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

Os t(r)emores da direita [ou] o pacto contra a mudança

O nosso 12.º Congresso realiza-se num momento muito importante da vida política do país, que tem, também, implicações importantes para a Educação.

Nos difíceis quatro anos da anterior legislatura, envolvemo-nos em inúmeras ações e lutas, algumas prolongadas no tempo, como a greve que mantivemos durante três semanas às avaliações de final de ano. Com ela, obtivemos resultados importantes evitando o agravamento do horário de trabalho por força da imposição das 40 horas e reduzindo ao mínimo o impacto da requalificação.

Toda a ação desenvolvida pelos professores permitiu que a sociedade compreendesse os problemas que existiam e a importância de os solucionar. Não surpreendeu, por isso, que nas primeiras medidas aprovadas pelo atual governo, muitas tivessem a ver connosco: fim da PACC, das bolsas de contratação de escola, do PET/Cambridge ou, ainda, dos exames de 4.º e 6.º anos. Num plano mais geral, registámos e valorizamos o fim da requalificação e o regresso de quem já estava afastado, a reposição integral dos salários em 2016, a eliminação da sobretaxa de IRS em dois anos ou o retorno às 35 horas de trabalho semanal. **Valorizamos todos os ganhos obtidos porque a nossa luta merece ser valorizada.**

Mas, em Educação há uma luta que é de todos os portugueses e não só dos professores: a luta em defesa de uma Escola Pública de qualidade para todos e inclusiva, ou seja, da Escola Democrática.

Destruir a Escola Democrática sempre foi objetivo maior da direita. Persegue-o há muito e, em 2004, esteve perto de o concretizar quando o então ministro David Justino fez aprovar no Parlamento, com os votos de PSD e CDS, uma lei de bases da educação que revogava a Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986, que estabelece a matriz da Escola Democrática. Felizmente, o então Presidente Jorge Sampaio vetou aquela lei. Daí para cá, e já passaram doze anos, a direita nunca desistiu desse seu objetivo, como ficou muito evidente com a apresentação, pelo anterior governo, de um guião para a reforma do Estado e suas implicações na Educação.

É uma escola a duas velocidades, reprodutora das injustiças sociais, a que a direita quer garantir, daí que reaja com dureza perante sinais de alguma mudança. Não a preocupa o fim da PACC, do PET ou das BCE... Preocupa-a é que esse seja o prenúncio de medidas mais profundas que travem o curso que tinham destinado à Educação. E é o medo de mudança que a leva, de novo, a falar num pacto que a evite. Os arautos da direita t(r)emem que alguém transforme a

Escola Pública num lugar em que a pedagogia prevalece, o conhecimento está ao alcance de todos, as capacidades são desenvolvidas, as competências construídas e, corolário de tudo isso, a democracia faz parte da formação integral do indivíduo. Para a direita, nada pior que uma escola democrática a formar cidadãos de corpo inteiro e a contribuir para a consolidação da sociedade democrática.

É ainda cedo para perceber o projeto do atual governo para a Educação e o Orçamento do Estado não nos alivia a preocupação. Mas como é de pequenino que se torce o pepino, é já agora que teremos de propor, de insistir, de pressionar e de continuar a lutar pela Escola Democrática.●

“

Em Educação há uma luta que é de todos os portugueses e não só dos professores: a luta em defesa de uma Escola Pública de qualidade para todos e inclusiva, ou seja, da Escola Democrática



Orçamento do Estado: propostas da FENPROF

AFENPROF avalia como globalmente positivo o Orçamento do Estado (OE) para 2016 aprovado na generalidade, fundamentalmente por não insistir no caminho de crescente sufoco que vinha a ser percorrido, em particular na última legislatura. Não obstante, seria desejável que o orçamento fosse mais benéfico para os trabalhadores e desse início a um ciclo de investimento nos serviços públicos que dão corpo às funções sociais do Estado.

Neste OE, há a relevar um conjunto de medidas que indiciam a inversão do ciclo de empobrecimento que PSD e CDS vinham promovendo e prometiam continuar. No entanto, o OE é tímido, muito em resultado do estado em que o anterior governo deixou o país, bem como pelo facto de, em Bruxelas, dirigentes do PSD terem agido, já com o OE de 2016 em discussão, como adversários de Portugal, denegrindo a atual situação política e dificultando a concretização de políticas socialmente mais justas.

É de assinalar que este OE prevê a reposição integral dos salários na administração pública em 2016, acabando com o corte que se manteve ao longo de toda a anterior Legislatura. Também a redução, este ano, da sobretaxa de IRS e a sua eliminação no próximo, o retorno às 35 horas de trabalho em 2016, o fim do sistema de requalificação ou o retorno dos feriados – dias acrescidos de trabalho sem remuneração – são aspetos que a FENPROF destaca no Orçamento aprovado há dois dias.

E se é verdade que, no que concerne à Educação, relativamente à dotação inicial de 2015, há um aumento na ordem dos 5%, se tivermos em conta o que se prevê ser o executado naquele ano (portanto, a despesa efetivamente feita) deparamo-nos com um corte de 1,4% (-82 milhões), conforme assinala o Relatório do OE. Este indicador gera legítimas preocupações, pois esperava-se, no mínimo, que o ciclo de corte fosse estancado, para, a partir de 2017, se iniciar o crescimento. Um crescimento imprescindível depois de a direita, responsável pelos últimos quatro OE, ter ido muito além do que a própria troika impunha. Fê-lo na sua sanha de eliminar direitos e fragilizar a Escola Pública, retirando-lhe qualidade e capacidade de resposta às necessidades educativas e formativas das populações. Para a atual Legislatura, como constava no guião da reforma do Estado, previa mesmo uma profunda alteração da matriz democrática da Escola Pública, prosseguindo o objetivo de a privatizar ou de reservar o serviço público para os cidadãos de mais baixos rendimentos, designadamente através da desqualificação das ofertas formativas.

O OE aprovado na generalidade pode (e deve), ainda, ser melhorado. Neste sentido, a FENPROF enviará, hoje mesmo, a todos os grupos parlamentares, incluindo ao que anunciou não ir apresentar qualquer proposta, um conjunto de medidas que pretende ver incluídas, em sede de especialidade, na Lei do Orçamento do Estado para 2016. Recordar-

-se que, ao contrário de outros setores da vida nacional, na Educação, o ano escolar não coincide com o ano civil e económico: inicia-se em setembro, pelo que medidas que nele incidam terão de ser previstas ainda neste OE.

5 conjuntos de medidas e 3 propostas que as viabilizam

As medidas que a FENPROF propõe a todos os grupos parlamentares para que sejam consideradas na Lei do OE a aprovar definitivamente em **16 de março**, organizam-se em 5 grandes conjuntos:

- Condições de trabalho: redução do número de alunos por turma, repondo, transitivamente, o que vigorava até ao aumento imposto por PSD/CDS; rigorosa excepcionalidade da constituição de turmas do 1.º Ciclo com dois anos de escolaridade sequenciais e proibição de turmas com mais de dois anos; clarificação dos conteúdos das componentes letiva e não letiva de estabelecimento; início do processo de desagregação dos mega-agrupamentos;

- Rejuvenescimento do corpo docente: aposentação, em 2016, dos docentes com 40 ou mais anos de vida contributiva, independentemente da idade, sem penalização no cálculo da pensão;

- Combate à precariedade: alargamento do período transitório previsto no estatuto de carreira dos docentes do ensino superior, com respeito por condições legais estabelecidas; transposição da diretiva comunitária 1999/70/CE, de 28 de junho, para os docentes do ensino superior e para os das escolas públicas de ensino; fim dos falsos recibos verdes, designadamente nas AEC, nas escolas profissionais, no ensino superior e na contratação de docentes pelo IIEFP;

- Reposição da legalidade: devolução de verbas pagas pelos docentes para realização da PACC e reparação dos prejuízos comprovados pela exclusão de docentes dos concursos com base nesse requisito; reposicionamento na carreira dos docentes dos quadros ilegalmente mantidos no escalão de ingresso; fim da retenção dos professores nos 4.º e 6.º escalões que decorre da não publicação da portaria de publicação de vagas prevista no ECD; reposicionamento remuneratório na respetiva carreira dos professores e dos investigadores que tenham obtido o título de agregação, assegurando assim o respeito pelo princípio da igualdade;

- Ação social escolar: gratuidade dos manuais escolares na escolaridade obrigatória; redução do valor das propinas no ensino superior.

Algumas destas medidas não têm qualquer custo e, de entre as que o têm, a maioria terá impacto reduzido no OE em aprovação, uma vez que apenas se aplica-

rão em 1/3 do ano económico. Quanto às ilegalidades... tratando-se de ilegalidades, deverão ser corrigidas, porque esse é princípio essencial de qualquer Estado de direito democrático.

Propostas para a obtenção de verbas

Quanto a verbas para suportar as despesas necessárias à satisfação destas propostas, o governo tem alguma margem, para a qual contribuirá, de forma muito significativa, a

realização de uma avaliação rigorosa, no final do presente ano letivo, dos contratos de associação celebrados com operadores privados e a denúncia de todos os que são desnecessários, por existir, nas localidades em causa, resposta pública adequada.

Outra fonte de poupança passa por aligeirar a estrutura administrativa. O governo anterior acabou com as direções regionais de educação, mas substituiu-as por delegações regionais da DGEstE que são praticamente

a mesma coisa, até no peso financeiro que representam para o Estado. Estas estruturas deverão ser simplificadas.

Por último, há que ter em conta a despesa que deixa de haver com a eliminação da PACC, do PET/Cambridge e dos exames de 4.º e 6.º anos. Relativamente à PACC e ao PET, nunca o anterior governo revelou, apesar de instado a isso, os respetivos custos, para que não se conhecesse o seu peso para os cofres do Estado. ●

A CGTP-IN e o Orçamento do Estado 2016

9 apontamentos

A CGTP-IN considera que se deve:

1. Valorizar a eliminação dos cortes nos salários dos trabalhadores da Administração Pública e nos complementos de reforma dos aposentados de algumas empresas públicas de transportes.

Para a CGTP-IN, estas medidas devem ser acompanhadas de outras de inegável justiça social e reconhecimento do papel que os trabalhadores do setor público têm tido ao longo dos anos na prestação dos serviços públicos, pelo que é fundamental a atualização dos salários e de outros subsídios, o descongelamento das carreiras, a reposição das 35 horas e a contratação de trabalhadores, prioritariamente em serviços fundamentais que estão à beira da ruptura;

2. Melhorar a anunciada atualização das pensões de reforma (0,4%) em simultâneo com o respectivo aumento para a generalidade dos reformados e pensionistas, considerando que a medida prevista pelo Governo tem como valor limite as pensões até 628 euros.

Neste quadro, regista-se a melhoria, ainda que insuficiente, do abono de família, do Rendimento Social de Inserção e do Complemento Solidário para Idosos, mas considera-se fundamental a atualização do Indexante de Apoios Sociais (IAS) como suporte da melhoria das prestações sociais, para dar resposta às necessidades das famílias mais carenciadas.

3. Assegurar a atribuição do subsídio social de desemprego aos cerca de dois terços de desempregados que não têm acesso a prestações de desemprego;

4. Eliminar do OE quaisquer constrangimentos impostos às empresas do Sector Empresarial do Estado, nomeadamente às empresas de capitais mistos, que visem impedir o aumento dos salários e as progressões dos trabalhadores nas respetivas carreiras profissionais.

A Central unitária considera, também, que:

5. As medidas que, no âmbito fiscal, prevêem o aumento da tributação sobre a banca e o fim de alguns privilégios dos rendimentos de capitais são positivas.

Porém, tendo presente o enorme desequilíbrio na atual tributação de rendimentos sobre o trabalho e o capital, estas medidas ficam aquém de uma política fiscal justa que o povo exige e de que o país necessita. Tal facto implica a adoção de uma reforma fiscal que assegure a extinção da sobretaxa de IRS; o aumento do número de escalões para assegurar a progressividade; um regime de deduções à colecta que beneficie a maioria dos agregados familiares; o englobamento de todos os rendimentos; uma taxa de 0,25% sobre as transações financeiras de valores mobiliários e a extinção de todas as isenções fiscais relacionadas com os rendimentos do capital, o sistema financeiro, os mercados de capital e com as zonas francas, de forma a reverter a “reforma” do IRC desencadeada pelo Governo do PSD-CDS, para beneficiar os grupos económicos e financeiros;

6. É inadequado o aumento do imposto sobre os produtos petrolíferos, pelo impacto que este terá no custo de vida e nos orçamentos familiares, assim como nos das micro e pequenas empresas.

Neste contexto, a CGTP-IN defende que este aumento, a manter-se, deve ser suportado na totalidade pelas empresas petrolíferas que nos últimos anos acumularam lucros de milhares de milhões de euros, período em que os trabalhadores e a população em geral foram confrontados com uma brutal redução dos seus rendimentos;



Para a CGTP, é urgente assegurar a atribuição do subsídio social de desemprego aos cerca de dois terços de desempregados que não têm acesso a prestações de desemprego

7. A redução do IVA tem de se refletir também na diminuição dos serviços prestados aos consumidores, no aumento dos salários dos trabalhadores e na criação de emprego no setor, sob pena da redução deste imposto ser absorvido exclusivamente pelas empresas;

8. A redução da TSU para as entidades patronais, como contrapartida da atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN), é inaceitável e tem a oposição da CGTP-IN.

Esta medida, para além de colocar os trabalhadores e os pensionistas a financiar o patronato, no que respeita à atualização do SMN, enquadra-se numa política de subsídio-dependência das entidades patronais face ao Estado, o que é inadmissível;

9. O denominado “complemento salarial anual” para os trabalhadores a tempo parcial é susceptível de perpetuar salários de miséria, a precariedade e a pobreza.

Sendo reconhecido que a esmagadora maioria dos trabalhadores que estão neste regime laboral não o fazem por opção, mas por imposição, medidas como esta, ao invés de contribuírem para a melhoria da qualidade do emprego e para uma mais justa distribuição da riqueza, são geradoras da manutenção e do aprofundamento da exploração, das desigualdades e do empobrecimento. ●

Regime de aposentação justo para os docentes, garantia da indispensável renovação geracional

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)



Delegação da FENPROF recebida pela Comissão de Educação e Ciência da A.R.

AFENPROF regressou no passado dia 16 de fevereiro à Assembleia da República (foto), para uma audiência parlamentar na Comissão de Educação e Ciência (CEC) relacionada com a entrega da petição por si promovida, subscrita a nível nacional com mais de 30.000 assinaturas, na qual se defende que os professores possam aposentar-se aos 36 anos de serviço.

Os peticionários pretendem que o Parlamento discuta a proposta de redução do tempo de serviço para a aposentação, sem cortes nos valores das pensões, tendo em conta a necessidade de renovação geracional e o facto de a profissão docente ser hoje considerada como de elevado desgaste físico e psíquico devido ao seu exercício continuado.

A audição foi oportunidade para apelar aos grupos parlamentares para que tomem, com urgência, iniciativas no sentido do pedido apresentado por cerca de 30 mil professores e educadores: um regime transitório que permita, de imediato e transitoriamente, o acesso à aposentação por parte de quem já acumulou 40 anos de serviço e de descontos; esta exigência é acompanhada da possibilidade de aposentação antecipada sem outras penalizações que não as que decorram do tempo de serviço efetivamente prestado, bem como a da abertura de negociações para uma adequação de fundo do regime de aposentação (36 anos de serviço).

Integraram a delegação sindical os dirigentes João Louceiro (SPRC), Manuel Micaelo, António Anes e António Avelãs (SPGL) e Manuel Nobre (SPZS).

João Louceiro, em nome da FENPROF, agradeceu a Alexandre Quintanilha, presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência (CEC), o apoio à organização do recente debate, realizado pela FENPROF no auditório do edifício novo da A.R., sobre stresse e desgaste na profissão docente.

João Louceiro agradeceu também o acompanhamento que os grupos parlamentares deram àquela iniciativa de debate e reflexão “e a participação de algumas das deputadas desta comissão e de uma representante do PEV”.

Todas as intervenções ouvidas nesse encontro, referiu o dirigente sindical, revelaram, por um lado, atenção e compreensão pelos problemas ali debatidos, em torno do stresse e do desgaste no exercício da profissão, agravados de forma brutal nos últimos anos, e, por outro, disponibilidade para estudar e avançar soluções que, tendo em conta aqueles problemas, adequem as condições de aposentação às reconhecidas características da profissão docente.

João Louceiro destacou a convergência que se regista em torno das propostas mencionadas na petição levada pela FENPROF à Assembleia da República no passado mês de dezembro, documento divulgado na página da CEC.

É urgente tomar medidas!

“Queremos aqui sublinhar que o desgaste é intrínseco ao exercício da profissão docente e que não basta reconhecê-lo – é urgente tomar medidas que se adequem à realidade identificada”, são palavras do dirigente da FENPROF perante os deputados. Mais adiante, afirmaria: “A petição que aqui nos traz coloca, com urgência, o problema da criação de um regime de aposentação que seja justo para os docentes, que resultaria, também, num mecanismo para a desejada renovação geracional da profissão docente”.

Maia à frente, e recuperando a preocupação da urgência na resposta a esta situação, João Louceiro realçou:

“É preciso ter consciência da urgência de medidas legislativas neste sentido e



de que a eventualidade de elas não serem tomadas resultar na imposição de longas e já insuportáveis carreiras profissionais, bem como de carreiras contributivas absolutamente desmedidas.”

A realidade das escolas

Sobre a realidade da profissão docente nos dias que vivemos, João Louceiro apontou a “forte dimensão relacional da profissão, a permanente exposição pública do seu exercício e a exigência, também permanente, da obtenção de resultados”, isto sem esquecer “as exigências que decorrem da óbvia obrigação de manter nas escolas e de proporcionar sucesso a alunos que não têm “apetência” para ela”.

“Se é verdade que o desgaste e exaustão se agravaram com muitas medidas recentes que deterioraram condições de trabalho e de funcionamento das escolas, também não podemos ignorar que é o próprio exercício da profissão, mesmo em condições «normais», que produz o desgaste”.

Após uma primeira intervenção da FENPROF, Alexandre Quintanilha deu a palavra aos deputados. Falaram Germana Sousa/PSD (“todos queremos professores motivados”); Susana Amador/PS («a profissão docente tem especificidades»), Joana Mortágua/BE («acompanhamos as vossas preocupações»); Abel Batista/CDS/PP («há que discutir e ver o que fazer») e Miguel Tiago/PCP (“há que conhecer quais são as medidas, quais são as propostas de cada grupo parlamentar”).

Das intervenções dos grupos parlamentares (PSD, PS, BE, PCP e CDS) não resultou qualquer contestação aos fundamentos da petição, designadamente, ao reconhecido desgaste provocado pelo exercício da profissão, à defesa da dignidade dos docentes,



ao interesse da questão colocada para a defesa da qualidade do ensino, incluindo aqui a necessária renovação geracional na profissão. BE e PCP revelaram acompanhar o sentido da petição e disponibilidade para desencadear iniciativas que a concretizem.

Na intervenção da deputada do PS, ficou a saber-se que o Ministério da Educação pondera abordar o problema da aposentação num quadro mais alargado de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

Face à remissão dos problemas da apo-

sentação para um enquadramento mais geral, a FENPROF não deixou de sublinhar que a adoção do regime transitório não carece de intervenções legislativas mais morosas como a de uma eventual revisão do ECD, vincando também que esses enquadramentos não poderão ser estratégia para o adiamento de soluções de tão manifesta urgência.

A FENPROF voltou a intervir no final da audiência, registando-se então curtos depoimentos de João Louceiro, António Avelãs e Manuel Micaelo. ●

Abertura de negociações

A FENPROF tem uma posição “de fundo” acerca da adequação do regime de aposentação à profissão, sublinhou João Louceiro na reunião realizada no passado dia 16 de fevereiro, na A.R. Essa posição defende, nas circunstâncias atuais, a possibilidade de aposentação aos 36 anos de serviço e de descontos, sem qualquer outro requisito, observou o dirigente sindical, que acrescentou:

“O que se peticiona, desde já, é a abertura de negociações, com os tempos de discussão e de aproximação de posições que enformam estes processos.

Há “uma urgência que consideramos absoluta na resolução dos problemas mais prementes que estão a ser agravados pela deterioração das condições de aposentação dos professores e educadores, ao arrepio do que se conhece quanto ao seu exercício profissional: os peticionários reclamam, de imediato e a título transitório, a possibilidade de aposentação voluntária de todos os docentes que já atingiram os 40 anos de serviço e de desconto”.

Legislação, precisa-se!

“É preciso ter consciência da urgência de medidas legislativas neste sentido”, observou João Louceiro.

Propõe-se, ainda, que enquanto vigorar esse regime imediato e transitório (40 anos de descontos, independentemente da idade) – enquanto a questão de fundo não for resolvida – seja consagrada a possibilidade de aposentação antecipada sem outras penalizações que não as que decorram do tempo de serviço efetivamente prestado, com os indispensáveis descontos realizados. Neste quadro, propõe-se a alteração do artigo 37.º-A do Estatuto da Aposentação, de forma a permitir a aposentação antecipada a partir do momento em que os professores completarem 30 anos de serviço, independentemente da idade, conforme é referido no ponto 4 da petição. | JPO ●



Contestação nacional à ingerência europeia

A preparação do Orçamento de Estado/2016 pôs em evidência os enormes constrangimentos, pressões e ingerências externas a que o país continua submetido, e que são fortemente condicionadoras do crescimento e do desenvolvimento económico e social.

O inaceitável processo de chantagem a que Portugal se encontra sujeito pela União Europeia, nomeadamente com a obsessão pela exigência do cumprimento do défice estrutural e da dívida pública, confirma a necessidade de romper com o Tratado Orçamental e de assegurar urgentemente a renegociação de uma dívida que se tornou insustentável, com encargos que, este ano, ascenderão a 8,5 mil milhões de euros. Em conferência de imprensa realizada a 2 de fevereiro, a CGTP-IN sublinhou que considera inadmissíveis as pressões e as ameaças da Comissão Europeia para procurarem impor um OE para 2016 de continuidade à política de asfixia económica que pressupõe a retirada de direitos às pessoas e acentua a sangria social do memorando da *troika*.

O país está de novo confrontado com a ingerência e a chantagem da *troika* e dos agiotas das agências de *rating*. Em simultâneo, PSD-CDS, Comissão Europeia (CE), Banco Central Europeu (BCE) e FMI, procuram omitir, branquear e alijar responsabilidades pela política que destruiu o setor produtivo, generalizou o desemprego e o trabalho precário, forçou a emigração, bloqueou a contratação colectiva, cortou direitos, salários e pensões, encerrou serviços públicos, atacou a Constituição e a soberania do país.

A CGTP-IN entende que o Governo tem de resistir às pressões da Comissão Europeia para aplicar medidas de austeridade, tendo uma voz forte, de confronto, para conseguir pôr em prática novas políticas - mais favoráveis aos trabalhadores e às suas famílias. Arménio Carlos, Secretário Geral da CGTP-IN, defendeu ainda a necessidade de se criar um movimento de contestação nacional à ingerência europeia, para mostrar que o caminho não pode ser o da austeridade e da pobreza. Para a CGTP-IN é possível e incontornável a renegociação da dívida e o confronto com as regras do Tratado Orçamental e do Pacto de Estabilidade. ●



Conferência debateu “o stresse na profissão docente”

“O stresse na profissão docente: causas, consequências, medidas a tomar”, foi o tema da conferência (foto) que a FENPROF realizou no passado dia 2 de fevereiro, em Lisboa.

Participaram, como convidados especiais, a Dra. Ivone Patrão, psicóloga clínica/ARSLVT e docente no ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada), e o Dr. Marcelino Mota, psicólogo clínico e investigador. O Secretário Geral da FENPROF fez a intervenção de encerramento. João Cunha Serra, presidente do Conselho Nacional da FENPROF, moderou o debate.

A iniciativa decorreu no auditório (repleto) do novo edifício da Assembleia da República, em São Bento, registando a participação de professores e educadores de diferentes regiões do país.

O Professor Alexandre Quintanilha, Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, que abriu os trabalhos da Conferência, valorizou a iniciativa da FENPROF, destacando a importância e a atualidade do tema em discussão. Solicitou ainda o envio das conclusões desta iniciativa àquela

Comissão, o que «será, sem dúvida, um contributo para o enriquecimento do trabalho parlamentar».

Com esta conferência, a Federação Nacional dos Professores pretendia reunir um ainda maior conjunto de elementos que sustentem a proposta apresentada à Assembleia da República, sob a forma de Petição, de criação de um regime excepcional de aposentação dos docentes.

Como confirmam vários estudos, nacionais e internacionais, realizados nesta área, o exercício continuado da docência provoca um elevado desgaste físico e psicológico nos educadores e professores, que se reflete na qualidade das práticas pedagógicas e, por consequência, na própria qualidade do ensino.

O agravamento dos horários de trabalho e a alteração introduzida nos últimos anos ao regime de aposentação, consubstanciada na uniformização de regimes e no agravamento nas condições de tempo de serviço e idade,

originam uma profunda injustiça, já que obrigam os docentes a trabalhar para além dos 66 anos de idade (o que, para muitos, significa exercer a atividade docente durante mais de 45 anos), retiram a professores e alunos o direito a condições condignas de ensino e de aprendizagem e dificultam a indispensável renovação geracional do corpo docente.

“Falta de reconhecimento”

“Stresse: um programa de desgovernança” foi o tema da comunicação do Dr. Marcelino Mota, que caracterizou o stresse, falou da «fisiologia do stresse» e dos agentes que o provocam e também das suas consequências. O psicólogo afirmaria a dado passo:

«Integrada no grupo das profissões de stresse, a profissão de professor, particularmente

a associada ao ensino básico, em todos os ciclos, e ao ensino secundário, não beneficiando de uma seleção e preparação específica para enfrentar o stresse das funções (como pilotos, controladores de tráfego aéreo, etc) e embora não correndo o risco de morte (em princípio...), é penalizada por:

1. Sofrer de elevada intensidade e frequência de estímulos stressores;
2. Enfrentar difíceis condições laborais, sentir falta de reconhecimento ou até desvalorização do seu trabalho e ter excesso de carga horária;
3. Viver uma elevada responsabilidade para com terceiros;
4. Experimentar poucas consequências positivas na atividade, que façam reverter os efeitos dos agentes fisiológicos do stresse (quando existem são em diferido) e, finalmente...
5. Por a sua atividade oferecer um défice de consequências sociais positivas às reações de stresse.»

“Fica mais ou menos claro - concluiu Marcelino Mota - «que os professores só não fazem o pleno dos fatores que provocam stresse porque, por enquanto, não parecem correr risco de morte”.

Estudo divulgado por Ivone Patrão

Os professores são considerados um dos grupos profissionais mais vulneráveis ao stresse profissional e ao *burnout*. É reconhecido que estes fenómenos afetam individualmente o professor e também o contexto educativo, pelo que a sua avaliação ganha pertinência. Ivone Patrão comentou um estudo que envolveu mil docentes, registando-se que cerca de 30 por cento sofrem de *burnout* - “professor queimado” ou “professor desgastado” no plano físico e psicológico.



“

Os professores são considerados um dos grupos profissionais mais vulneráveis ao stress profissional e ao burnout.

Durante três anos – entre 2010 e 2013 – uma equipa de investigadores do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) inquiriu cerca de mil docentes que davam aulas a alunos do 2.º e 3.º ciclos mas também do ensino secundário. O objetivo era perceber se existiam muitos docentes em stresse ou *burnout* e, no final, descobriram que 30% dos professores estavam nesta situação, revelou à Lusa a investigadora do ISPA responsável pela coordenação do estudo, Ivone Patrão. «Esta percentagem fica um pouco acima dos números habituais registados nos outros países, que rondam entre os 15 e os 25%», sublinhou a investigadora. Em relação aos docentes, o inquérito do ISPA dá conta que a maior parte dos que apresentam sintomas de burnout são mais velhos, têm vínculo à função pública. A média de idades dos inquiridos é de 50 anos. O estudo revela ainda que existem entre 20 a 25% de docentes que sofrem de stresse, ansiedade e depressão.

Depois das apresentações dos dois conferencistas, foi dada a palavra ao auditório, de onde surgiram reflexões, comentários e perguntas que proporcionaram um interessante debate.

Os caminhos para «lidar com o stresse» e a necessidade de repensar as condições de aposentação dos docentes, a par de um conjunto de apontamentos, baseados na experiência direta, de situações vividas nas

escolas (onde há cada vez menos professores jovens), marcaram este momento da conferência. Foram convidados deputados de todos os grupos parlamentares que integram a Comissão de Educação e Ciência. A deputada do PS, Susana Amador, acompanhou uma parte dos trabalhos da conferência. Na Mesa estiveram Emília Santos (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Virgínia Pereira (PCP) e Susana Silva (PEV), esta em representação da deputada Heloísa Apolónia. Todas dirigiram as saudações dos seus partidos à iniciativa da FENPROF.

“O burnout também atinge os docentes mais jovens”

Mário Nogueira fechou a Conferência, uma “iniciativa muito importante para a FENPROF”. Recordou a petição dirigida à Assembleia da República e sintetizou os motivos que levaram a pedir um regime especial de aposentação para os docentes, um tema que continua a marcar presença saliente nas reuniões sindicais que decorrem em todas as escolas do país.

Mário Nogueira falou do desgaste da profissão docente, da sobrecarga de trabalho que os professores continuam a enfrentar no dia a dia das escolas e das consequências da redução brutal de docentes, recordando algumas das políticas que governos anteriores usaram para, propositadamente, “dispensarem” profissionais da educação.

“O *burnout* também atinge os docentes mais jovens”, alertou o dirigente sindical, que chamou a atenção para as graves situações de precariedade, instabilidade e desemprego que se vivem no setor.

Rumo de mudança

O Secretário Geral da FENPROF sintetizou ainda alguns aspetos mais relevantes da reunião realizada a 1 de fevereiro no Ministério da Educação. Neste “tempo diferente”, a defesa e valorização da escola pública estão na ordem do dia. Mário Nogueira sublinhou, a propósito, que “devemos contribuir, com a nossa luta e a nossa intervenção, para o reforço deste rumo de mudança” e valorizou o clima de diálogo e negociação retomado na “5 de Outubro”.

A força, a unidade, a luta e a confiança, concluiu, são fundamentais, para encontrar respostas em todas as frentes, incluindo o direito a uma aposentação digna. | JPO ●

Ensino Superior Resoluções aprovadas na A.R. abrem caminho ao combate à precariedade

Foram discutidas e aprovadas recentemente, em sessões plenárias da Assembleia da República, projetos de resolução do BE, PCP e PS que recomendam ao governo o alargamento do período transitório previstos nos estatutos de carreira, bem como a aplicação da directiva comunitária sobre vinculação e remunerações.

Sendo diferentes e havendo necessidade de uniformizar o teor da recomendação, as resoluções aprovadas transitaram para a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência para que seja consensualizado um texto de resolução comum. É normal ser assim e ainda recentemente aconteceu o mesmo em relação a outra matéria e com resultados finais positivos.

É normal, quando se alcançam resultados, muitos se apresentarem como os únicos que por eles se bateram. Neste caso, também aconteceu. Porém, não é essa a postura da FENPROF e dos seus sindicatos, pelo que, não nos assumindo como os únicos que têm lutado por estes objectivos, também não podemos deixar de lembrar que a nossa ação foi determinante para que se chegasse a este ponto. É que, no dia em que se debateram os projectos de resolução, foi discutida em plenário a petição que a FENPROF promoveu e que recolheu mais de 4.000 assinaturas. Essa foi uma importante iniciativa destinada a recolocar o assunto na agenda parlamentar, tendo levado aqueles três partidos a apresentarem os seus projectos de resolução.

Queremos saudar, em particular, todos quantos puderam estar com a FENPROF nas galerias do Parlamento, enquanto os projetos de resolução e a petição da FENPROF foram debatidos.

Este foi um passo importante. Outros se seguirão. Vamos ter de continuar a pugnar pelo melhor desfecho para este processo, no sentido de reduzir o mais possível a precariedade no sector, promover a necessária renovação geracional e conseguir as condições necessárias para a obtenção do doutoramento: dispensa total de serviço docente e isenção de propinas. ●





XIII Congresso da CGTP-IN definiu estratégia sindical

Decorreu em Almada, nos dias 26 e 27 de fevereiro, o XIII Congresso da CGTP-IN. “Organização, Unidade e Luta – a força dos trabalhadores; emprego com direitos, soberania; progresso social”, foi o lema que presidiu aos trabalhos da assembleia magna da Central unitária.

O XIII Congresso, que reuniu cerca de 750 delegados, definiu as linhas gerais de orientação para o quadriénio 2016-2020, com uma estratégia sindical expressa no **Programa de Ação**.

Os delegados aprovaram também os termos de uma **Carta Reivindicativa**, na qual são apontadas as orientações e os objetivos reivindicativos a prosseguir pela nova direcção da CGTP-IN. O Congresso apreciou e aprovou, ainda, várias resoluções e moções, e elegeu o novo Conselho Nacional.

Intervindo no segundo dia dos trabalhos, Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF e membro da Comissão Executiva da *Inter*, levou ao grande debate de Almada a atualidade da escola pública, afirmando a dado passo:

“Nestes quatro anos, lutámos em convergência com organizações de trabalhadores do privado e do público, mas foram também muitas as lutas específicas que desenvolvemos, algumas prolongadas no tempo. Realizámos uma das mais duras lutas de sempre, mantendo, durante três semanas, uma greve às avaliações de final de ano. Com ela, obtivemos resultados importantes evitando o agravamento do horário de trabalho por força da imposição das 40 horas e reduzindo ao mínimo o impacto da requalificação. As greves, manifestações, vigílias, concentrações, abaixo-assinados ou petições que promovemos tiveram sempre objetivos bem definidos e, apesar dos níveis

de participação terem sido diversos, a nossa luta permitiu que a sociedade compreendesse os problemas existentes e a importância de os resolver.”

Não surpreendeu, por isso, acrescentou o dirigente sindical, que nas primeiras medidas aprovadas pelo atual governo, muitas tivessem a ver com os professores: o fim da PACC, prova com que Crato afastou milhares da profissão, das bolsas de contratação pelos diretores, do ainda mal explicado negócio feito com a Cambridge e também o fim dos exames de 4.º e 6.º anos.

“A nossa luta merece ser valorizada”

Num plano mais geral, valorizamos o fim da requalificação e o regresso de quem já estava afastado, a reposição salarial em 2016, a eliminação da sobretaxa de IRS em dois anos e o já aprovado retorno às 35 horas semanais, referiu o Secretário Geral da FENPROF, destacando logo de seguida:

“Valorizamos estes ganhos porque a nossa luta merece ser valorizada. São ganhos que dela resultam e aos quais também não é alheia a existência de uma maioria parlamentar diferente para a qual contribuí, e muito, a nossa ação”.

Noutra passagem, Mário Nogueira observou: “Uma maioria e uma convergência que se saúdam, pois sabemos o que são governos do PS com maioria absoluta ou apoiados à direita. Mas se a convergência PS, PCP, PEV e BE aumenta a possibilidade de as nossas propostas serem acolhidas, ela também aumenta a nossa responsabilidade. Exige-se que continuemos a construir propostas e a lutar em sua defesa, se queremos que se desenvolvam políticas favoráveis aos trabalhadores”.

Em Educação, contudo, não contam apenas os direitos e interesses dos profissionais. Há uma luta que deverá unir todos os trabalhadores: a luta em defesa de uma Escola Pública de qualidade, para todos e inclusiva, ou seja, da Escola Democrática, observou o dirigente sindical, que deixou em Almada um alerta:

“Destruir a Escola Democrática é, desde sempre, objetivo maior da direita. Perseguiu-o há muito e, em 2004, esteve perto de o concretizar quando o então ministro David Justino fez aprovar no Parlamento, com os votos de PSD e CDS, uma lei de bases da educação que revogava a Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986, que estabelece a matriz da Escola Democrática. Felizmente, o então Presidente Jorge Sampaio vetou aquela lei da direita. Daí para cá, Justino, o ideólogo, nunca desistiu de combater a Escola Democrática e hoje, doze anos depois, é um importante operacional da direita, tanto sem sede partidária, que é a sua casa, como em outras sedes onde se exige postura diferente”.

É uma escola reprodutora das injustiças sociais que a PSD e CDS querem garantir, daí que os papagaios e araras da direita reajam com dureza perante sinais de alguma mudança. Não os preocupa o fim da PACC, do PET ou das BCE, que nem sabem bem o que é. Preocupa-os é que esse seja o prenúncio de medidas mais profundas que travem o curso que tinham destinado à Educação. E é o medo de mudança que os leva, de novo, a falar em pacto que a evite. Para eles, importante é deixar tudo como à direita serve: os privilégios ao privado, a ingerência de alguns autarcas e o autoritarismo do diretor. Para eles, problema é que alguém transforme a Escola Pública num lugar em que a pedagogia prevalece, o conhecimento está ao alcance de todos, as capacidades são desenvolvidas, as competências construídas e, corolário de tudo isso, a democracia faz parte da formação integral do indivíduo. Para a direita, nada pior que uma escola democrática a formar cidadãos de corpo inteiro e a contribuir para a consolidação da sociedade democrática, acrescentou.

“Também na Educação”, realçou, “é ainda cedo para perceber o projeto do governo e o Orçamento do Estado não nos alivia a preocupação. Mas como é de pequenino que se torce o pepino, é já agora que teremos de propor, de insistir, de pressionar e de continuar a lutar pela Escola Democrática”.

Como canta o Palma, enquanto houver estrada para andar, a gente vai continuar. Continuaremos, porque temos estrada para andar e sabemos onde ela nos levará. Trilhando este caminho, chegaremos, e nenhum aviso o irá evitar, à terra dos sonhos em que toda a gente trata a gente toda por igual, concluiu Mário Nogueira. | JPO ●

12.º Congresso Nacional
dos Professores

29 e 30 de abril de 2016
Seminário de Vilar, Porto

Valorizar
a Profissão

Reafirmar
a Escola
Pública



FENPROF

Federação Nacional dos Professores



Índice

Propostas globais Programa de Ação para o triénio 2016/2019

Proposta A – Secretariado Nacional da FENPROF Valorizar a Profissão Reafirmar a Escola Pública

I. Os riscos de desmantelamento da Escola Pública no final da década em que mais foi fragilizada _____ 13

- A mudança necessária _____ 14
- Portugal num mundo complexo e cada vez mais desigual _____ 14
- Oportunidades que se abrem para o futuro _____ 15
- Dois testes ao novo tempo: eleições presidenciais e Orçamento do Estado para 2016l _____ 16
- Um tempo que abre perspetivas, mas impõe envolvimento e ação determinada _____ 16

II. A função social da escola _____ 17

- Gestão escolar e democracia _____ 20
- Descentralização e autonomia _____ 20
- Perfil profissional do docente _____ 22

III. A importância do sindicalismo e da sindicalização num tempo que continua a ser dos sindicatos Uma breve referência à história do sindicalismo em Portugal _____ 24

- A importância do sindicalismo _____ 26
- A importância da sindicalização _____ 26
- O tempo dos sindicatos _____ 27

IV. Uma FENPROF que deverá continuar a renovar-se, a melhorar a sua intervenção e a tornar-se cada vez mais representativa dos professores, educadores e investigadores _____ 29

- Atividade internacional _____ 29
- Aspetos relevantes da atividade e da organização da FENPROF _____ 30

Projeto de Resolução sobre ação reivindicativa Valorizar as condições de exercício da profissão. Retomar a escola pública.

Lutar por um Ensino de Qualidade

Os três grandes eixos da ação reivindicativa dos professores _____ 35

1. Defesa da Escola Pública _____ 35
2. Melhoria das condições de trabalho _____ 36
3. Valorização do exercício profissional dos docentes e investigadores _____ 36

Proposta B – Primeiro subscritor: Carlos Vasconcellos. Seguido de mais 226 assinaturas confirmadas

Proposta de Programa de Acção “Devolver o Poder aos Professores”

1. Introdução _____	38
2. A situação actual _____	38
3. Principais problemas sectoriais – que respostas? _____	38
3.1. Combate ao desemprego docente _____	38
3.2. Melhoria das condições de trabalho e de ensino _____	38
3.3. Uma gestão democrática para as escolas _____	38
3.4. Garantia e aprofundamento dos direitos sociais e laborais _____	39
4. A estrutura da FENPROF _____	39
4.1. Uma estrutura mais democrática e eficaz _____	39
4.2. Reforço da organização sindical – melhor resposta aos problemas – um debate democrático _____	39
4.3. Propaganda e contra-informação – uma frente fundamental de luta _____	40
5. As relações da FENPROF com o movimento sindical _____	40
5.1. A nível nacional _____	40
• O relacionamento com a CGTP _____	40
• As relações com os outros sindicatos de professores _____	40
• A Frente Comum de Sindicatos da Função Pública _____	40
5.2. A nível internacional _____	40
• A IE e a CEES _____	40
• O relacionamento com a CGTP-IN _____	40
• As relações com as organizações de professores dos países de língua portuguesa – a CPLP – Sindical da Educação _____	40
6. As relações institucionais da FENPROF _____	40
7. A ofensiva global contra os professores e a escola pública _____	41
8. A resposta da FENPROF _____	42
9. Ausência de uma estratégia sindical clara – as suas consequências _____	42
10. Devolver o poder aos professores – lutar para vencer _____	42

Proposta A Alteração aos Estatutos da Federação Nacional dos Professores – FENPROF

Subscrita pelo Secretariado Nacional da FENPROF e pelas direcções dos seus sete sindicatos _____ 43

Nota: As letras atribuídas a cada uma das propostas globais de Programa de Ação foram escolhidas pelos proponentes de acordo com a ordem cronológica de entrega.

Valorizar a Profissão Reafirmar a Escola Pública

Proposta A

Subscrita pelo Secretariado Nacional da FENPROF e pelas direcções dos seus sete sindicatos

CAPÍTULO 1

Os riscos de desmantelamento da Escola Pública no final da década em que mais foi fragilizada

Portugal viveu uma **década muito difícil**. Os últimos quatro anos foram um autêntico tubo de ensaio social, económico e político, no qual se iniciaram experiências que visavam ser generalizadas e consolidadas na actual legislatura. Pretendia-se uma profunda reconfiguração do Estado, que iria passar pela transferência de funções sociais que são sua obrigação para as mãos de operadores privados e, também, pelo aumento da exploração de quem trabalha, com normas de regulação laboral ainda mais negativas.

Na Educação e na Ciência, do mesmo modo, estes quatro anos foram os piores de uma década muito negativa. A partir de medidas criadas por anteriores governos do PS e, essencialmente, com a imposição de outras decisões ou o agravamento das já existentes, por mão de PSD e CDS, os anos da troika em Portugal impuseram uma **redução superior a 3.300 milhões de euros** só no financiamento da Educação.

Relatório recente da OCDE confirmou que Portugal, apenas entre 2010 e 2012, teve uma redução de 14% na despesa pública com a Educação (não incluindo ensino superior). No início da década, a despesa portuguesa por aluno cifrava-se nos 7.444 euros, enquanto o valor médio europeu era de 8.982 euros. De 2012 a 2015, este valor continuou a ser comprimido e, hoje, **Portugal destina à Educação um valor que é pouco superior aos 3% do PIB**. Portugal ocupa um dos últimos lugares do ranking europeu.

De 2011 a 2015, no que respeita ao financiamento público da Educação, os cortes, ano a ano, foram os seguintes: 803 milhões; 600 milhões; 700 milhões; 495 milhões; 704 milhões. Se no memorando assinado com a troika, em 2011, pelo governo português e pela oposição à sua direita, o corte previsto era de 195 milhões, veio depois a fixar-se em 380 milhões de euros. Porém, **entre 2011 e 2015 multiplicou-se quase nove vezes!**

Mas não foi só a Educação a sofrer com as ações políticas dos últimos dez anos. Foi assim, também, nas demais áreas que integram o núcleo central das funções sociais do Estado, **afetando, principalmente, o em-**

prego e as remunerações dos trabalhadores. Neste caso, as reduções nos rendimentos foram impostas através da imposição de uma enorme carga fiscal, de cortes diretos no salário e do bloqueamento das progressões nas carreiras. No ensino superior, aqui se inclui a não produção dos efeitos salariais resultantes da obtenção da agregação e da passagem a categoria superior por concurso. Chegados ao final do primeiro trimestre de 2016, ainda nenhum destes problemas foi resolvido; para já, só a reposição do valor integral do salário se encontra em curso.

Na Educação e na Ciência, o corte foi executado, sobretudo, à custa de uma **fortíssima redução de recursos humanos e do acentuar da precariedade** dos vínculos laborais no ensino superior.

De acordo com dados conhecidos, ao longo da anterior legislatura, em valores percentuais, **o número de docentes que saiu das escolas é praticamente o triplo do da redução de alunos**. Das estatísticas da Educação aos dados relativos a aposentações publicados em Diário da República e, mais recentemente, de acordo com o Relatório n.º 26/2015 – 2.ª S, de novembro de 2015, que resulta de auditoria do Tribunal de Contas ao setor da Educação no período de ingerência da troika, resulta a confirmação desta fortíssima redução de docentes na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário. Uma redução que a FENPROF sempre disse ser muito acima do suportável e estar na origem da crescente sobrecarga de trabalho sentida pelos docentes que se mantêm no ativo.

De acordo com aquele relatório, no período da legislatura compreendido entre os anos letivos 2010/11 e 2014/15, é reconhecida a **redução de 30.864 docentes** (21,8%). Assim, o número de docentes dos quadros, em 2014/15, era de 96.997 (vindo de 107.944 no início da Legislatura); o de contratados atingia, apenas, os 14.496, quando, em 2010/11, era de 33.413 (o Tribunal de Contas regista uma diminuição de 56,6%).

Pelos cálculos da FENPROF, **a diminuição do número de docentes terá sido ainda maior**, pois não são aqui considerados, por exemplo, os mais de 1.100 docentes que saíram por rescisão por mútuo acordo. Neste período, ainda de acordo com o relatório, o número de alunos passou de 1.298.825 para 1.203.162, ou seja, uma quebra de 7,3% (95.663 alunos a menos).



Confirma-se que **mentiam os que atribuíam a redução do número de professores e a não abertura de lugares nos quadros à quebra do número de alunos** no sistema. Nuno Crato, os seus secretários de estado, outros governantes, incluindo o Primeiro-Ministro Passos Coelho, e também diversos deputados das bancadas de PSD e CDS repetiram, vezes sem conta, essa mentira.

De acordo com os números reproduzidos pelo Tribunal de Contas, conclui-se que **mais de dois terços da redução de professores resultou de medidas impostas com esse objetivo** pelo governo da direita, o que, aliás, é confirmado pelo relatório em causa. Ainda que nem todas referidas pelo Tribunal de Contas, dessas medidas destacam-se: imposição de mega-agrupamentos; encerramento de milhares de escolas; eliminação de disciplinas ou redução da sua carga horária; manipulação dos horários dos docentes, atribuindo atividade letiva em horas da componente não letiva ou eliminando pausas do horário de trabalho; aumento do número de alunos por turma; desrespeito pelas normas de constituição de turmas com alunos que apresentam necessidades educativas especiais; entrega a operadores privados de turmas que tinham lugar nas escolas públicas...

A forte redução do corpo docente, como se previa, não foi inócua. Teve **graves consequências nas condições de organização e funcionamento das escolas**, provocou preocupantes quebras de qualidade do ensino e obrigou as escolas a abandonarem projetos e atividades que, apesar de importantíssimos na luta contra o abandono e o insucesso, deixaram de contar com os recursos humanos necessários.

No ensino superior, a redução do número de docentes e o aumento da precariedade foram realizados a partir de **severos cortes nos orçamentos de funcionamento das instituições e escolas** e, também, no aumento dos encargos destas para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e para a Segurança Social (SS).

Na investigação, em consequência de uma avaliação, fortemente contestada, da responsabilidade da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), foram excluídos do financiamento plurianual cerca de 50% dos centros de investigação e desenvolvimento (I&D). Em paralelo, a redução brutal das bolsas FCT, de doutoramento e de pós-doc, nomeadamente, levou a **uma saída sem precedentes de investigadores, com a consequente debilitação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional**.

A mudança necessária

Os últimos quatro anos em que a direita governou o país destinaram-se, essencialmente, a **embaratecer o sistema**, também condição necessária para, na legislatura seguinte, a que agora se vive, avançasse,

como previa o designado guião para a reforma do Estado, por outros caminhos que não os que a Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra.

Privatizar, direta ou indiretamente, municipalizar, desvalorizar formações com a imposição de vias desqualificadas a mais de metade dos alunos portugueses (desde o ensino básico ao superior) e transferir financiamento público para fundos comunitários, eram esses os projetos a concretizar até 2019. Aliás, era isto que explicitava o **programa de governo que PSD e CDS apresentaram na Assembleia da República, já depois das eleições legislativas**.

Felizmente, em 10 de novembro de 2015, o programa foi rejeitado pela maioria dos deputados eleitos. Uma maioria que resultou da vontade expressa de mudança manifestada pelos portugueses nas **eleições realizadas em 4 de outubro de 2015** e que o então Presidente da República, Cavaco Silva, tentou impedir que tivesse implicação na constituição do governo. A CRP foi, porém, superior ao seu desejo, impedindo-o de dissolver a Assembleia eleita pelo povo português.

Das **políticas derrotadas na sequência do ato eleitoral** e da rejeição do programa de governo PSD/CDS (XX Governo Constitucional), porque nele constavam, podem salientar-se: os contratos a estabelecer com os municípios nas áreas da educação, saúde, segurança social e cultura; os contratos com privados, num quadro em que estes foram colocados em pé de igualdade com as escolas públicas, em nome de uma falsa liberdade de escolha; fazendo parte do percurso de segregação, a imposição de cursos vocacionais desde o 4.º ano de escolaridade e os cursos técnicos superiores profissionais a ministrar pelos institutos politécnicos; o desinvestimento na Ciência com uma drástica redução nas bolsas de investigação; o aumento dos custos do acesso à saúde ou à educação de qualidade; a intenção de impor os plafonamentos nos descontos para a segurança social.

De acordo com o **programa apresentado pela direita**, os direitos laborais seriam ainda mais reduzidos e a precariedade passaria a ser a norma; a reposição dos salários na íntegra, o desbloqueamento das carreiras e a redução da carga fiscal eram miragens que talvez se concretizassem, não se sabendo exatamente quando ou como. O exemplo da devolução de parte da sobretaxa de IRS que, dos 30% anunciados em plena campanha eleitoral, acabou em nada, no final do ano, ilustra bem a política de mentira que foi seguida. A ocultação dos contínuos e gravíssimos problemas dos bancos, bem como dos seus autores, resolvidos à custa de sacrifícios impostos à maioria das pessoas, exemplifica uma postura inaceitável de protecionismo dos interesses financeiros, da irresponsabilidade e do crime económico.

Portugal num mundo complexo e cada vez mais desigual

A vida em Portugal não é alheia ao contexto internacional, no qual se vive um tempo de grande complexidade. **O mundo está cada vez mais desigual**. Para isto contribui o aumento da exploração que é imposto para satisfação dos “mercados”. A par e interligada há uma espiral belicista que não para de crescer. São marcas indelévels da profunda crise do sistema capitalista, terreno fértil para a afirmação de radicalismos.

Em algumas regiões, o terrorismo e/ou o apoio crescente à extrema-direita, são consequências desses radicalismos, atingindo dimensões muito preocupantes. Ainda que em Portugal possam surgir sinais aparentemente contraditórios com a situação europeia e mundial, os constrangimentos, designadamente a dependência externa a que o país continua sujeito, não deixam grande margem de ação, **abrindo espaço à ingerência estrangeira que põe em causa a sua soberania** e tornando ainda mais estreitas as margens da democracia.

Se a organização económica, social, política e cultural que prevalece no mundo tem agravado os níveis de exploração e gerado desigualdades crescentes nas sociedades – e Portugal é dos países em que elas mais se têm acentuado –, **os conflitos de natureza belicista que têm sido instigados tornam ainda mais difícil a vida de quem menos tem** e menos pode, fragilizando perigosamente a democracia. São sempre os pobres quem mais sofre. Como diz Mia Couto, a diferença entre a guerra e a paz é que na guerra os pobres são os primeiros a serem mortos; na paz são os pobres os primeiros a morrer (*Mulheres de Cinza*, 2015).

Marcas deste tempo são, entre outras: a ingerência do FMI e, no caso europeu, da União Europeia (UE) e do Banco Central Europeu (BCE), como Portugal bem conhece, impondo políticas de empobrecimento e exploração com o objetivo de transferir riqueza do trabalho para o capital; a destruição de serviços públicos, com o intuito de entregar funções sociais que competem aos estados nas mãos de operadores privados; o declínio da democracia, incluindo a perseguição até à morte de opositores, sindicalistas e outros, e a ilegalização de partidos comunistas, como na Ucrânia; o avanço da extrema-direita em países como a Hungria, a Finlândia, a Polónia, a Turquia e, até mesmo, a França; o agravamento de diversos conflitos regionais com usurpação da soberania de povos, como acontece nos territórios ocupados da Palestina, do Sahara Ocidental ou do Curdistão; a criação de grupos como o autodenominado Estado Islâmico, viveiros de fundamentalismos e campos de treino de terroristas que servem ou, durante algum tempo, serviram interesses que hoje revelam incomodidade com a sua existência.

Neste domínio, os atos de terrorismo não conhecem fronteiras. Acontecem em lugares tão distintos como França, Mali, Iémen, Síria, Líbia, Tunísia, Afeganistão, Iraque, Estados Unidos ou Rússia. Está criado **um clima de medo que condiciona a vida das sociedades**, podendo levar à adoção de medidas que, em nome da segurança, poderão pôr em causa liberdades individuais dos cidadãos.

Por último, porque **o capital não desiste de dominar o mundo** para concentrar ainda mais a riqueza que pilha, temos assistido a uma forte pressão da direita e extrema-direita sobre os governos dos países que, na América Latina, se opõem às regras ditadas do exterior, alheias aos interesses dos povos e contrárias à afirmação da sua soberania. Há resultados visíveis dessa pressão em países como a Argentina, a Venezuela e o Brasil.

Encontramos no mundo atual situações aparentemente diversas mas que têm a mesma natureza: a profunda crise do capitalismo que, a qualquer preço, tenta manter e dilatar sobre as suas fontes de lucro, a exploração dos trabalhadores e a apropriação das riquezas dos povos. **A acumulação de riqueza pelo capital está na razão direta do empobrecimento de quem trabalha.** O relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre o desenvolvimento humano, divulgado em dezembro passado, afirma que a riqueza e o rendimento globais atingiram o ponto mais alto de sempre; no entanto, sintomaticamente, alerta para a desigualdade na distribuição, estimando que, em 2016, o 1% mais rico da população mundial detenha já mais de 50% daquela riqueza.

Se não houver uma forte mobilização e oposição dos povos, a situação internacional e as implicações dela em países como o nosso tenderão a agravar-se, designadamente com a assinatura de novos tratados internacionais, a juntar aos já existentes e que são, na verdade, instrumentos do domínio capitalista. O Tratado Transatlântico (TTIP: *Transatlantic Trade and Investment Partnership*) é um desses tratados que tem vindo a ser preparado com enorme secretismo. A concretizar-se, os direitos dos trabalhadores dos dois lados do Atlântico, como, em geral, os de cidadania democrática, acabarão brutalmente diminuídos, principalmente do lado europeu.

A via crescentemente agressiva de desenvolvimento do capitalismo, para além do empobrecimento dos trabalhadores e das populações, ataca, cada vez mais, direitos públicos universais como a Educação, a Saúde ou a Segurança Social de qualidade para todos. Mas vai mais longe a ganância do capital, a ponto de **pôr em causa a própria preservação do planeta**, cujos recursos naturais são explorados de forma descontrolada, começando a atingir níveis de rutura.

Apesar de se terem obtido alguns resultados positivos na recente Conferência

de Paris sobre o clima, **não é adquirido que os países, sobretudo os mais ricos, venham a respeitar os limites adequados à não destruição das condições de vida na Terra.** A insensibilidade e avidez, a partir dos países mais ricos, e a falta de recursos dos mais pobres, tem levado a que não sejam tomadas as medidas necessárias, desde logo, à redução da concentração de dióxido de carbono na atmosfera e, em consequência, do aquecimento global do planeta. Se a meta limite de 1,5 graus centígrados for ultrapassada, a situação do planeta e da humanidade pode ser de catástrofe generalizada.

Preservar exige que se abdique da exploração desenfreada de uma elevada percentagem dos recursos naturais e exige um forte investimento em alternativas. **É necessário que o lucro de alguns deixe de falar mais alto do que o futuro de todos**, pelo que a preservação do planeta passa, também ela, por uma forte luta anticapitalista.

Oportunidades que se abrem para o futuro

Com as eleições de 4 de outubro de 2015, **os portugueses penalizaram a maioria de direita que impôs as políticas de empobrecimento e se preparava para as prosseguir**, essencialmente, por razões de natureza ideológica, através de uma defesa feroz do capitalismo, como modelo de sociedade, e do liberalismo económico, enquanto estratégia para o seu aprofundamento.

Na Educação, por exemplo, a direita assumiu a **intenção de alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)**. É que esta lei constitui um obstáculo à concretização do projeto ideológico da direita, evidenciado no chamado guião da reforma do Estado e no programa apresentado pelo fugaz governo pós 4 de outubro. Porém, a coligação que juntou PSD e CDS perdeu mais de 720.000 votos; a sua expressão eleitoral reduziu-se de quase 51% para menos de 37%, com a perda de 25 deputados e, assim, da maioria absoluta que detinha na Assembleia da República.

Embora a direita não tivesse condições para continuar a governar, durante cerca de dois meses, **o então Presidente da República, representante fiel dos interesses do capital e da direita, recusou aceitar a vontade do Povo**, tendo ainda indigitado um governo cuja rejeição parlamentar estava anunciada. Depois de o programa do governo PSD/CDS ter sido reprovado pela maioria dos deputados, Cavaco Silva manteve o governo em funções durante mais um mês, passando a auscultar banqueiros e patronato, na procura de uma saída que garantisse a continuidade das políticas de direita. É significativo que só perante o protesto da CGTP-IN, Cavaco Silva acabasse por chamar, também, as confederações sindicais.

Sem a saída que pretendia e condicionado pela CRP que, tantas vezes, desrespeitou



(só em relação a questões orçamentais, por treze vezes o Tribunal Constitucional declarou inconstitucionais matérias que o Presidente da República promulgara), **Cavaco Silva, a custo e com desacordo explícito, acabou por indicar o atual Primeiro-Ministro**, cujo partido reunia, no Parlamento, a garantia de que, à sua esquerda, qualquer moção de rejeição apresentada pela direita seria reprovada.

Com a entrada em funções deste novo governo – o XXI Governo Constitucional (PS) –, **as expectativas dos trabalhadores portugueses elevaram-se**, não só pelo sentido das primeiras medidas aprovadas pela Assembleia da República (na Educação, verificou-se o fim dos exames do 4.º ano de escolaridade, a revogação definitiva da prova de avaliação de capacidades e conhecimentos, PACC, e a eliminação do regime de requalificação), mas também por, pela primeira vez, haver um governo PS de maioria relativa e suportado no parlamento pelos deputados de PS, BE, PCP e PEV.

As medidas aprovadas para a Educação foram acompanhadas de outras em domínios como a Saúde, a Segurança Social ou no setor dos transportes. Da mesma forma, avançaram medidas relativas a salários ou fiscalidade que, não sendo as reclamadas pelos trabalhadores, **ainda assim são mais favoráveis que as previstas pela direita**, caso tivesse sido reconduzida no governo.

No plano do relacionamento institucional, **criaram-se condições para a existência de linhas de diálogo e negociação, o que há muito não acontecia**. Novidade é o facto de existirem, hoje, duas frentes importantíssimas de intervenção a este nível, complementares e ambas com capacidade de decisão política: o governo – em particular, o Ministério da Educação (ME) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) – e a Assembleia da República.

Porém, o que se conquistar, neste novo quadro político, **dependerá sempre dos professores, educadores e investigadores** e das capacidades de intervenção, ação e luta que demonstrem.

Dois testes ao novo tempo: eleições presidenciais e Orçamento do Estado para 2016

Seguiram-se dois momentos importantíssimos: **as eleições presidenciais, no início deste ano, e a aprovação do Orçamento do Estado para 2016** (OE 2016) que, devido à data escolhida para as eleições legislativas por Cavaco Silva e ao atraso por si provocado na indicação do governo, também só seria aprovado com o ano em curso.

Nas eleições presidenciais de 24 de janeiro, **a direita apresentou um candidato** que, por razões táticas, se esforçou por retirar

visibilidade à presença dos partidos que o apoiaram e que beneficiou, essencialmente, de anos de promoção na comunicação social, tendo também, beneficiado de tratamento privilegiado em período pré-eleitoral.

Do resultado eleitoral, porém, **não poderão tirar-se ilações relativamente à legitimidade da maioria parlamentar** que suporta o governo. Sondagem efetuada no próprio dia 24 de janeiro (AXIMAGE), junto dos eleitores das presidenciais, revelou que o conjunto dos partidos que constituem a atual maioria contabilizou 52,1% (nas eleições legislativas, a 4 de outubro, somaram 50,6%). PSD e CDS, nessa sondagem, somaram 39%, no conjunto, com o CDS a valer apenas 3,3%.

Do Presidente da República eleito, exige-se que defenda, cumpra e faça cumprir a Constituição da República e o que ela consagra para Portugal e para os Portugueses, nomeadamente no que concerne à existência de funções sociais do Estado, de caráter universal, prestadas por serviços públicos de qualidade e no que respeita aos direitos de todos os cidadãos, designadamente os trabalhadores, os jovens, os idosos e as pessoas com deficiência.

Sobre o OE 2016, à data da entrega desta proposta aguarda-se ainda a sua divulgação, por razões a que acima se alude e que responsabilizam o ainda Presidente da República, Cavaco Silva. Registam-se muito negativamente as pressões que marcaram o processo de elaboração do OE, nomeadamente as oriundas da Comissão Europeia, e que têm de ser lidas como um esforço para, não obstante os resultados das eleições legislativas de outubro passado, obrigar à perpetuação integral das opções políticas e ideológicas seguidas pelo governo PSD/CDS e tuteladas pela troika a partir do Programa de Assistência Financeira imposto a partir de 2011. Àquelas pressões acresce o papel que a direita assumiu, procurando criar dificuldades à elaboração do OE, dentro do país e no plano internacional, designadamente na União Europeia.

Um tempo que abre perspectivas, mas impõe envolvimento e ação determinada

Não se estranha que **a estratégia da direita passe pela radicalização de posições de algumas organizações que servem os seus interesses** e têm intervenção no plano social e sindical. As ações desenvolvidas por organizações sindicais filiadas na UGT que, no caso dos docentes, são dominadas pelo PSD, são disso exemplo. Após quatro anos em que uma aparente letargia alternava com indistigáveis favores ao governo, ressurgem, agora, híper reivindicativas, assumindo posições que antes calavam.

Não é possível esquecer quem acordou a imposição da PACC a milhares de jovens profissionalizados, quem aceitou a criação do regime de requalificação, quem assinou o contrato coletivo de trabalho (CCT) do ensino particular e cooperativo, traindo os interesses e direitos dos docentes do setor, quem não foi consequente na contestação ao regime de concursos, designadamente às diversas modalidades de contratação direta pelas escolas, quem não se ouviu na contestação aos cortes salariais, aos inúmeros atentados à educação inclusiva, à asfíxia financeira dos centros de investigação e ciência ou aos cortes impostos no ensino superior. A elevação de voz a partir do momento em que se consumou o afastamento da direita do poder, não pode deixar de ser vista como um ato de hipocrisia e oportunismo político-partidário, ainda mais se recordarmos a recusa em convergir com outras organizações em momentos de luta fundamentais contra políticas e medidas que, agora, dizem contestar.

Da parte da FENPROF, as posições são claras. Os seus princípios são os de sempre; a sua disponibilidade negocial mantém-se inalterada; a importância que dá à apresentação de propostas sobre todos os assuntos que à Educação respeitam continua a ser muito elevada; a importância que atribui à participação, à ação e à luta dos professores, educadores e investigadores e, em geral, dos trabalhadores, não se reduz.

A postura dos governantes, nuns casos, e das entidades patronais, em outros, determinarão o curso do relacionamento que, em cada momento, será avaliado e se estabelecerá. Na atual conjuntura, o governo e, neste, os ministérios que têm responsabilidades na Educação (ME, MCTES, MCESS, MNE e MS), bem como as entidades empregadoras particulares e cooperativas, serão os interlocutores diretos a quem se exige capacidade negocial.

Simultaneamente, a **Assembleia da República**, que tem hoje uma maioria com obrigações sociais, económicas, culturais e políticas muito distintas das que tinha a de direita, será sempre um espaço de intervenção privilegiada da FENPROF. Nele procurará contribuir para a construção de consensos na atual maioria, e para a adoção de políticas de esquerda e soberanas, seguindo aqui a formulação usada pela CGTP-IN.

Esta ação no quadro institucional não dispensa uma ainda maior disponibilidade dos docentes e investigadores para se envolverem numa ação sindical que compreenda reflexão, debate, apresentação de propostas, ação e **a inevitável luta pelos objetivos reivindicativos estabelecidos**. Só dessa forma será possível alcançar os resultados desejados.

CAPÍTULO 2

A função social da escola

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, carta de princípios que estabelece quais os direitos inalienáveis do indivíduo, foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, estabelecendo no seu artigo 26.º que **“toda a pessoa tem direito à educação”**.

Passaram-se quase setenta anos e em muitos países, apesar dos esforços realizados, a concretização desse direito continua a ser uma meta difícil, se não mesmo impossível de alcançar. Não sendo o que acontece no nosso país, tal não impede uma **necessária reflexão sobre a importância e a função da Educação, sobre o papel da instituição escolar**, bem como a sua articulação com os objetivos estabelecidos nas agendas políticas de quem nos governa.

Apesar da possibilidade de um desenvolvimento sustentável e inclusivo, a verdade é que o mundo em que vivemos, cada vez mais globalizado, atingiu um nível de complexidade sem precedentes. As contradições, as assimetrias, o aumento das desigualdades e das intolerâncias, as crises e as tensões geradas constituem o **pano de fundo de uma realidade para a qual a escola é instada a responder**.

Faz, assim, todo o sentido referir um relatório elaborado por iniciativa da UNESCO, importante marco na história do pensamento educacional e que continua, em nosso entender, com toda a atualidade. Referimo-nos ao “Relatório Faure – Aprender a Ser (1972)” que, apesar de estar a cumprir o seu 43.º aniversário, mantém uma atualidade por demais evidente, fruto do seu caráter “antecipador”. Cabe sublinhar a referência à importância que as tecnologias educativas vão passar a apresentar e ao conceito e papel da **educação permanente**.

A Educação, portanto, tem de **ir muito para além da leitura, da escrita e do cálculo**, devendo para tal adotar métodos de aprendizagem que favoreçam o reforço da justiça, da equidade social e da solidariedade.

Esta abordagem ao ser cartografada no atual sistema educativo faz emergir questões que nos obrigam a uma reflexão. São elas: **qual a função social da escola numa sociedade que se quer democrática num tempo de globalização?** De que forma são entendidos conceitos como *o direito à educação, a igualdade de oportunidades e a escola e a prestação de serviço educativo?*

Começando pela função social da escola, que traz agregada a si o direito à educação, esta tem como compromisso assumido o desenvolvimento das capacidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos. Toda esta aprendizagem deve ser construída de forma contextualizada, contribuindo para o **desenvolvimento nos alunos de competências**

personais e sociais, assim como a aquisição de um núcleo de conhecimentos que lhes permitam ser cidadãos ativos, críticos e participativos na sociedade.

Não se pode, contudo, atribuir à escola a responsabilidade de pôr fim às injustiças que se avolumam atualmente na nossa sociedade. No entanto, pode e deve a escola contribuir de forma significativa para atenuar e combater as desigualdades socioeconómicas numa sociedade que se quer mais justa, fraterna e solidária. Assumindo este pressuposto, o grande desafio da escola pública é, pois, **fazer com que a sua função educativa assumam um papel compensatório**. Isto é, que atenda às diferenças, sejam elas quais forem, criando, deste modo, novas oportunidades a todos, no acesso e na partilha do saber e do conhecimento.

Em tal contexto, facilita-se a aquisição de novos conhecimentos, o desenvolvimento de mais capacidades e a valorização de saberes que as crianças e jovens consigo transportam. Neste processo, poder-se-á, então, inferir que uma **educação de qualidade deve ser aquela que visa a escola como um espaço e tempo de vida**, uma instituição privilegiada para uma aprendizagem com sentido, tornando-se esta assunção num desafio permanente da instituição escolar democrática.

A **satisfação destas necessidades, pelo sistema público de educação**, confere aos indivíduos a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural e linguística, assim como a promoção da educação de outros, na procura e na assunção responsabilizadora de uma maior justiça e coesão social.

Não menos fundamental em todo este processo educativo é o **enraizamento e enriquecimento dos valores culturais democráticos, éticos e morais comuns**. É nestes valores que os indivíduos e a sociedade ancoram a sua identidade e dignidade. Este é um dos grandes objetivos que se deve privilegiar na consecução de qualquer projeto educativo. Em suma, com todos estes pressupostos estruturantes, a função social da escola torna-se em si mesma uma finalidade.

Neste sentido, a função social da educação, de um modo geral, é a de **promover a mobilidade social e consequentemente universalizar as oportunidades**. Neste paradigma, a educação assume uma natureza axiológica. A escola obrigatória, laica e universal surge neste contexto como um processo de pertença social. A sua existência tem de ser consignada como um direito fundamental.

Assim, o direito à educação, ou seja, a educação para todos, consagrado nas sociedades contemporâneas, aponta os cidadãos como *naturalmente* os primeiros responsáveis pelo direito à educação das



crianças e jovens à sua responsabilidade. Contudo, **são os estados, jurídica e politicamente, os primeiros responsáveis pelo cumprimento do direito à educação** e consequentemente pelo desenvolvimento da função social da escola. Como afirma Reis Monteiro, são eles os autores e primeiros destinatários do Direito internacional em geral e, portanto, do Direito internacional da educação que subscreveram e ao qual se obrigam.

Numa sociedade em mutação e na asunção da sua identidade profissional, **os professores devem conceber-se como profissionais do direito à educação e da comunicação pedagógica**, salvaguardando desta forma o superior interesse do aluno, como um dos valores fundamentais na construção da sua profissionalidade.

A igualdade de oportunidades de acesso e sucesso para todos, ou do sucesso escolar generalizado, conceito transparente pela própria semântica das palavras, constituiu-se como um **direito a garantir pelo Estado**, até ao nível da entrada dos jovens no mercado de trabalho (12 anos de escolaridade, atualmente), assim como o acesso a um *currículo comum* para todos os alunos, independentemente da sua origem social, económica ou cultural e, não menos importante, providência a frequência da *mesma escola* por todos esses alunos.

A escola pública tem como missão, promover um ensino de qualidade, assim como reclamar que a simples aquisição dos saberes não basta. É preciso colocá-los ao serviço de competências ligadas a práticas sociais. Torna-se necessário aprender a mobilizá-los, servindo-nos deles para afrontar a complexidade do mundo e para tomar decisões que possam contribuir para a diminuição das desigualdades sociais.

Claro que não é de ignorar o **papel que pode caber ao ensino particular e cooperativo**, desde que devidamente enquadrado no que para este nível se preceitua na LBSE. Ao mesmo tempo que estabelece, no seu artigo 37º, que “*compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população*” (sublinhado nosso), reconhece noutro artigo (54º), como especificidade, que o ensino particular e cooperativo se rege “por legislação e estatuto próprios, que devem subordinar-se ao disposto na presente lei”.

Fica assim evidente o **carácter prioritário das responsabilidades do Estado na Educação e o papel supletivo de algumas respostas**, sempre com carácter complementar, do ensino privado.

Do histórico da elaboração desta lei, em 1986, consta aliás a recusa da Assembleia da República da época em incluir um aditamento proposto pela direita que pretendia que “o Estado assegura ao ensino particular e cooperativo a igualdade de tratamento em relação ao ensino público”. Sintomático!

Passados 29 anos, **a mesma direita viria a retomar esta pretensão no quadro da autodesignada “Reforma do Estado”**.

Na **agenda política neoliberal**, a escola assume-se como uma instituição prestadora de um serviço educativo, onde o *modus operandi* é de que quase tudo pode ser mercantilizado, continuando este pressuposto a encontrar terreno político fértil para a sua disseminação no nosso sistema educativo.

A concessão de serviços, a subcontratação e outras formas de transferência de competência para entidades privadas de tipo empresarial, foram algumas das primeiras expressões dessa visão, aplicada às nossas escolas. É de sublinhar, quanto a isto, que a defesa da oferta pública se faz, também, pela **exigência de qualidade que não pode estar dependente de qualquer critério de lucro**.

Prosseguindo, compete a cada um de nós, de uma forma clara e informada, tomar uma posição sobre a **asserção da Educação: ou se entende a mesma como um bem público ou como um produto de consumo**, não ignorando que a primeira nos remete para a posição de cidadãos, enquanto a segunda para a de consumidores. Numa análise política de malha fina, importa salientar as relações que estas posições estabelecem e de que formas são apresentadas aos indivíduos.

Na esteira de Roger Dale, assumimos que as dicotomias políticas existentes entre um sistema educativo enquanto serviço público e a prestação de um serviço privado são expressas, por um lado, na universalidade de *ter direito* a bens e serviços de igual valor; por outro lado, pelo *fornecimento* de serviços e bens cujo valor social depende da sua relação com outros congéneres e cuja posse classifica e estratifica os seus destinatários. Também existem diferenças substantivas na natureza das tarefas, nas finalidades, nos valores de referência e no significado dos serviços prestados pelas instituições. **O serviço público, quando instituído, não tem como objetivo o lucro**.

A diferenciação pelo mérito e a competição estão a consolidar-se como questões fundamentais para os grupos sociais dominantes. Foi no desenvolvimento deste processo que se impuseram formas de controlo e de monitorização do sistema educativo. Estas são visíveis e concretizam-se através da avaliação (exames nacionais generalizados a todo o sistema educativo), da gestão escolar, de rankings estabelecidos a partir dos resultados dos exames, bem como de modelos de avaliação das escolas que têm vindo a ser seguidos.

Com o objetivo de se afirmarem, neste contexto, **muitas escolas têm vindo a celebrar parcerias com entidades privadas que passam a intervir com influência nas suas decisões**. De facto, o recurso a avaliadores do sucesso (associações, empresas, fundações), recorrendo a instrumentos de medição por

si gerados (provas, questionários, etc.) ou à produção de relatórios instrucionais, tem servido para potenciar exercícios de poder das direções, degradar relações laborais e até desvalorizar o papel dos professores. De igual modo, a orientação de proximidade ou a complacência para a promoção de ofertas privadas de ensino em estabelecimentos públicos contribuem também para um promíscuo quadro de intervenção direta (nomeadamente em órgãos de direção) de interesses concorrenciais da oferta que o Estado tem de garantir e defender.

Cumprir lembrar que a LBSE (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), ainda em vigor, no seu artigo 2º, ponto 2, refere que é do Estado a responsabilidade de **“promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares”**.

Contudo, as *políticas continuadas e de consolidação ideológica* dos últimos governos, que consagram a competição, a excelência, e os resultados a qualquer custo, significam um **efetivo aprisionamento da conceção democrática da escola pública** por uma política colonizadora de carácter mercantilista.

Foi neste contexto sociopolítico que nos foi imposta a *Revisão da Estrutura Curricular* do XIX Governo Constitucional (PSD/CDS), e, portanto, o currículo como construção histórico-cultural não fica imune às mudanças em marcha. Convém, no entanto, recordar que o **currículo não é neutro, é fundamentalmente determinado pelas opções políticas dos estratos sociais dominantes**.

Deste modo, e assumindo que o currículo é mais do que a apresentação seletiva do conhecimento, mais do que um plano tecnológico altamente estruturado, que não se esgota nos *conteúdos a ensinar e a aprender, isto é, na dimensão do saber, mas que se amplia às dimensões do ser, do formar-se, do transformar-se, do decidir, do intervir e do viver e conviver com os outros*, a revisão apresentada e consumada não permitiu uma **discussão aprofundada e alargada no tempo com aqueles a quem cabe o desafio profissional quotidiano de “fazedores do currículo”**, em contextos cuja diversidade sociocultural impera – os professores.

Partindo, ainda, do pressuposto de que o currículo é um *projeto antropológico de crenças, valores, atitudes e saberes que configuram um sistema, uma estrutura que procura alicerçar a aprendizagem*, conceber o currículo desenraizado deste quadro conceptual de intervenção é esquecer que ele **faz parte de um todo cultural e que as suas responsabilidades não são só educativas**, mas também sociais.

A revisão curricular do XIX Governo Constitucional, de Nuno Crato, ainda em vigor, assume a **liberdade dos professores no**

desenhar do currículo, a qual se esgota perante a prescrição dos exames nacionais (exceto os exames dos 4.º e 6.º anos de escolaridade, já anulados), assim como na pressão dos resultados académicos e dos rankings das escolas; uma outra, intrinsecamente ligada aos exames e rankings referidos, apresenta os métodos de ensino como a centralidade da ação profissional dos professores, ou seja, é na técnica do processo de ensino que reside a resposta à pressão dos resultados, sendo-lhes desta forma imputada a total responsabilidade para o sucesso dos alunos, como se os contextos socioculturais nada significassem na vida de todos os intervenientes do processo de ensino e de aprendizagem. Por outro lado, se esta não foi a realidade proposta, de que serviu acabar com a gestão flexível do currículo?

A política curricular diz respeito a um conjunto de princípios educativos e curriculares, de regras e de estratégias que visam definir e orientar a oferta educativa. Neste sentido, a política curricular é a política que representa a expressão de uma legitimidade e de um poder relacionados com tomadas de decisão sobre a seleção, a organização e a avaliação dos conteúdos de aprendizagem. Por este facto, a FENPROF entende que **qualquer alteração nesta área deve ser sempre precedida de uma ampla discussão pública e social**.

Não assumindo este princípio, **as alterações curriculares emanadas pelo XIX Governo Constitucional, PSD/CDS, foram apenas baseadas em conceitos abstratos**. O que está subjacente por detrás dessas definições, não é a de um aluno concreto, é a de um aluno médio abstrato. Um aluno médio, uma escola média, uma turma média, um professor médio, etc.

Na esteira de João Formosinho, o que deve ser tido como **importante é que a escola se organize pedagogicamente para todos e para cada um**, o que implica que a questão da diferenciação pedagógica seja clara e assumida, isto é, que se possa partir para uma diferente organização pedagógica. Colocar a organização pedagógica da escola (uma gramática organizacional com mais de 150 anos e desenhada a partir da escola de elites) como uma discussão importante a realizar, contribuiria muito para uma mudança que se quer positiva e real nas escolas, independentemente das continuidades políticas educativas verificadas.

Ficou patente que o tempo que acabamos de viver não foi o tempo orientado para as solidariedades, da formação dos indivíduos cooperativos e solidários. Nos últimos anos, como resultado das mutações que têm vindo a acontecer na esfera social e política, com as inevitáveis consequências económicas, **a educação tem vindo a ser progressivamente sujeita aos desideratos do mercado de trabalho e pouco mais tem sido**

do que um instrumento de legitimação de uma divisão social desigual, com a crescente instrumentalização da educação ao serviço do recurso humano, organizado, gerido, valorizado, desclassificado, reciclado e, dado o caso, abandonado em função da sua utilidade para o emprego.

Vive-se hoje um *tempo político* novo. Um tempo e uma janela de oportunidade. Um tempo em que o carácter competitivo, individualista e alienado, marcado pelo hiperconsumo, pela mercantilização de qualquer bem ou serviço, pela intolerância e pelo conflito, obriga a um plano ambicioso para a educação, que se afigura tão necessário quanto urgente. A escola não pode deixar de responder a estes desafios neste novo contexto político, onde as expectativas são altas. **É tempo de exigir o regresso a uma profissionalidade crítica e reflexiva**, onde a autonomia individual e os processos criativos, conjugados com corredores de liberdade individual, sejam cada vez mais e maiores.

A valorização da função social da escola pode ser promotora, e até estimuladora, de **processos democráticos de transformação social** em tempo de globalização.

Neste processo, várias preocupações emergem: que caminho deve a escola seguir num mundo que se mediatiza e globaliza? Como superar a crise em que se encontra, enquanto instituição potenciadora e promotora de igualdade de oportunidades para todos, vivenciando uma crise económico-financeira profunda quer a nível nacional, quer global? Como reorientar a educação no sentido de uma sociedade mais global, sem perder a especificidade nacional? **Que educação para o século XXI?** Qual o papel da escola constantemente confrontada com desafios a que não pode responder sozinha, ao mesmo tempo que é solicitada para missões que não lhe competem?

A FENPROF apresenta, de uma forma totalmente aberta e visando a necessária e ampla discussão que tais matérias devem ter, a **possibilidade de os ciclos de ensino virem a organizar-se de outra maneira**, em vez dos atuais “quatro-dois-três-três-ensino superior”. Impõe-se discutir a organização da escolaridade obrigatória, hoje de doze anos. Por exemplo, há que equacionar se a existência de um ciclo de ensino de dois anos na primeira metade deste percurso mantém a oportunidade que foi considerada em 1986, aquando da aprovação da LBSE, ou se, pelo contrário, haverá vantagem em homogeneizar a duração destes ciclos, pensada a articulação entre eles, a sua sequencialidade e a diferenciação pedagógica que se lhes venha a atribuir.

A FENPROF defende também a implementação de **políticas públicas de educação de adultos**, nas suas vertentes formais, não formais e informais, que permitam, definitivamente, afastar o espetro do analfabetismo e das baixas taxas de qualificação



dos portugueses. Tais políticas necessitam ser continuadas, fator fundamental para a sua eficácia, o que não tem acontecido no nosso país.

Desde o 25 de Abril, **poucas vezes se assistiu a um real investimento nacional nesta área**. Excluindo o generoso envolvimento das mais diversas organizações sociais e da Direção Geral da Educação Permanente, em 1974 e 1975, apenas nos finais dos anos 90 com a criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos e, posteriormente, com a Iniciativa Novas Oportunidades, se desenvolveu uma política coerente envolvendo assinaláveis meios. Práticas inovadoras, reconhecidas internacionalmente, foram colocadas no terreno, tendo obtido meritórios resultados.

Mau grado uma evidente **deriva, mais recente, do conceito da educação de adultos para uma visão “utilitarista”**, perseguindo a “empregabilidade” e a “adaptabilidade ao mercado” propostos pela Aprendizagem ao Longo da Vida – seguindo o modelo em voga nas instâncias europeias, fornecedoras dos meios financeiros disponíveis –, na primeira década deste século assistiu-se a uma inédita participação popular nos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências. Um milhão e trezentos mil adultos inscreveram-se e cerca de quatrocentos e dez mil obtiveram uma certificação. Cerca de sessenta mil concluíram cursos de educação e formação. Não são resultados a desprezar. As justas críticas a algumas perversões do modelo institucionalizado não podem fazer esquecer os evidentes méritos.

Infelizmente, a partir de 2011, suspensa que foi a iniciativa Novas Oportunidades, o esforço do Estado para continuar a ultrapassar os reconhecidos défices nacionais quase desapareceu. Importa, portanto, **exigir ao XXI Governo uma atenção especial para com a educação de adultos**, criando as condições para que se concretize uma das políticas públicas mais necessárias no país, corrigindo erros do passado recente (como a denominada “deriva vocacionista”). O Programa do XXI Governo, apostando em “Investir na educação de adultos e na formação ao longo da vida”, dá um passo positivo ao voltar a dar a visibilidade necessária à educação de adultos.

Concluindo, a escola que desejamos é uma escola atenta ao conhecimento e aos processos da sua transmissão. Uma escola onde se aprende a aprender, a pensar, a avaliar, a protestar, a desconfiar do nosso etnocentrismo, das nossas certezas, a conviver e a ouvir os outros. Uma escola que consiga conjugar a construção da cidadania no ensino disciplinar. Uma escola que procure harmonizar o nosso interesse com o interesse coletivo e a apreciar o valor da democracia e dos direitos humanos. **Em suma, uma escola que possa promover a articulação da vida escolar com a vida fora dela.**

Gestão escolar e democracia

A gestão democrática das escolas esteve sempre no caderno reivindicativo da FENPROF porque as questões relativas à autonomia, direção e gestão dos estabelecimentos de ensino são da maior relevância para a vida das escolas – pela dimensão política que assumem e pela forma como influenciam as relações de trabalho e o clima de escola.

As alterações legislativas introduzidas nesta área, particularmente a partir de 2008, representam um **grave retrocesso no funcionamento democrático das escolas**. A concentração de poderes num órgão de gestão unipessoal, inibindo as práticas democráticas colegiais e até os processos eleitorais, ou a limitação da participação dos professores nas decisões pedagógicas e de política educativa, são sinais de um novo paradigma: o gerencialismo na educação escolar.

O impacto negativo do atual modelo é cada vez mais sentido nas escolas, sendo frequentes situações de abusos de poder que levam a um crescente sentimento de insegurança e de medo. A situação só não é mais grave porque as características pessoais de alguns diretores ainda vão conseguindo contrariar a natureza do modelo e as práticas que favorece.

Sete anos passados sobre a entrada em vigor do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, torna-se por demais evidente que muitos dos problemas que as escolas hoje enfrentam estão relacionados com a sua organização e gestão. A construção de um **outro regime de direção e gestão das escolas torna-se, assim, um objetivo reivindicativo da maior importância** para os professores e para a FENPROF.

O modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas. É pela prática democrática e através do exercício de direitos essenciais como a participação e a eleição, que se vive a democracia. As crianças e os jovens são socializados – ou não – para os valores da democracia, da cidadania, do diálogo, da participação, através da vivência numa organização onde estão cada vez mais anos da sua vida. A democratização do governo da escola deve, por isso, ser defendida não só pelo seu valor intrínseco no quadro da garantia dos direitos sociais e de cidadania, mas também pelo seu impacto na promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica.

A elegibilidade e a colegialidade dos cargos de direção e gestão (de topo e intermédia) são marcas distintivas da administração das escolas em Portugal. E a FENPROF considera que a assunção destes princípios é absolutamente decisiva para a promoção de uma escola pública e democrática. Uma escola que não é democrática no seu funcionamento e organização não educa para a democracia.

A participação e a democracia são também valores fundamentais no ensino superior. Contudo, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) publicado em 2007, ao pretender dificultar algumas práticas menos conformes ao interesse público, caiu no polo oposto. Este diploma veio limitar drasticamente a participação, designadamente no que respeita à colegialidade dos órgãos académicos, reduzindo muito os seus poderes e o número dos seus membros e facilitando a instauração de formas de gestão de pendor autocrático, desconformes com as condições para o exercício da liberdade académica, coartando a iniciativa individual e coletiva, bem como a criatividade, essenciais às missões do ensino superior.

Descentralização e autonomia

Algumas das distorções do modelo atual de direção e gestão (educação pré-escolar e ensinos básico e secundário) ficaram, de resto, patentes no **recente processo de delegação de competências para as autarquias** ao abrigo do Programa Aproximar Educação (PAE). Um processo em que os professores foram totalmente colocados à margem e em que os diretores foram os principais interlocutores das autarquias, em detrimento dos conselhos gerais, que supostamente teriam de dar parecer positivo, mas cuja posição foi ignorada, sempre que da votação resultou a rejeição do modelo.

Esta situação desmonta a **retórica in-consequente da autonomia das escolas**, que alegadamente o PAE pretendia reforçar – ideia paradoxal, num quadro em que as autarquias passam a intervir nas áreas curricular, pedagógica e de gestão de recursos, com as escolas a perder ou a partilhar com os municípios competências que anteriormente estavam na sua esfera de decisão.

A FENPROF denunciou o secretismo que caracterizou a negociação e assinatura de contratos interadministrativos de delegação de competências com quinze municípios, assim como a ausência de uma discussão séria e ponderada sobre o conteúdo e as implicações dessa contratualização (ao nível do financiamento da educação pública, da gestão pedagógica e curricular e da gestão do pessoal docente). Inaceitável é a dupla tutela que **deixará a escola entre o poder concentrado do centro e o poder municipalizado, numa espécie de centralismo local**. Ou, ainda, que a transferência para os municípios seja feita, em parte, com as competências que hoje estão atribuídas à escola.

Em consulta nacional, por voto secreto, os professores portugueses disseram “não” à municipalização da educação (98% dos votos expressos). Neste contexto, **a**

FENPROF defende a suspensão deste projeto-piloto, alertando para os riscos associados à municipalização da educação: o acentuar de assimetrias entre escolas de diferentes municípios; o descomprometimento do Estado em termos de financiamento e responsabilidades sociais; um maior controlo sobre as escolas; o aumento do clientelismo, do sentimento de insegurança e da desmotivação dos professores.

Por se tratar de uma reconfiguração do sistema educativo, a FENPROF exige que **qualquer processo de transferência de novas responsabilidades para o poder local seja objeto de debate público e negociação com as organizações representativas** da comunidade educativa. Um debate que garanta o envolvimento das escolas e dos professores, valorizando as suas posições e os seus contributos. E deve ser enquadrado por uma ideia que reflita os caminhos e as condições para a descentralização administrativa do país.

O **programa do XXI Governo Constitucional** (p. 109) afirma “promover a descentralização e a desburocratização do sistema educativo, enquanto elementos indispensáveis para que as escolas e os agrupamentos possam trabalhar num clima que lhes permita estar mais focados no que os alunos têm que aprender”. Refere ainda que “é fundamental consolidar e alargar significativamente o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e agrupamentos, como elemento central do esforço de descentralização das competências até agora concentradas no Ministério da Educação, com reforço da legitimidade e da responsabilidade dos seus órgãos de administração e gestão. Este esforço tem como elemento fundamental a consolidação da autonomia pedagógica das escolas e dos professores”.

A FENPROF tem reafirmado que a valorização da escola, como espaço organizacional dotado de autonomia, só é possível num quadro de descentralização da administração educativa, considerando que enquanto esta se mantiver fortemente centralizada, a autonomia das escolas continuará a ser sistematicamente contrariada, quer por uma regulamentação excessiva, quer por práticas de ingerência da administração. Destas, releva-se **a imposição administrativa de mega-agrupamentos de escolas – um exemplo paradigmático da prevalência de critérios economicistas** sobre critérios de natureza pedagógica e uma opção de ordenamento da rede que urge corrigir, apesar de esta matéria estar totalmente ausente do programa do novo governo para a Educação.

Descentralizar é transferir poderes (competências e meios) do nível central para outros níveis do sistema. Neste sentido, importa clarificar que competências devem ser descentralizadas e para que órgãos.

A FENPROF defende há muito a transferência de competências para o nível

local e para a escola e, a estes dois níveis, para órgãos próprios, democraticamente legitimados e com adequada representação escolar e comunitária.

No que toca ao nível local, **a Federação defende a criação de conselhos locais de educação (CLE)**, estruturas onde os municípios têm um papel importante mas não determinante. Estes CLE são órgãos locais de administração educativa, de representação ampla e pluralidade de interesses, com competências próprias (por exemplo, a organização da rede escolar e a definição das áreas vocacionais a adotar no ensino secundário ou das componentes curriculares locais). Não são órgãos de tutela das escolas – são instâncias privilegiadas de territorialização das políticas educativas nacionais e espaços de encontro das escolas de uma determinada área, que aí devem poder articular e potenciar projetos educativos que, autonomamente, cada uma concebe, desenvolve e avalia.

Ao nível da escola, a FENPROF defende a existência de um órgão de direção forte, a que chama **conselho de direção, constituído por representantes de todos os intervenientes diretos na vida escolar** (professores, funcionários, alunos e pais/ encarregados de educação), com poderes no domínio das decisões de política educativa e de orientação pedagógica. Para a Federação, a gestão escolar deverá estar subordinada ao poder democrático do órgão de direção.

Concretamente, e em paralelo com as competências que deverão ser transferidas para o nível local, **a FENPROF defende que as escolas têm que dispor de uma efetiva autonomia em áreas essenciais** e que, nesse âmbito, devem, nomeadamente, poder:

- Tomar **decisões curriculares**, tendo em conta os contextos sociais, culturais e económicos e a sua adequação ao nível pedagógico e administrativo (sem pôr em causa o currículo nuclear nacional);

- Definir o seu **modelo de organização**, com vista ao desenvolvimento dos seus projetos educativos e dos processos de ensino-aprendizagem, de modo a que estes promovam a consecução dos objetivos gerais e específicos aprovados pelas escolas;

- Definir a composição e as competências das **estruturas de gestão intermédia**;

- Decidir sobre a organização dos **espaços, tempos, e números de alunos por turma**;

- Definir e gerir os **créditos horários** destinados ao desenvolvimento de projetos e ao desempenho de cargos, incentivando a colegialidade e a cooperação;

- Elaborar as suas **regras internas de funcionamento**, assumindo o regulamento interno como um instrumento ao serviço das opções expressas no Projeto Educativo de Escola.

No que toca concretamente à gestão pedagógica, **a FENPROF entende o conselho pedagógico como o centro nevrálgico da**



pedagogia. E de pedagogia deve tratar quem sabe – os docentes. Assim, este órgão será composto por educadores e professores, entre os quais se encontrará o seu presidente por um processo de eleição, assim como os seus elementos constitutivos que devem ser eleitos pelas estruturas de gestão intermédia e de supervisão pedagógica. Antes de mais, importa clarificar a separação e complementaridade entre direção e gestão escolares, com a segunda subordinada à primeira, garantindo, desta forma, a prevalência de critérios pedagógicos e científicos sobre critérios administrativos ou quaisquer outros.

O conselho pedagógico é encarado como uma secção do conselho de direção, e se é o órgão de direção pedagógica da escola, então **será responsável pela definição do modelo de organização do processo de ensino-aprendizagem**, nomeadamente o tipo, as competências e a composição das estruturas pedagógicas intermédias, tornando o seu funcionamento menos burocrático, reforçando a coordenação pedagógica e a articulação curricular e adequando-o à realidade de cada comunidade educativa. Deverá, ainda, competir ao conselho pedagógico a flexibilização e a organização dos espaços, tempos, agrupamentos de alunos e apoios educativos.

Quanto ao **conselho de gestão, será composto por uma equipa eleita de professores**, a quem cabe realizar a gestão quotidiana das escolas nos domínios pedagógico, administrativo e de pessoal, no respeito pelas orientações do órgão de direção, cujas decisões lhe cabe executar e fazer executar.

A FENPROF defende que **na autonomia das escolas não devem estar implicadas:**

- A **contratação dos docentes** pelas escolas (ou pelos municípios). A situação de enorme instabilidade a que estão ainda sujeitos milhares de docentes ver-se-ia agravada num contexto de arbitrariedade e falta de transparência e equidade.

- A livre **seleção dos alunos** pelas escolas. O Estado tem a obrigação, constitucionalmente consagrada, de organizar uma rede pública de educação que permita aos alunos frequentar uma escola próxima da sua residência. Se isso não for garantido, é o próprio direito à educação que é posto em causa.

- A **dotação global de um orçamento** às escolas, que inclua despesas com pessoal. Sendo necessária uma maior intervenção das escolas na determinação dos seus orçamentos, assim como uma maior flexibilidade na gestão das verbas relativas às despesas correntes e de capital, a atribuição desta dotação global, sobretudo no quadro de subordinação a que as escolas estão sujeitas, criar-lhes-ia dificuldades acrescidas, por um lado porque poderiam vir a ter que equacionar dispensar pessoal para poder fazer face a outras despesas, e por outro porque

teriam que afetar mais recursos humanos à gestão financeira, acabando por prejudicar o desenvolvimento de trabalho na vertente pedagógica.

- A atribuição às escolas de **personalidade jurídica para efeitos de recurso a créditos** bancários, numa lógica de autofinanciamento. Independentemente das receitas próprias que algumas escolas já hoje conseguem obter, sublinhamos a responsabilidade do Estado no financiamento da rede pública de educação e ensino.

É comumente aceite que é necessário reforçar a autonomia das escolas. Importa, contudo, **clarificar o conceito de autonomia** – quando falamos de autonomia falamos de poder de decisão, de democracia e de participação? Ou apenas da possibilidade de as escolas executarem de forma mais ou menos criativa decisões centrais? Ou ainda da desregulação do sistema público de ensino e da sua privatização?

A autonomia das escolas não é uma questão técnica, **é uma questão essencialmente política**. Por isso, as medidas de reforço da autonomia podem assumir diferentes objetivos e modalidades de concretização, em função das perspetivas políticas que as sustentam.

São estas perspetivas que têm que ser discutidas, no quadro de um projeto político nacional e dos princípios fundadores da Escola Pública, como um bem comum: a universalidade do acesso, a igualdade de oportunidades e a promoção do sucesso educativo de todos. E por isso a FENPROF afirma que **se pode defender a autonomia das escolas, recusando a desresponsabilização do Estado** em matéria de educação e ensino, recusando a desregulação da oferta pública nacional de ensino, recusando um sistema de recrutamento de professores arbitrário e pouco transparente e recusando a desregulamentação da profissão docente e a restrição de direitos essenciais à sua dignificação e indispensáveis ao desenvolvimento da escola como um espaço mais autónomo, livre e democrático.

Cabe aqui, por inteiro, ainda uma referência às instituições do ensino superior. A pretexto da “consolidação orçamental”, foram-lhes impostas fortes restrições à sua autonomia administrativa e financeira nestes últimos anos, **levando algumas universidades a pretenderem transformar-se em fundações** com regime de direito privado, como forma de tentarem libertar-se, alegadamente, do “espartilho” da burocracia do Estado. Trata-se, ao mesmo tempo, de um engodo para justificar, a prazo, uma ainda maior redução da responsabilidade do Estado, designadamente, pelo seu financiamento, e uma confissão de impotência política da tutela para conseguir que sejam salvaguardadas a nível da política governamental as condições para garantir uma gestão eficaz e eficiente, às instituições do ensino superior, sem que

tenham de abandonar o regime público, dando assim cumprimento ao estabelecido na CRP.

Perfil profissional docente

No momento de viragem política que se vive em Portugal, é indispensável que apareça, no primeiro plano da inversão de caminhos que urge começar a percorrer, a **necessidade de uma identidade profissional docente centrada no reconhecimento do insubstituível papel dos professores**, enquanto agentes de mudança e co-construtores de um melhor futuro.

É nos momentos decisivos que se devem tomar as grandes decisões. Tenhamos a coragem, pois, de afirmar que **não há futuro para a educação neste país sem que os professores se voltem a sentir entusiastas do conhecimento**, condutores de aprendizagens significativas dos seus alunos e dinamizadores de um espaço-escola cooperativo e empenhado na formação dos cidadãos responsáveis que o país precisa.

A desqualificação da profissão docente tem sido um objetivo carregado de intencionalidade dos políticos neoliberais que nos governam há (demasiados) anos. Contar com docentes obedientes, submissos, conformados, sujeitos a uma burocracia asfixiante e facilmente comandados tanto por tutelas próximas como distantes e que não suportam quaisquer rasgos de autonomia pessoal ou coletiva, é um desígnio claro destas políticas retrógradas que procuram, já sem disfarces, a elitização dos sistemas educativos.

Há que dizê-lo frontalmente e sem subterfúgios – **elitizar os sistemas educativos públicos é a fórmula mais curta para o caminho da sua privatização**. Os professores devem perceber que, também por esta via, estão a ser instrumentalizados e o que deles espera quem tal promove é, tão só, a complacência perante tais desígnios.

Como a FENPROF sempre defendeu, a par de todas as movimentações progressistas na área, a Educação não pode nunca ser equacionada como se de uma mercadoria se tratasse. Por isso mesmo, **a FENPROF rejeita a subordinação da educação a uma lógica mercantil**.

A situação difícil que vivemos em Portugal, acentuada pela crise económico-financeira iniciada em 2008 e pelas políticas ultraliberais de que o XIX Governo Constitucional (PSD/CDS) é exemplo paradigmático, têm contribuído para uma **cada vez maior degradação da Escola Pública**, tornando-a distante do que Riccardo Petrella considerava como “um local onde se constrói o laço social, onde deve elaborar-se a democracia da vida”.

A escola tem de voltar a ser uma instituição social de referência e, para isso, é fundamental assumir, quer do ponto de vista social quer político, que **os professores são parte indispensável** da argamassa com

que se constroem as suas paredes. Estes professores, indispensáveis à escola do futuro, só poderão ser professores motivados, confiantes na sua preparação e capacidades, usufruindo da autonomia pedagógica inerente a esta profissão.

Claro que **autonomia pedagógica não significa individualismo** mas, bem pelo contrário, cooperação, entreajuda, participação e partilha, com os seus pares, dos saberes que todos têm e devem ser colocados ao serviço de projetos exigentes que visem as aprendizagens de qualidade a que todos os seus alunos têm direito.

A FENPROF sabe **que esta forma de estar na escola e na educação está nos antípodas do professor funcionário** que os neoliberais projetaram, impulsionaram e tentaram estabelecer como facto consumado e irreversível. O que não avaliaram devidamente foi a capacidade de resistência de muitos professores a este *diktat*, que, insubmissos, conscientes e organizados em torno de sindicatos representativos e combativos, se mostram dispostos a percorrer outros caminhos.

No nosso país, o poder quase discricionário da direita, levou a cabo uma ofensiva legislativa que procurou deixar raízes inamovíveis de um pensamento retrógrado da educação e dos educadores que a concretizam. **É tempo de demonstrar que nada é inamovível** e que é possível inverter os caminhos seguidos. A FENPROF afirma convictamente que tal é necessário e possível.

É essa possibilidade que, depois de assumida, deve ser trabalhada ao nível de propostas concretas que apontem para a **reversão das medidas constrangedoras do perfil profissional docente** que a FENPROF defende.

Uma dessas medidas é o **modelo de avaliação do desempenho docente** atualmente em vigor. Pensado para ser, antes de tudo, um colete de forças da autonomia e criatividade dos professores, tal modelo aposta tudo na burocratização de processos, no controlo férreo da atividade docente, no alimentar de posturas subservientes perante um poder hierárquico de proximidade assente na unipessoalidade da gestão escolar, em suma, em funcionarizar os professores ao limite.

Este estatuto de **funcionário obediente e servil**, implementado pelos poderes políticos dos últimos anos, é encarado pela FENPROF como absolutamente impeditivo do desempenho autónomo, criativo e responsável dos professores nas respostas que só a sua autoridade profissional pode encontrar para elevar a qualidade da educação no país e melhorar as aprendizagens e o sucesso dos nossos alunos.

Reverter esse sistema de avaliação do desempenho docente é imprescindível e constitui uma das principais exigências da FENPROF nos tempos que correm.

No ensino superior, onde a avaliação do desempenho dos docentes se realiza com base em regulamentos aprovados pelas instituições, para além dos riscos de falta de objetividade, imparcialidade e equidade, há ainda o risco de uma **grave limitação da liberdade académica dos docentes**, devido a tentações para padronizar o seu trabalho na docência, na investigação e na extensão, por via do que se valoriza mais e do que se deixa de valorizar, ou se valoriza menos, com graves prejuízos para o cumprimento cabal e equilibrado de todas as dimensões da atividade dos docentes.

Em paralelo com aquela exigência de reversão, coloca-se também uma outra de grande alcance, relativa **à definição do horário de trabalho que os professores estão obrigados a cumprir**. Também nos últimos anos se acentuou a sobrecarga de trabalho que impende sobre estes. Ela é resultante da incorreta definição do que é trabalho letivo e não letivo, do “afogamento” em tarefas burocráticas e reuniões excessivas, da sujeição a discricionariedades hierárquicas de vários tipos, de uma exposição social agressiva, debilitante e cansativa e, não menos, da não contratação dos docentes necessários para substituir os que saem por motivos diversos (da aposentação à não renovação de contratos derivada de cortes orçamentais, como sucede, por exemplo, nas instituições de ensino superior).

Recompor toda a arquitetura de suporte ao quotidiano profissional docente é uma urgência para o relançamento da qualidade do que se ensina e aprende nas nossas escolas e que a FENPROF coloca em primeiríssimo plano das urgências legislativas do novo governo de Portugal.

Há ainda uma outra área do sistema educativo que urge regressar a uma certa normalidade, que já teve, antes da fúria neoliberal que nos assolou, que é a de se conseguir **retomar a lógica de dotar os quadros das escolas do número suficiente de profissionais** necessários ao cumprimento da sua insubstituível função social. Referimo-nos, naturalmente, à afetação de professores às escolas e às regras de concurso para que isso ocorra.

Não equacionando sequer a arbitrariedade e o compadrio de colocações ao nível de escola, a normalidade só será restabelecida a partir de um redimensionamento dos quadros de escola de acordo com as suas reais necessidades, de **concursos públicos que respeitem a graduação profissional** dos docentes que a eles se sujeitam, que garantam a anualidade da sua realização ao mesmo tempo das garantias de estabilidade laboral e fixação dos professores a escolas de dimensão humanizada, e não megaempresas educativas que desincentivam o trabalho cooperativo e solidário de profissionais estimulados para dar o seu melhor.



No ensino superior, o RJIES e os atuais estatutos das carreiras docentes, universitária e politécnica, consagram normas que definem valores mínimos para lugares de carreira, face ao número dos docentes convidados, bem como de efetivos mínimos nas categorias mais elevadas e, no caso do ensino politécnico, também de especialistas. O facto é que tais normas não têm sido cumpridas. Entre outros efeitos, isto **tem levado à não renovação dos corpos docentes**, cuja idade média já é elevada, dificultando ou impedindo a continuidade do nível já conseguido de produção científica e pedagógica em importantes áreas do saber, com graves prejuízos para o país.

A **identidade profissional docente** é uma construção, permanente e sempre inacabada, cuja vitalidade beneficia muito de um acreditar e sentir a profissão, apanágio de quem se sente estimulado.

Os professores querem ser exigentes, rigorosos e empenhados no seu trabalho e, para isso, **dispensam claramente tutelas autoritárias**, venham de onde vierem, sempre cerceadoras da liberdade de pensamento, bem como do livre exercício da sua atividade.

Só com docentes qualificados, motivados e integrados em escolas e agrupamentos de dimensão humana aceitável, se poderá atingir uma educação de qualidade e de sucesso para todos. Com este pressuposto, a **FENPROF defende**:

- **A valorização e dignificação do papel do professor** junto da comunidade educativa e da opinião pública em geral, pelo que importa redefinir, nesse sentido, e cumprir os estatutos de carreira;

- **A criação de condições de estabilidade** do pessoal docente nas escolas, rejeitando a cultura do descartável e valorizando o papel da comunidade escolar na consecução de escolas de qualidade e, no caso do ensino superior, atribuindo aos docentes as condições previstas na lei para a aquisição do doutoramento (dispensa de serviço docente e isenção de propinas);

- **A criação de equipas multidisciplinares** de intervenção em áreas como a saúde, o serviço social, o apoio psicológico, etc., que permitam aos professores e educadores centrarem o seu *empenho* no ensino e na educação, não se dispersando por múltiplas tarefas burocráticas e inúmeras funções que outros técnicos podem executar com melhor preparação.

CAPÍTULO 3 A importância do sindicalismo e da sindicalização num tempo que continua a ser dos sindicatos Uma breve referência à história do sindicalismo em Portugal

Com o 25 de Abril, os trabalhadores portugueses reconquistaram, ou alcançaram mesmo, importantes direitos negados ao longo de quase meio século. Constituem património da nossa democracia e fundamentos importantes do regime constitucional. Um deles é o da **liberdade de exercício da atividade sindical**.

É **inegável a importância dos sindicatos**. Através da sua ação e a dos seus associados, têm assumido um papel central na resistência e no combate à crescente ofensiva contra os direitos sociais e as condições de vida dos trabalhadores. Esta ofensiva vem sendo acompanhada de uma poderosa ação ideológica que visa incutir as ideias de inevitabilidade face às regras impostas pelos mercados e a de que o neoliberalismo, expressão mais extremada do capitalismo, seria o caminho – o “único” caminho –, num tempo em que a luta de classes restaria, tão só, como memória do passado. A precariedade e os baixos salários passariam a ser a moderna matriz das relações laborais, num tempo histórico em que a estabilidade e o “emprego para a vida” já não teriam razão de existir. A aceitação deste “inevitável caminho” teria como contrapartida, também única, o emprego.

A importância do sindicalismo para a classe trabalhadora está bem patente na sua **capacidade de resistência, apesar dos duros ataques movidos contra os sindicatos**. Os trabalhadores compreendem a importância do sindicalismo na defesa dos seus direitos e interesses, daí que se tenham frustrado as expectativas de quantos previam que os sindicatos não iam resistir ao virar do milénio. Mais do que uma previsão, esse foi um desejo de alguns que, no entanto, não viram concretizado.

Em Portugal, **a organização sindical de classe surgiu após 1873**, com a criação da Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa, que passou para plano secundário a finalidade mutualista do associativismo, à época existente. A vertente reivindicativa do associativismo passou a prevalecer, o que não agradou ao poder monárquico.

Com a implantação da República, em 1910, sindicatos e sindicalistas continuaram a ser perseguidos. Da calúnia à prisão, a tudo foram sujeitos por essa sanha persecutória. Em 1914 assiste-se a algum alívio da pressão exercida sobre os sindicatos e é nesse ano que se constitui a União Operária Nacional (UON). Promovia um sindicalismo de classe.

Porém, as divisões internas e os conflitos no seio da própria UON eram fortes, o que fragilizou o movimento.

Depois do golpe fascista de 28 de maio de 1926, a perseguição dos sindicalistas conhece um novo recrudescimento e em 1933, com a aprovação do estatuto do trabalhador nacional, os sindicatos de classe são extintos.

Apesar de todas as perseguições, **nunca os trabalhadores baixaram os braços**. Embora o confronto fosse difícil, dado o carácter violento do poder, continuaram a lutar, surgindo, então, as primeiras formas de organização da ação e luta sindicais. Momento marcante dessa luta clandestina mas organizada foi a revolta dos trabalhadores vidreiros da Marinha Grande, em 1934. A partir de 1944, algumas direções sindicais eleitas pelos trabalhadores passaram a ser efetivamente representativas.

Momento muito alto da história recente do sindicalismo em Portugal ocorreu em 1970, no dia 1 de outubro: **a criação da Intersindical Nacional**. A Intersindical Nacional deu um insubstituível contributo à luta contra o fascismo, tendo sido muito importante na criação de condições para um dos mais importantes acontecimentos da história do nosso país: o 25 de Abril de 1974.

Já em pleno período revolucionário, realiza-se o 1.º Congresso da Intersindical (25 a 27 de julho de 1975) que aprova os seus primeiros estatutos e programa de ação. Em 1977 (27 a 30 de janeiro) tem lugar o Congresso de Todos os Sindicatos em que participam 1.147 delegados em representação de 272 sindicatos, 13 federações e 17 uniões. Era criada a **Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN)**. Com a consolidação da democracia, a CGTP-IN reforçou-se como organização verdadeiramente representativa dos trabalhadores em Portugal.

Se a organização sindical de todos os trabalhadores portugueses tem uma história vibrante e riquíssima de ação e luta, **a organização sindical dos professores não lhe fica atrás e deve orgulhar todos os docentes e investigadores** portugueses pela ação que desenvolveu, pelos objetivos reivindicativos que colocou e pelo conceito de sindicalismo que adotou. Em tempo de grandes divisões políticas, que também se faziam sentir no seio do movimento sindical, os sindicalistas conseguiram sempre encontrar objetivos unificadores da luta dos professores e dos investigadores científicos.

Já então a luta era considerada a forma adequada de obter resultados positivos. Em 1905, por exemplo, é publicado o decreto da Reforma do Ensino Secundário que introduz importantes alterações à de 1901. Tais alterações resultavam dos veementes protestos de toda a comunidade educativa, nos quais os professores tinham assumido um importante papel. Face aos resultados

obtidos, o presidente da comissão dos liceus do país escreve que *“No nosso país, só pela luta acalorada e forte é que podemos triunfar através dessa massa de indiferentes, ineptos e amorfos que nada produzindo têm o riso alvar dos inconscientes e daqueles que não têm no cérebro uma ideia por mais disparatada que seja, nem uma iniciativa seja de que género for. Os governos só cedem em Portugal por meio do protesto unânime, eloquente dos que sofrem...”*.

Fixando-nos no período posterior à implantação da República, em 1911, no Porto, é criado o Sindicato dos Professores Primários de Portugal que já introduz nas suas principais preocupações a defesa dos interesses sócio profissionais dos professores. Em 1912 é criada a Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais, que defende a democratização do associativismo, abrindo-a a todos os professores, sejam ou não permanentes, tanto dos liceus como das escolas industriais. Em 1918, surge a Liga Nacional do Professorado Primário Português que rompe definitivamente com o modelo mutualista e se enquadra numa conceção claramente identificada com os princípios do sindicalismo de classe. Ainda neste ano de 1918, na sequência da Reunião Magna de Aveiro, são dados os primeiros passos para **a criação da mais importante organização sindical de professores da Primeira República: a UPPPOP – União do Professorado Primário Oficial Português**.

A UPPPOP constitui-se, em congresso, em 20 de junho de 1918, cria um jornal, o “Professor Primário”, que será editado até 1932 e na sua primeira reunião extraordinária, em Coimbra (agosto de 1918) propõe um entendimento com a União Operária Nacional (UON) para **“reclamar o levantamento da escola primária como primeiro baluarte da emancipação dos povos”**. Em 1919 participa no Congresso de Coimbra da UON, onde esta se transforma em Confederação Geral do Trabalho (CGT).

A UPPPOP luta pelo emprego, num momento em que o desemprego atinge 30% dos 9.000 professores de então; luta por uma aposentação digna (aos 25 anos de serviço, com os vencimentos e melhorias existentes à altura da aposentação); luta contra a municipalização do ensino primário; debate temas, nos seus congressos, como “Os horários escolares em face dos estudos feitos sobre a fadiga intelectual”; exige que se reduza o número de alunos por turma que chegavam a atingir os 50.

Esta postura esclarecida e reivindicativa levou a que o governo tivesse ameaçado proibir o congresso da UPPPOP, de 1920, que, no entanto, acabou por se realizar em Coimbra. Em 1924, no congresso realizado em Braga, a UPPPOP aprova a possibilidade de filiação de docentes do ensino infantil, de professores das escolas normais e escolas primárias superiores e de

inspetores. Passa a designar-se por União do Professorado Primário Oficial do Ensino Geral e Infantil.

Já depois do golpe de 28 de maio, em 1926, realiza-se o último congresso da União e **é sob ameaça de prisão que, em janeiro de 1927, tem lugar a última reunião** do seu Conselho Federal.

Também por serem bastante menos, **a organização e a atividade dos professores liceais era mais reduzida**. A direção da Associação do Magistério Oficial só em 1925, por pressão de professores de vários liceus, retoma a atividade que praticamente tinha desaparecido e em 1927, no Porto, são aprovados os estatutos da Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses

Em 23 de setembro de 1933, por força do artigo 39.º do decreto n.º 23.048, os funcionários públicos são proibidos de se associarem, todas as organizações de professores são extintas e, durante mais quarenta anos o fascismo que se abateu sobre o povo português provocou muitas vítimas, mas, **ainda que clandestina, a luta nunca parou**.

Ainda antes do 25 de Abril de 1974, surgem movimentações de professores que se organizavam em torno dos designados **Grupos de Estudo**. Em 1970 surge, em Lisboa, o Grupo de Estudos dos Professores Eventuais e Provisórios, que exige o pagamento das férias e a recondução em serviço. Os Grupos de Estudo estendem-se ao Norte, Centro e Sul. Em 1971 transformam-se em Grupos de Estudos dos Professores do Ensino Secundário (GEPDES) para, dois anos mais tarde, se alargarem aos do Ensino Preparatório.

Para além de debates e tomadas de posição, estes GEPDES, que são fruto da chegada à profissão de jovens que viveram as intensas lutas académicas dos anos 60, **promovem vários abaixo-assinados** que recolhem inúmeras adesões. Em 1971, são 480 subscritores de posição sobre a situação dos professores provisórios e eventuais; em 1973, mais de duas mil assinaturas exigem o pagamento de 12 meses de salário; ainda nesse ano, mais de 3.500 protestam pelas dificuldades resultantes dos baixos vencimentos; no início de 1974 são 8.000 assinaturas a exigir melhorias salariais, face ao aumento do custo de vida e a equiparação a outras profissões.

Entretanto, ainda no início de 1974, **os GEPDES são equiparados pelo governo a associação secreta**, o que motivou o protesto, em abaixo-assinado, de 1.500 professores. Esta equiparação colocou sob ameaça de prisão os seus dirigentes. Nestas lutas, alguns futuros dirigentes sindicais assumiram papel relevante. Foram os casos, por exemplo, de António Teodoro, que viria a ser presidente do SPGL e primeiro secretário-geral da FENPROF, eleito em 1983, ou de António José Costa Carvalho, primeiro diretor



da revista “O Professor”, que seria membro fundador do SPN.

Logo após o 25 de Abril de 1974, são criados os Sindicatos de Professores, cujos primeiros e principais dirigentes são oriundos dos GE. O desvirtuamento da vida sindical, o seu afastamento das escolas, a adoção de uma prática sindical contrária aos interesses dos professores e, como corolário dessa prática antissindical, a adesão à UGT por parte do SPZC e do SPZN, levaram a que os professores das regiões centro e norte constituíssem, em abril e novembro de 1982, respetivamente, o SPRC e o SPN. Rapidamente estas organizações sindicais tornaram-se as mais representativas das suas regiões.

Em abril de 1983 foi constituída, em Congresso, a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) que, 33 anos depois, continua a ser a maior e mais representativa organização sindical de docentes em Portugal.

A importância do sindicalismo

Enquanto Portugal se democratizava, no mundo assistia-se, de forma paulatina e absolutamente programada, ao **avanço de um processo de globalização** que, como afirma António Avelãs Nunes (2013), deve ser entendido como “um projeto político levado a cabo de forma consciente e sistemática pelos grandes senhores do mundo, apoiados, com nunca antes na história, pelo poderoso arsenal dos aparelhos produtores e difusores da ideologia dominante, responsáveis pelo totalitarismo do pensamento único, assente nos dogmas do neoliberalismo”. Acrescenta Avelãs Nunes que “O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, depois de limpar os cremes das máscaras que foi construindo para se disfarçar... é o capitalismo puro e duro do século XVIII, mais uma vez convencido da sua eternidade, e convencido de que pode permitir ao capital todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades dos que vivem do rendimento do seu trabalho. O neoliberalismo é a ditadura da burguesia, sem concessões. Mais especificamente: a ditadura do grande capital financeiro”.

É neste trajeto inaceitável, traçado pelos neoliberais, que hoje nos encontramos. Nele, tudo é posto em causa, quando se trata do trabalho e dos trabalhadores. Descartáveis, são meros recursos que garantem a criação da riqueza que o capital acumula. Para melhor os controlar, o capital fá-los viver, permanentemente, sob ameaça e chantagem que aumentam de cada vez que, descontentes com a exploração a que estão sujeitos, lutam pelos seus direitos.

Quando **os sindicatos reclamam estabilidade, direitos e salários dignos para quem trabalha**, logo o poder político de que o capital se serve afirma que eles, com tais

exigências, condenam os trabalhadores ao desemprego. Com um discurso hipócrita de alegada defesa dos trabalhadores, lançando incertezas em relação ao seu futuro, aquele poder político impõe, então, normas cada vez mais desfavoráveis a quem trabalha. É um serviço que presta ao poder económico e financeiro que o domina e de quem, mais tarde, espera o devido reconhecimento.

O recurso a esse tipo de chantagem sobre as pessoas foi fundamental para que, a partir de certa altura, as políticas de direita impostas por diversos governos, por iniciativa própria ou a soldo da troika, deixassem de merecer a contestação que se esperaria. O brutal aumento do desemprego e da precariedade e a redução dos rendimentos da generalidade dos portugueses não teve toda a contestação necessária porque também a ameaça do desemprego passou a pairar sobre todos. Foi, mesmo, recuperada **a velha ideia fascista de que sempre vale mais um mau emprego do que nenhum**, sendo que, neste caso, “mau” significa sem direitos, sem estabilidade, sem salário condigno.

Não há muito tempo, no final de 2015, no âmbito do debate sobre o aumento do salário mínimo, o presidente da direção da COTEC Portugal (Associação Empresarial para a Inovação) afirmava que “todos queremos que as pessoas tenham salários condignos, mas, acima de tudo, queremos que tenham emprego”. **É este o discurso do patronato e da direita: o emprego vale por si, ainda que o salário não seja condigno** e, no caso português, haja muito quem trabalhe para ser pobre, já que o seu rendimento líquido situa-se abaixo da linha que estabelece o limiar da pobreza. Há professores nestas condições, nomeadamente muitos que trabalham em horários incompletos ou em atividades de enriquecimento curricular, pagos de forma indigna.

É esta denúncia que os sindicatos continuam a fazer, é este combate pelos direitos de quem trabalha que os sindicatos continuam a assumir, é dessa luta por salários condignos que os sindicatos jamais desistirão. **Mas é ainda – e essa é a matriz do sindicalismo em que a FENPROF se revê – a luta por uma sociedade verdadeiramente democrática e socialmente justa** que, para ser alcançada, exige uma profunda transformação social, política, económica e cultural. A FENPROF assume tal matriz sindical combativa e transformadora. É o projeto sindical que faz falta aos trabalhadores e é nele que mais se reveem, daí ser essa a sua principal opção sindical.

Percebe-se que esse modelo de sindicalismo incomode os que pretendem governar ao serviço de interesses contrários aos dos trabalhadores. Alguns governantes deste jaez, tentando ocultar a sua opção de classe, chegam a afirmar que não concebem uma sociedade sem sindicatos; “não são é destes”, como explicou, um dia, em

entrevista, uma ex-ministra da Educação de Portugal. Mas estes são os sindicatos que fazem falta aos trabalhadores.

Questionou um dia John Dewey (professor e filósofo do início do século XX): **“Qual seria, hoje, a condição dos trabalhadores e das trabalhadoras, se não houvesse sindicatos?”**. E concluía: “Basta colocarmos a questão para saber que estaríamos a contemplar uma grande tragédia”. Um século depois, a reflexão não perdeu atualidade.

Para a FENPROF, a mudança não se faz apenas com luta. Esta deverá perseguir objetivos e estes deverão **assentar em propostas devidamente fundamentadas, a apresentar às entidades empregadoras e ao poder político**. Para a FENPROF, as propostas não se deverão limitar a aspetos de ordem socioprofissional, reafirmando, neste 12.º Congresso, um princípio fundamental de sempre: *tudo o que respeita à Educação e à Ciência interessa aos professores e aos investigadores; tudo o que interessa aos professores e aos investigadores, respeita à sua organização sindical mais representativa*.

A concretização deste princípio implica que a FENPROF continue a intervir sobre todas as questões que respeitam à organização e funcionamento das escolas e também dos sistemas educativo e científico, à sua gestão, às questões curriculares, à formação dos professores, à ação social escolar, ao financiamento dos sistemas públicos de educação e da ciência, à concretização dos princípios da educação inclusiva... E, claro está, **implica que intervenha em relação às questões socioprofissionais e também no plano da ética e da deontologia profissional**, não deixando por mãos alheias ao interesse dos docentes e investigadores a tomada de posição nestes domínios.

A FENPROF afirma-se com esta intervenção diversa; a FENPROF impõe-se com a apresentação de propostas concretas que resultem do debate que promove com os professores e com os investigadores; **a FENPROF reforça-se com a luta dos docentes e investigadores em torno das suas propostas**, convertidas em objetivos reivindicativos. Os tempos são adversos, mas o sindicalismo não perde importância por isso. Pelo contrário, reforça a sua importância, enfrentando a adversidade com coragem e com alternativas.

A importância da sindicalização

Ilustre-se com o que se verificou em relação aos docentes, da educação pré-escolar até ao ensino secundário, no setor público. No último triénio, o número de docentes no sistema desceu acentuadamente: quase 22%. No entanto, entre saídas de associados e novas entradas, o decréscimo de sindicalizados nos sindicatos da FENPROF limitou-se a cerca de 5%. Num contexto difícil, **tem-se**

verificado, assim, a acentuação da taxa de sindicalização na profissão.

É um **reforço importante de representatividade**, tanto mais que chegou a admitir-se uma quebra significativa, tendo em conta que estes três anos que distam do congresso anterior foram de enorme sacrifício financeiro para os trabalhadores. Neles, o governo PSD/CDS manteve o congelamento das carreiras, os cortes salariais e impôs um enorme aumento de impostos. Como acima se refere, também reduziu de forma drástica o número de docentes no sistema, recorrendo a mecanismos como as rescisões, a requalificação, a aposentação antecipada ou, no caso dos professores contratados, a não renovação ou a não celebração de novos contratos. No total, foram mais de trinta e dois mil professores afastados da profissão, aos quais haveria de acrescentar docentes de outros setores, bem como investigadores, todos eles também representados pela FENPROF.

A importância da sindicalização, tal como se referiu antes em relação ao sindicalismo, também já era tema de reflexão de John Dewey: **“Por que é que se pertence a uma organização de professores deste tipo, em vez de simplesmente a uma de outro tipo?”** Há necessidade de uma organização de trabalho agressiva, que represente todos os interesses que os professores têm em comum. E que, ao representá-los, represente também a proteção das crianças e dos jovens nas escolas contra todos os interesses externos, económicos, políticos e outros, que usariam as escolas para os seus próprios fins e, com isso, reduziriam o corpo docente a uma condição de vassalagem intelectual”. Estávamos no início do século passado, mas também aqui se constata a impressiva atualidade do pensamento do pedagogo que, em coerência, também foi sindicalista empenhado.

A importância de ser sindicalizado avalia-se, também, na razão direta dos ataques dirigidos aos sindicatos, sobretudo pelas entidades patronais, por governos que estão ao serviço do capital e por comentadores com eles coniventes. Com o sindicato, os trabalhadores organizam-se na elaboração de propostas e também no desenvolvimento da luta; com o sindicato, a negociação e a contratação ganham um carácter coletivo que dá força aos trabalhadores pois, isoladamente, estariam em situação de grande fragilização face ao poder político e à entidade patronal.

O sindicato é o conjunto dos trabalhadores que representa. Desses, alguns são eleitos para assumirem a sua direção, mas o sindicato não se resume aos dirigentes ou delegados sindicais eleitos. **O sindicato são todos os que nele se encontram filiados**, estendendo-se a muitos que influenciam na tomada de posição e na luta. Mas o sindicato ganha sempre mais força

com a sindicalização. Porque representa mais trabalhadores; porque garante mais recursos para o desenvolvimento da ação; porque aumenta a diversidade do grupo profissional que representa.

Os professores são, em Portugal, **um dos grupos profissionais com mais elevada taxa de sindicalização**. O mesmo acontece se compararmos o nível de sindicalização dos docentes portugueses com o de boa parte dos países europeus. A FENPROF é, com grande destaque, a organização mais representativa, porque é nela que se revê a grande maioria dos docentes, sendo provavelmente essa a razão por que nunca o poder aceitou levar por diante processos de medição da representatividade que fossem consequentes.

A FENPROF, contudo, não se dá por satisfeita, **devendo colocar a sindicalização no topo das preocupações**. Essa é condição para o seu reforço. O campo para a sindicalização é muito largo. Há baixas taxas de adesão, por exemplo, no ensino particular e cooperativo e no ensino superior e na investigação, apesar de, ultimamente, estes terem sido dos setores em que se verificou maior crescimento; sem esquecer que, também nos outros sectores do ensino público, em todos os níveis de educação e ensino, ainda há muitos docentes para juntar a este já imenso coletivo.

Sobre o futuro dos sindicatos e a importância de ser sindicalizado, José Paulo Serralheiro escrevia, em 2008, o seguinte: **“Está longe o fim dos sindicatos**. Tão longe que uma parte importante dos trabalhadores nem sequer ainda se deu conta que ser parte de um sindicato é uma condição da sua cidadania e uma necessidade do seu processo de libertação”. Compete-nos, junto dos docentes e investigadores, levá-los a tomar consciência dessa condição e dessa necessidade.

O tempo dos sindicatos

O tempo continua a ser dos sindicatos. Nesse sentido, torna-se indispensável **reforçar a organização sindical nas escolas e nos centros de investigação científica**. Como afirmou a CGTP-IN no seu congresso, em 2012, “A força dos sindicatos tem a sua raiz nos trabalhadores unidos e organizados nos locais de trabalho, tenham eles vínculo efetivo ou precário, em torno dos seus interesses comuns, e mobilizados para defenderem, promoverem e efetivarem os seus direitos e lutarem pelas suas legítimas aspirações e por melhores condições de vida e de trabalho. Os Sindicatos reforçam-se através da capacidade de representarem todos os trabalhadores, quaisquer que sejam as suas profissões e os vínculos de trabalho, e de defenderem e organizarem os desempregados na luta pelo emprego e pela segurança social”.

É nas escolas e nos centros de investigação científica que se organiza a vida sindical,



pois **é nos locais de trabalho que nasce e se desencadeia a ação reivindicativa** e se afirma a capacidade de resposta do sindicato aos problemas concretos dos trabalhadores. É também aí, nos locais de trabalho, que se sindicaliza, se elegem os delegados sindicais e se encontram os quadros que, no futuro, dirigirão a organização.

A capacidade de luta, a eficácia da ação sindical e a sua influência, o combate contra as tentativas de limitar a liberdade de ação sindical medem-se e travam-se no local de trabalho. **É nas escolas e nos centros de investigação científica que tem de se centrar a atividade sindical**, pois é lá que os dirigentes têm um permanente contacto com a realidade concreta que deverão dominar, devendo, do trabalho direto com os professores e investigadores, fixar as reivindicações e as prioridades a dar aos objetivos reivindicativos.

Esta forma de intervenção, próxima de quem o sindicato representa, não se pode substituir por qualquer outro tipo de desenvolvimento da ação sindical. **Esta intervenção é a que distingue a FENPROF de outras organizações** que atuam no campo sindical e é este tipo de trabalho nas escolas e nos centros de investigação científica que os professores e os investigadores reclamam, queixando-se quando, em sua opinião, passa demasiado tempo sem que o sindicato aí marque presença. Para além das reuniões formalmente convocadas, o contacto poderá passar por pequenos encontros a realizar, por exemplo, nos intervalos ou permanências na sala de professores, em diálogo com os colegas presentes.

A ação sindical a desenvolver nos locais de trabalho, para além de contar, de forma insubstituível, com o trabalho de dirigentes e delegados sindicais, terá de ser **complementada com formas diversificadas de comunicação e contacto**, designadamente através de meios eletrónicos adequados, de informação e propaganda escritas.

Se estes processos permitem estabelecer a comunicação interna à profissão e à Escola, já no plano de uma ação mais ampla, que se pretende que extravase a profissão e o setor da educação, **o trabalho com os órgãos de comunicação social é fundamental**. A FENPROF deve manter uma relação próxima com os órgãos de comunicação social e os seus profissionais. Esta ação, combinada com a anterior, contribui para fortalecer a organização e só uma FENPROF forte terá capacidade para promover o debate, para erguer propostas e organizar a luta sempre que a mesma se torne necessária.

Problema sentido pela nossa organização é o do **rejuvenescimento dos quadros**. Não por falta de jovens sindicalizados, mas porque o seu vínculo precário, a instabilidade que vivem, as colocações em localidades muito distantes da sua residência habitual e o desemprego que afeta mais de 30.000

professores – dos quais cerca de 12.000 já deixaram de se candidatar a um contrato –, bem como muitos investigadores, levam ao afastamento, não necessariamente do sindicato (estão associados aos sindicatos da FENPROF cerca de cinco mil professores desempregados e outros tantos contratados a prazo), mas da atividade sindical regular.

Aquele é um problema que não é exclusivo das organizações sindicais, mas da própria profissão e que se reflete nos sindicatos. Por exemplo, hoje é relativamente raro encontrar um professor com menos de quarenta anos de idade a trabalhar nas escolas. **O envelhecimento da profissão é um problema que tem de ser enfrentado**, mormente porque não aceitamos ver desperdiçada toda uma geração de jovens detentores de uma formação atualizada mas que são, simplesmente, arredados do sistema.

Para a FENPROF, os sindicatos de professores que a integram – **SPN, SPRC, SPGL, SPZS, SPM, SPRA e SPE** – são **os elementos fundamentais da organização**. São eles que determinam a sua implantação e ação junto dos professores, educadores e investigadores de todo o país e também no estrangeiro. A FENPROF tem sido um importante espaço de consenso e convergência em torno das grandes questões da ação reivindicativa, das propostas a apresentar ao governo e às entidades empregadoras privadas, da ação e da luta a desenvolver no plano nacional e da intervenção sindical no plano internacional. Simultaneamente, tem sabido garantir e respeitar a identidade e a representação regional dos sindicatos, sendo eles que continuam a dar resposta organizada a problemas concretos e especificidades com que se deparam nas respetivas regiões.

Para que, nos setores dos docentes e investigadores, a FENPROF continue a afirmar-se como organização sindical de referência e para que a sua ação seja tão eficaz quanto possível, é indispensável **investir numa cada vez melhor intervenção dos seus quadros**. Nesse sentido, há que dar atenção à quantidade, mas também à qualidade dos quadros sindicais, o que exige a sua eleição com regularidade e através de processos reconhecidamente democráticos, a sua adequada formação, não apenas no plano político, mas igualmente em relação à história e natureza do movimento sindical unitário em que se integra a FENPROF.

A formação sindical deverá, ainda, incidir sobre **dimensões da atividade internacional**, na qual a FENPROF assume um papel importante, designadamente ao nível da Internacional de Educação (IE) e do Comité Sindical Europeu de Educação (CSEE). Há que lembrar que as políticas neoliberais, cuja tentativa de imposição atinge todo o mundo, ganharam maior expressão no nosso país após a intervenção do FMI, UE e BCE.

Tais políticas são dirigidas por centros de poder transnacionais. O objetivo não pode ser substituir a ação que compete a cada organização desenvolver no seu próprio país – seria, até, incoerente delegar a nossa atividade em instâncias internacionais quando percebemos, no plano político, a importância de cada país exercer a sua soberania –, mas procurar articular respostas, trocar experiências, compreender melhor certas realidades nacionais à luz do que já se passou em outros países e, também, criar pressão e influenciar os tais centros de poder.

Uma última nota sobre as eleições legislativas realizadas em 4 de outubro. Deram origem a um novo quadro parlamentar que criou condições para inverter o caminho que tem sido percorrido por governos anteriores, onde o desmantelamento das funções sociais do Estado e o agravamento das desigualdades económicas e sociais estavam iminentes, onde o ataque à Escola Pública e a degradação do regime democrático estavam em curso. O novo quadro político, porém, não dispensa professores, educadores e investigadores de lutarem. De forma diferente, o que sucede com esta nova realidade política, assente numa maioria que se completa à esquerda do PS, é que estão criadas **condições que poderão conferir uma nova eficácia à ação sindical, o que vai depender, não só do quadro político, mas muito da luta e da intervenção** dos professores, educadores e investigadores.

Neste novo contexto, **a mobilização não está magicamente facilitada**. Tantos anos de tanta luta com resultados importantes, mas aquém do desejado e justo, fomentaram desânimos. Também a saída da profissão de muitos dos que mais se envolveram nas lutas e de toda uma geração que muito contribuiu para transformar um golpe de estado na Revolução de Abril, não ajuda na mobilização. Da mesma forma, o desemprego, a precariedade, a permanente ameaça em relação ao salário, ao vínculo, ao resultado de uma avaliação menos justa ou, simplesmente, à prepotência de um superior hierárquico, têm consequências na capacidade de reivindicar e de lutar dos docentes e investigadores que é preciso ter em conta e superar.

É uma enorme responsabilidade dos sindicatos e da FENPROF **contribuir para devolver a esperança aos professores, educadores e investigadores**, para afastar o medo do seu quotidiano, dar-lhes confiança na sua força e capacidade de, com a luta, alcançarem resultados positivos para si, para a Escola Pública, para a Ciência e para o país. Não é tarefa fácil, mas é fundamental e o atual quadro político nacional, sendo mais favorável, poderá contribuir para levar a bom porto esse exaltante trabalho.

Num quadro de tanta responsabilidade e tamanha exigência, coloca-se a necessidade de continuar a adotar uma postura ofensiva na

apresentação de propostas e na intensificação da ação reivindicativa. **A luta não é a única via para a obtenção de resultados, mas é uma via insubstituível para a eficácia da ação sindical.**

CAPÍTULO 4

Uma FENPROF que deverá continuar a renovar-se, a melhorar a sua intervenção e a tornar-se cada vez mais representativa dos professores, educadores e investigadores

A FENPROF é reconhecida como a maior, mais importante e mais representativa organização sindical de professores, educadores e investigadores em Portugal. Relativamente ao seu último congresso, realizado em 2013, a quebra de associados, no quadro da imposição de uma fortíssima diminuição de docentes e investigadores no sistema, foi de apenas 4,9%, cerca de 1/3 do que havia acontecido entre 2010 e 2013. Decrescendo a percentagem de associados substancialmente menos do que a do universo de trabalhadores representados, a representatividade da FENPROF voltou a reforçar-se, não obstante as circunstâncias muito difíceis do último triénio.

Mas, claro, não basta aumentar a representatividade, melhorando a taxa de sindicalização. **É necessário aumentar, mesmo, o número absoluto de docentes e investigadores sindicalizados.** A sindicalização é garantia de independência de uma organização que vive, como a nossa, apenas das receitas da quotização dos associados dos seus sindicatos. A reposição do valor integral dos salários e pensões e o descongelamento das carreiras, exigências que a FENPROF mantém, serão também relevantes para a consolidação da sua independência e para a intensificação da atividade.

A ação da FENPROF tem-se centrado em três eixos fundamentais, reafirmados nos anteriores congressos:

- Valorização da **negociação** e da contratação coletivas;
- Promoção da **unidade dos professores e dos investigadores,** desde logo a partir dos locais de trabalho e, quando necessário e possível, convergindo com outras organizações na ação e na luta;
- Convergência nas lutas **com outros setores da vida laboral e social,** privilegiando, desde logo, a CGTP-IN e os setores público e privado que a integram, mas estando também atenta às mais diversas iniciativas que ocorrem no plano social, avaliando, em cada momento, a possibilidade de participação nestes espaços.

No histórico da FENPROF e dos seus sindicatos, há importantes **envolvimentos em ações e movimentos sociais.** Exemplo

mais significativo encontra-se ao nível das manifestações pela independência de Timor Leste, que tiveram na FENPROF o pivô de toda a movimentação social desenvolvida. Há ainda a registar o envolvimento em iniciativas e ações em defesa da água pública, em defesa da Paz e contra as medidas de austeridade.

A FENPROF não deixará de dar a melhor atenção à natureza e aos objetivos dos diferentes **movimentos sociais,** de âmbitos mais gerais ou mais específicos, que vão surgindo em diferentes momentos políticos. Importante será, sempre, distinguir as convergências desejáveis dos fracionismos intencionais de que alguns deles possam ser portadores.

A FENPROF deverá manter-se disponível para debater as **melhores formas de organização e convergência com outras organizações sindicais,** designadamente da Administração Pública. Este é um setor extremamente atacado pelos governos, palco destacado de violentas políticas de austeridade, usado, muitas vezes, como “exemplo” para o privado. Há que encontrar, a este nível, as melhores respostas, formais ou informais, que, no respeito pelas normas de democraticidade de funcionamento e, também, de bom relacionamento entre as organizações, origem dinâmicas mais fortes, reforcem a ação sindical e respeitem a atividade específica de cada organização, definindo com rigor os âmbitos de intervenção. Esta reflexão deverá, inevitavelmente, partir de uma avaliação cuidada das diversas instâncias e níveis de organização em que a FENPROF participa e ter em conta a forte representatividade da CGTP-IN no vasto setor da Administração Pública.

Atividade internacional

No **plano internacional,** a FENPROF tem vindo a reforçar a visibilidade e a intervenção.

Apesar de ser uma organização de um país pequeno, a FENPROF, pela capacidade de intervenção junto dos docentes e investigadores que representa, pelas posições e pelas convergências que, também no plano internacional, tem sabido construir, **ocupa um lugar importante nesse contexto.** Hoje, a FENPROF está presente no Comité Executivo Mundial da Internacional da Educação (IE), através da eleição da sua secretária internacional no último congresso da IE, bem como no Comité Executivo do Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE)/IE Europa, o que confirma o reconhecimento que, através dos seus representantes na atividade internacional, merece por parte dos seus parceiros, em particular europeus, africanos e latino-americanos. Cabe, ainda, relevar neste plano a participação e intervenção da FENPROF, em conjunto com outras organizações sindicais europeias, no Alter Summit e nos Fóruns Sociais Mundiais.



Para a FENPROF, as **prioridades para a atividade internacional** mantêm-se: Europa, com um particular envolvimento na ação a desenvolver pelos países do sul, mas, cada vez mais, com relações importantes com países da Europa Central, do Norte e de Leste; países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com enfoque numa relação de solidariedade que tem tido expressão relevante em ações de formação sindical; América Latina, uma região em que o embate com o neoliberalismo tem sido particularmente agudo e onde, com alguns recuos, mas também com importantes avanços, têm sido obtidos resultados que interessam a toda a humanidade; a Palestina e a República Árabe Saharaui Democrática, cujos povos continuam a ser violentamente reprimidos por potências estrangeiras, mantendo a FENPROF, com eles uma empenhada solidariedade.

A FENPROF reafirma a sua condição de **organização filiada na IE, no CSEE e na CPLP-Sindical de Educação**. Pelas responsabilidades que assume em todas essas organizações, dará uma atenção cuidada à atividade a desenvolver no plano internacional, embora consciente das limitações financeiras que se colocam ao pleno desenvolvimento da mesma.

Aspetos relevantes da atividade e da organização da FENPROF

No que respeita aos diversos níveis de organização do trabalho, a FENPROF assenta a sua atividade em departamentos que preparam as decisões dos órgãos federativos, designadamente em relação às posições a tomar e às ações a desenvolver. **Estas frentes e estes departamentos de trabalho são fundamentais à vida da FENPROF**, à presença junto dos docentes e investigadores e à afirmação na sociedade portuguesa.

Relativamente aos **níveis de organização para a intervenção político-sindical**, desde logo, há que melhorar a atividade das frentes e departamentos já em funcionamento: Sistema educativo; Profissão docente; Formação; Direção e gestão das escolas; Municipalização; Concursos de docentes; Precariedade e desemprego; Setores de educação, ensino e investigação; Educação e formação de adultos. Justifica-se, ainda, a constituição de outros departamentos e frentes, bem como a organização de trabalho mais sistemático em relação a algumas áreas de preocupação. Visando esses propósitos, assinalam-se, de seguida alguns aspetos relevantes com eles relacionados.

- **Inclusão**. A inclusão é hoje um dos maiores desafios colocados à escola e diz respeito a todos e a todas. Passada a fase da integração, em que se universalizou o direito de todos frequentarem a escola pública, chega agora a fase da inclusão, impondo a

criação de condições que garantam igualdade de oportunidades, não apenas no acesso, mas igualmente no sucesso escolar e educativo. Uma exigência que, sublinhe-se, é contrária ao sentido negativo e retrógrado das políticas desenvolvidas pela direita, sobretudo na anterior legislatura.

A concretização de **uma política res- peitadora dos princípios da educação inclusiva obriga a um investimento efetivo na Escola Pública**, pois exige: melhores condições de trabalho nas escolas, designadamente no que concerne aos horários de trabalho; uma adequada organização pedagógica que, por exemplo, não é possível obter num contexto de mega-agrupamento; que os docentes sejam libertados da carga burocrática a que estão sujeitos, bem como de enfadonhas e inúteis reuniões, passando a disponibilizar mais tempo aos seus alunos; número de horas suficiente para dar resposta às necessidades de apoio de todos os alunos.

Acresce que dificuldades e limitações na sua atividade são problemas que afetam, não apenas alunos, mas também professores e trabalhadores não docentes das escolas. A todos terão de ser proporcionadas condições de trabalho que promovam os mais elevados níveis de qualidade no respetivo desempenho profissional. Nesta asserção, importa lembrar que, como se confirmou em encontro promovido pela FENPROF, **muitos docentes, devido a limitações e dificuldades permanentes ou temporárias, confrontam-se com problemas acrescidos na atividade que desenvolvem**.

Face ao que antes se afirma, **justifica-se uma cada vez maior preocupação da FENPROF com as questões de inclusão**, devendo esta estar presente em toda a sua ação e nas propostas que apresenta. A importância da inclusão justifica ainda que a FENPROF se envolva na promoção de iniciativas, podendo fazê-lo em parceria com outras organizações, tais como desenvolvimento de projetos, debates ou publicação de documentos, contribuindo, dessa forma, para que a escola se torne num efetivo espaço de inclusão.

- **Ética e deontologia profissionais**. É oportuno o aprofundamento do debate sobre ética e deontologia das profissões docente e de investigador. Depois de anos muito difíceis em que foram negados tantos direitos e condições inerentes aos respetivos exercícios profissionais, chegamos a um tempo que deverá ser de reconstrução. Reconstrução de duas profissões que nunca perderam referências, mas que também nunca conseguiram a afirmação plena que os seus papéis sociais reclamam.

Em momentos de mais forte ataque à profissão docente, **é recorrente surgir quem defenda que uma "ordem" contribuiria para unir** os professores, aumentar a sua capacidade reivindicativa, o seu prestígio, e que esse seria o caminho para estabelecer

um código de ética e deontologia profissional docente. Mas a criação de uma ordem, para além de estranha à sua natureza, seria mais um fator de divisão e de novas e desnecessárias tutelas sobre a profissão. Os professores não precisam de uma instância desse tipo para defender – ou para lhes impor – o que concerne à ética e à deontologia. Há, aliás, uma ética e uma deontologia historicamente construídas, assumidas e respeitadas pela classe docente.

A FENPROF e os seus sindicatos têm sido e continuarão a ser **espaços de análise e discussão das questões da ética e da deontologia** da profissão, conscientes que da sua clara assunção também beneficia a imagem social dos professores, algo que só ilusoriamente seria melhorado pela eventual criação de uma ordem. O mesmo sucede em relação aos investigadores.

Os professores e os investigadores não necessitam que, sobre si, se ergam novas tutelas que os fiscalizem, controlem e cerceiem espaços de exercício autónomo da profissão. **O que faz falta é que, de facto, seja reconhecida a sua autonomia profissional**, num tempo em que já estão cercados e sobrecarregados com normativos que burocratizam a profissão e em que são evidentes propósitos de os reduzir "a uma condição de vassalagem intelectual", voltando às palavras de John Dewey que assim se referia a uma indesejada situação dos professores. Não precisam de mais instâncias de poder que exerçam sobre si novas formas de controlo e que imponham mais diretivas sobre os seus comportamentos morais e éticos.

A FENPROF rejeita a ideia de que a resolução dos problemas dos docentes e dos investigadores passa pela criação de instâncias de caráter corporativo. Enquanto organização mais representativa desses trabalhadores, é incontornável o papel da FENPROF em relação às questões da ética e da deontologia, pelo que **estas questões passarão a constituir uma frente de trabalho** que, adequadamente organizada, levará ao indispensável aprofundamento da reflexão. Tal, permitirá a apresentação de propostas que contribuirão para uma revisão positiva dos estatutos de carreira e profissional dos docentes e investigadores portugueses.

- **Ensino Particular, Cooperativo e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)**. Este é um departamento que já existe, mas que deverá ganhar maior destaque no conjunto da atividade desenvolvida pela FENPROF, como a seguir se verá.

Muitas vezes, quando reclama políticas que defendem a escola pública, há quem considere – e os operadores privados fazem passar essa mensagem, na ânsia de afastarem os professores da organização sindical que melhor os defende – que a FENPROF está a colocar-se contra os professores do ensino particular e cooperativo. Nada mais

falso. Aliás, os últimos anos foram demonstrativos disso mesmo: as alturas em que a Escola Pública é mais atacada e a condição dos seus profissionais mais regride, são aquelas em que **mais são postos em causa os direitos e as condições de trabalho dos docentes das escolas privadas**; há uma correlação evidente, quanto à situação profissional dos docentes.

A FENPROF não só tem consciência dos problemas acrescidos dos professores do ensino particular e cooperativo (incluindo os do ensino superior), à custa dos quais muitos patrões têm enriquecido, pondo em causa direitos profissionais e laborais, como **tem vindo a desenvolver uma atividade crescente e reconhecida no setor**. Uma atividade que é de especial importância para os docentes, num setor onde, lamentavelmente, o patronato tem contado com o apoio declarado das organizações da UGT para aumentar as condições de pressão e exploração sobre professores e educadores.

A luta por um contrato coletivo de trabalho para o ensino particular e cooperativo, que salvaguarde os direitos dos docentes, continuará a ser prioridade da FENPROF neste setor em que serão, ainda, preocupações maiores a situação do ensino artístico especializado, a defesa do contrato coletivo de trabalho em vigor para os docentes das IPSS e a salvaguarda do acordo de empresa recentemente assinado com a União das Misericórdias, com o objetivo de que se converta em acordo coletivo de trabalho a ser aplicado a todas as Misericórdias. No caso das escolas profissionais, a FENPROF empenhar-se-á no sentido de que, finalmente, seja negociado um contrato coletivo para os docentes que reflita a especificidade deste setor de ensino.

No **ensino superior particular e cooperativo** (ESPC) cerca de 75% dos docentes estão com contratos precários, trabalhando 2/3 a “recibo verde”. Não existe acordo coletivo de trabalho devido à oposição da associação patronal. O diploma regulador do regime dos docentes e dos investigadores deste sector, que se encontra previsto no RJIES e que era já anteriormente mencionado nas várias versões do Estatuto do ESPC, nunca foi aprovado devido a falta de vontade política dos sucessivos governos.

Esta **situação de enorme precariedade** impede a constituições de corpos docentes estáveis e permanentes, que é outra das exigências do RJIES. A liberdade académica é, assim, posta em causa, o que tem facilitado o desrespeito pelas competências dos órgãos académicos e a falta de transparência dos procedimentos. Numa tal situação, torna-se difícil a denúncia interna de casos de tráfico de influências que põem em causa a qualidade e a validade na atribuição de certos diplomas, como se verificou em casos recentes que obrigaram a tutela a intervir.

- **Atividade setorial e intersectorial**. Foi opção da FENPROF, no seu 10.º Congresso,

privilegiar a atividade intersectorial, tendo em conta, por exemplo, aspetos que se tornaram comuns nas condições de trabalho dos docentes dos diferentes setores, da educação pré-escolar ao ensino secundário. Tal, contudo, não implicava a desvalorização da atividade setorial, como assinalou o congresso seguinte, em 2013. No entanto, as exigências de resposta coletiva que se colocaram a todos os docentes, num período de ataques transversais à sua condição (direitos, salários, condições de trabalho e também no plano social), a par de políticas que procuraram derrubar alicerces fundamentais das funções sociais do Estado, acabaram por fragilizar as respostas setoriais.

Na segunda metade do último mandato, **intensificou-se a vontade de retomar a iniciativa setorial**, com a realização, por exemplo, do Encontro de Quadros da Educação Pré-Escolar, a Conferência Nacional do 1.º Ciclo, o Encontro Nacional de Docentes do Ensino Particular e Cooperativo, diversas ações no âmbito da educação especial e, também, com o reforço da ação sindical no ensino superior e na investigação. É necessário dar continuidade e mais energia à atividade setorial, sem deixar de a articular, no que for possível e desejável, intersectorialmente.

Na verdade, mesmo reconhecendo o que há em comum e que une todos os docentes, os problemas setoriais são sentidos de uma forma particularmente intensa por quem os vive. Haverá, até, uma predisposição para considerar que os problemas enfrentados por outrem, regra geral, serão de menor monta. Verdade, isso sim, é que não poucas vezes os **ataques à condição profissional dos docentes, incluindo a degradação de condições de trabalho, são desferidos sectorialmente**.

A unidade nem sempre se constrói fixando objetivos únicos em que se espera que todos se revejam. Como tal, há que reconhecer e tratar os problemas de cada setor, elaborar os respetivos diagnósticos, identificar a sua natureza e, a partir deste conhecimento, avançar com propostas e objetivos reivindicativos. Provavelmente, **então, será mais fácil perceber que a natureza dos problemas é comum e radica nas políticas que são desenvolvidas**, recomendando uma resposta convergente. A unidade constrói-se em torno desta convergência.

Relativamente ao **ensino superior e à investigação**, as especificidades, por razões compreensíveis (formação, estatutos de carreira, condições de trabalho, quadro de autonomia das instituições, maior distanciamento em relação à ação sindical), são ainda mais vincadas. É indispensável manter respostas adequadas que esclareçam, dinamizem a participação e o debate e que mobilizem docentes e investigadores para estarem atentos e, quando necessário, participarem na luta sindical. Infelizmente, alguma da



reação dos docentes e investigadores tem surgido já em momentos extremos, quando se torna muito difícil resolver os problemas.

Há que continuar a procurar as formas mais adequadas de intervir no setor do ensino superior e da investigação, tornando-se prioridade da ação da FENPROF a **superação da evidente escassez de quadros sindicais** que, então no caso da investigação, simplesmente não têm existido. O aprofundamento da reflexão, tanto em relação às formas de organização, como à definição de prioridades reivindicativas, deverá passar pela realização de uma conferência nacional no próximo ano letivo, em momento a determinar pelos futuros órgãos da FENPROF.

- **Os casos específicos dos desempregados e aposentados.** Referem-se, aqui, dois grupos que estão bem representados nos sindicatos da FENPROF, havendo milhares de sindicalizados nestas duas situações. Porém, tal não se tem refletido nos níveis de participação na ação sindical.

Do ponto de vista da organização, a situação é diferente em cada um dos grupos. No **setor dos aposentados**, existe organização e um número importante de quadros sindicais, o que contribui para frequentes tomadas de posição por parte da Federação, facilitando o apelo à integração na vida e na atividade sindical. Pode dizer-se, mesmo, que nos últimos anos foram dados importantes passos na organização dos aposentados, o que já se foi traduzindo numa relevante – mas ainda insuficiente – capacidade de iniciativa, intervenção e luta neste âmbito.

Já no **grupo dos desempregados**, a situação é muito marcada pela falta de quadros. A ação desenvolvida a este nível assenta, essencialmente, em dirigentes que não se encontram em situação de desemprego, sendo manifestamente insuficiente o envolvimento daqueles que nela se esperaria implicar.

No caso dos docentes e investigadores desempregados, **explica-se, em parte, que assim aconteça.** Na maioria dos casos, por exemplo, são obrigados a procurar outras ocupações, muitas vezes com situações e horários que dificultam a ligação à atividade sindical. Também é sensível uma certa desvinculação com a profissão para que se qualificaram, mas da qual se veem afastados por força de políticas que geram precariedade, desemprego e enormes incertezas em relação ao futuro. Não é despendida, ainda, a influência da ofensiva ideológica que inculca apreciações negativas sobre os sindicatos, algo a que, não poucas vezes, os mais desprotegidos e descontentes se encontram mais vulneráveis.

Tudo isso exige da FENPROF a perseverança para que esses docentes e investigadores, mesmo não participando mais ativamente na ação sindical, sintam que ela também se lhes dirige, nomeadamente quando assume a exigência de rejuvenescimento da profes-

são, quando defende que as escolas e os centros de investigação devem ser dotados dos recursos humanos indispensáveis à satisfação das suas necessidades ou quando visa combater a precariedade laboral. Dentro daquela perseverança, **importa aprofundar o debate sobre as causas** – políticas e ideológicas, de organização, de comunicação, de processos de trabalho, etc. – que subjazem à ainda insuficiente atratividade da intervenção sindical para muitos trabalhadores desempregados.

Para um caso e outro – aposentados e desempregados – a FENPROF deverá continuar, pois, a **desenvolver uma ação que, para além de tomadas de posição, se destine a aumentar os níveis de participação** na atividade desenvolvida.

No que respeita à organização interna da FENPROF, reafirma-se que é possível e necessário melhorar o funcionamento dos diversos departamentos já constituídos, deixando a este propósito algumas notas.

- **Informação e Comunicação.** São áreas fundamentais para a afirmação da FENPROF, do seu projeto e das suas posições. Revelam a ligação da FENPROF aos problemas da Educação, da Ciência e do país e visam a sua presença permanente, não só entre os docentes e investigadores, mas procurando alcançar toda a comunidade educativa e a sociedade em geral.

A informação e a comunicação são rosto, voz e presença da Federação. Um funcionamento menos eficiente a este nível dificultaria a divulgação pública da mensagem da FENPROF que se fortalece com a capacidade que tiver de projeção para o exterior.

A FENPROF é uma das organizações sociais e políticas que mais intervenção tem no plano da informação e comunicação, mediado pela imprensa escrita e audiovisual. Para isso contribui uma intensa atividade nos locais de trabalho, uma grande e persistente mobilização dos investigadores e dos docentes de todos os níveis de educação e ensino e a mediatização do seu secretário-geral. Porém, num mundo em que a comunicação assume um papel central na formação da opinião e na intervenção cívica, a programação, designadamente, dos canais de televisão generalistas, dominados por uma lógica de entretenimento, e os alinhamentos dos telejornais, como se sujeitos a uma lógica de “cartel”, tornam cada vez mais difícil assegurar que a mensagem e o recurso do movimento sindical à comunicação social de massas produza o efeito informativo desejado.

O controlo da informação por grandes grupos económicos, a produção de informação por agências que não são independentes, a dominação dos órgãos de comunicação social e das suas chefias editoriais pelo poder económico, que os detêm e financiam, criam **obstáculos à produção isenta de informação.**

Esse é um grande desafio que se coloca, hoje, ao movimento sindical unitário e à FENPROF em particular. Daí que o **investimento em novas formas de organização e o recurso aos meios mais utilizados pelos cidadãos** para obtenção e circulação de informação tenham de ser prioridades nos próximos anos – designadamente o correio eletrónico, com a gestão adequada e integrada de listas de correio, as redes sociais e a renovação e permanente atualização da sua página eletrónica –, a par de uma atitude informativa ainda mais assertiva.

Nesta área da informação e comunicação, **é necessário garantir a cobertura e divulgação de toda a intensa atividade desenvolvida pela FENPROF,** no país e no estrangeiro; dar atenção aos temas que a comunicação social destaca, acautelando, sempre que necessário, a tomada de posição; garantir uma regular informação e uma comunicação eficaz junto dos professores (revista; informação atualizada em site ou pelo envio através do correio eletrónico; divulgação nas redes sociais...); valorizar a edição de materiais de informação direta (cartazes; tarjetas; múpis; pendões; desdobráveis-síntese; eventual recurso, em momentos especiais, a publicidade na comunicação social...); melhorar o contacto com a comunicação social, constituindo um gabinete de imprensa que promova iniciativas e tomadas de posição, e que seja um elo de ligação, sobretudo aos jornalistas da especialidade, bem como a sites e publicações de educação, sindicalismo ou outros temas de interesse para a ação da FENPROF; gerir ficheiros que facilitem a recuperação de tomadas de posição sobre os mais diversos assuntos.

Este departamento deverá, ainda, **auxiliar a ligação a organizações nacionais e internacionais,** quer produzindo e tratando informação da respetiva atividade, quer divulgando junto delas a atividade da Federação.

- **Organização.** É uma área em que a FENPROF poderá dar mais alguns passos.

O departamento assumiu as suas responsabilidades, sempre que foi chamado a envolver-se na organização de iniciativas e ações de luta, mas **falta um nível de atividade interna, regular,** que contribua para o reforço da própria FENPROF, o que passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos sindicatos nas respetivas regiões.

Da atividade a desenvolver neste âmbito interno deverá resultar a troca de experiências sobre aspetos de organização (relacionamento com os associados, campanhas de sindicalização ou procedimentos administrativos) e uma adequada articulação com outros departamentos, nomeadamente o financeiro e o da formação.

- **Ação Jurídica.** Corresponde a um departamento de grande relevância para a atividade sindical. Deverá articular a ação de apoio aos associados que a ele recorrem, em todo o país, apoiar a direção sindical na

contestação em tribunal de procedimentos violadores dos quadros legais vigentes e assessorar as comissões negociadoras sindicais.

Impõe-se uma boa **coordenação entre os departamentos dos diversos sindicatos**, devendo todos eles ser implicados na atividade a desenvolver; em fases de maior conflitualidade jurídica e em que esta é muito mediatizada, é necessário garantir uma resposta genérica imediata, tendo em conta tempos sindicalmente úteis para a interposição de ações e garantindo uma reação que vá ao encontro das expectativas dos docentes e investigadores que, em momentos de grande pressão, anseiam por respostas em prazo curto.

Desta frente de trabalho, pretende-se ainda que mantenha uma **ligação técnica e sindical à CGTP-IN e outras organizações** com as quais seja desenvolvida atividade comum; que garanta respostas adequadas para frentes específicas, elabore pareceres que fundamentem propostas para alterar quadros legais ou o envio de posições à Provedoria de Justiça ou à Procuradoria-Geral da República; que aprecie normas comunitárias e proponha, quando oportuno, formas de transposição e de atuação.

- Formação. Há que distinguir, aqui, dois planos: i) o da reflexão, tomada de posição e elaboração de propostas sobre formação de professores (inicial, contínua e especializada); ii) o da organização de iniciativas (colóquios, encontros, seminários e outras de âmbito nacional) e, se de interesse para os docentes e investigadores, da formalização de protocolos de cooperação no âmbito em apreço.

No que respeita à intervenção política, há que **exigir uma melhor formação inicial de professores e educadores** e, nesse sentido, aprofundar e apresentar propostas. Esta é uma obrigação que se tornou ainda mais premente com o combate movido à PACC, prova iníqua que o MEC alegava destinar-se a garantir professores de qualidade. Para além disto, o tema é de inegável atualidade e relevância para a condição profissional dos docentes.

Também **no que respeita à formação contínua e à formação especializada** de professores é necessário apresentar propostas que garantam a efetivação desses direitos. Mas, como a formação, mormente a contínua, também é um dever, importa reivindicar a consagração de condições, designadamente de tempo e gratuidade, para que a mesma seja frequentada.

A possível existência de um centro de formação da FENPROF serviria, essencialmente, para **articular atividade entre os sindicatos**. Facilitaria, também, a promoção de ações nacionais (encontros, debates, seminários, colóquios, atividades culturais...), podendo, se necessário, promover iniciativas no âmbito da formação sindical.

Ao centro de formação caberia, ainda,

assegurar **a gestão do centro de documentação da FENPROF**, incluindo a sua divulgação junto dos associados. Poderia, eventualmente, apresentar candidaturas a projetos internacionais para a formação, divulgando também intercâmbios de formação. Os órgãos de direção da FENPROF, eleitos neste Congresso, avaliarão a exequibilidade do funcionamento de uma estrutura daquele tipo e com os objetivos sumariamente enunciados.

- Finanças e património. A FENPROF apenas depende – e assim deve continuar – da quotização dos associados dos sindicatos. Esta é a principal garantia da sua independência.

Nos últimos anos, fatores diversos, em particular o aumento do desemprego, os cortes salariais e nas pensões e o congelamento das carreiras, tiveram impacto negativo no financiamento da organização. Não obstante, **uma boa gestão dos recursos disponíveis permitiu, ainda assim, fazer face às exigências.**

As expectativas para o futuro são positivas: é possível aumentar o número de associados; ao longo deste ano serão repostos os salários na íntegra; prevê-se o descongelamento das carreiras; é reconhecida a necessidade de aumentar o número de docentes nas escolas.

As perspetivas positivas, no entanto, não dispensam as exigências de um grande rigor financeiro e patrimonial. As iniciativas deverão ser devidamente orçamentadas e gastos não indispensáveis deverão ser eliminados. No que respeita ao património há que avaliar cada bem e decidir qual a opção menos dispendiosa de gestão.

- Regalias e benefícios sociais. Há que manter a procura de novos acordos e protocolos, a par da promoção dos já existentes, aspetos que, não sendo centrais nem determinantes da atividade sindical, não devem ser desvalorizados pela atratividade que exercem para a vinculação sindical e como contributo para a melhoria da situação dos associados dos sindicatos.

A FENPROF, no triénio 2016-2019, tem condições para se fortalecer, para se renovar e rejuvenescer, para tornar mais eficaz a sua ação, para continuar a ser a organização de referência dos docentes e investigadores em Portugal. Os tempos não são fáceis, mas **com a sua ação e a indispensável luta dos professores, educadores e investigadores, a FENPROF continuará a dar um contributo insubstituível ao futuro da Educação, da Ciência e do país.**



Projeto de Resolução sobre ação reivindicativa Valorizar as condições de exercício da profissão. Retomar a escola pública. Lutar por um Ensino de Qualidade

Subscrita pelo Secretariado Nacional da FENPROF e pelas direcções dos seus sete sindicatos

As eleições legislativas realizadas em 4 de outubro de 2015 criaram um quadro parlamentar novo e mais favorável à resolução de alguns problemas que têm vindo a afetar a sociedade portuguesa e que com o governo PSD/ CDS se tinham traduzido em ataques mais fortes aos direitos dos trabalhadores, no empobrecimento generalizado da população portuguesa e numa violenta ofensiva contra as funções sociais do Estado.

Os portugueses penalizaram a direita que, por razões ideológicas e de apoio a modelos económicos neoliberais, impusera políticas que implicaram empobrecimento e preparava-se para as prosseguir. Na Educação, por exemplo, a direita assumia no seu programa de governo a intenção de alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo, uma vez que esta constitui um obstáculo à concretização do seu projeto ideológico de desmantelamento das funções sociais do Estado, de que o chamado guião para a reforma do Estado era verdadeiro manual.

A FENPROF orgulha-se de, com os professores e investigadores, ter contribuído para o desgaste daquele governo nunca tendo baixado os braços ou virado a cara à luta, mesmo quando esta se apresentava difícil. Ao longo da legislatura anterior, para além de se ter envolvido na luta geral de todos os trabalhadores portugueses, a FENPROF promoveu diversas ações específicas, destacando-se oito *manifestações nacionais* de professores e investigadores, seis *greves* (muitas delas por períodos prolongados, como aconteceu nas avaliações finais de 2012/13, ao serviço extraordinário, em 2011, ou ao serviço PET/Cambridge, já em 2015). Em defesa da Escola Pública, a FENPROF organizou uma *caravana* que percorreu todo o país, em maio de 2013. Assegurou a entrega na Assembleia da República (AR) de um conjunto de 10 petições de âmbito regional em defesa da Escola Pública que deram lugar a diversos debates em plenário ultimando em alguns projetos legislativos. Foi promotora de *vigílias, concentrações, encontros, abaixo-assinados, petições e outras ações específicas*, como aconteceu em relação à precariedade no ensino superior e na investigação, à PACC e ao ensino artístico especializado, ações que deram origem a debates parlamentares sobre os temas da Educação. No âmbito do *combate à municipalização*, a FENPROF e os seus

Sindicatos organizaram uma importantíssima consulta, uma iniciativa sem paralelo, que envolveu mais de 50 mil docentes, resultando num rotundo “não” aos intentos do governo. Também a *ação jurídica* de apoio aos professores levou à condenação do MEC em muitos processos que chegaram aos tribunais, destacando-se, neste âmbito, as 760 sentenças que obrigaram ao pagamento da compensação por caducidade dos contratos, de que os responsáveis ministeriais queriam fugir; decorrem, ainda, alguns processos nos tribunais, visando a defesa de direitos inalienáveis dos docentes, por exemplo, do ensino superior. É de salientar, também, o recente chumbo do Tribunal Constitucional à introdução da PACC no Estatuto da Carreira Docente, bem como, a sua eliminação através de Lei aprovada na Assembleia da República.

A Fenprof teve ainda iniciativas diversas em questões de ordem ambiental que levaram a que o governo tomasse iniciativa legislativa.

Na frente de trabalho dos aposentados a FENPROF desenvolveu um importante trabalho. Cumprindo a resolução do 11.º Congresso Nacional dos Professores reforçou a sua ação nesta área ao realizar a 1.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados da qual resultou a constituição do Departamento de Docentes Aposentados, que articula e dinamiza a atividade reivindicativa do setor. De realçar as ações em prol da Caixa Geral de Aposentações “Não permitiremos a destruição da CGA”, as reclamações junto da CGA e do Provedor de Justiça quanto às incorreções do cálculo das pensões por interpretação abusiva da legislação, e ainda a luta contra a CES e os cortes nas pensões.

Com a entrada em funções de um governo PS de maioria relativa mas suportado no parlamento, pela primeira vez, por PS, BE, PCP e PEV, as expectativas dos trabalhadores portugueses são hoje mais elevadas. Desde logo pelo sentido das primeiras medidas aprovadas pela Assembleia da República ou pelo governo (na Educação, a revogação definitiva da PACC, a eliminação do sistema de requalificação, o fim das Bolsas de Contratação de Escola (BCE), a aprovação de um único concurso respeitando a ordenação por graduação profissional, de âmbito nacional e o fim dos exames do 4.º e 6.º anos de escolaridade); suspensão do exame de Inglês (PET); o fim dos cursos vocacionais;

na Ciência, a constituição de um grupo de reflexão composto por académicos de todas as áreas científicas e regiões do país para avaliar o papel futuro da FCT. As medidas específicas aprovadas para a Educação e Ciência foram acompanhadas de outras em domínios como a Saúde, a Segurança Social ou no setor dos transportes. Da mesma forma, foram aprovadas medidas relativas a salários ou fiscalidade que, não sendo as reclamadas pelos trabalhadores, ainda assim são mais favoráveis que as anunciadas pela direita, caso tivesse sido reconduzida no governo, de que são exemplo, a reposição integral dos salários na Administração Pública em 2016, a eliminação, até 2017, da sobretaxa do IRS mas já reduzida em 2016 e da CES para os docentes aposentados e o anúncio do futuro descongelamento das progressões nas carreiras.

O Orçamento do Estado para 2016, porém, veio esfriar um pouco as expectativas, pois embora preveja um aumento de verbas para a Educação, de 5,5%, se compararmos o orçamentado com a dotação inicial do ano anterior, já em relação à previsão de realização verifica-se uma quebra de 82 milhões de euros, correspondente a um recuo de 1,4%. É um OE que abre algumas portas à inversão de políticas, contudo, não o faz com a clareza que se exigia. O Orçamento do Estado para 2017 será decisivo para a fixação do rumo a dar às políticas educativas até final da legislatura.

No plano do relacionamento institucional, criaram-se condições para a abertura de linhas de diálogo e negociação, o que há muito não acontecia. Novidade é o facto de existirem hoje duas frentes importantíssimas de intervenção a este nível, complementares e ambas com capacidade de decisão política: o governo, em particular o ME e o MCTES, e a Assembleia da República.

Neste contexto, os resultados a alcançar dependerão da sustentabilidade do atual governo, da natureza das suas políticas, mas também da capacidade de intervenção, de ação e de luta dos docentes e investigadores.

Exige-se da FENPROF e dos seus Sindicatos que mantenham assertividade, oportunidade e firmeza na defesa de propostas, envolvendo os professores e criando os espaços de intervenção necessários. O Conselho Nacional da FENPROF, realizado pouco mais de 1 mês após as eleições legislativas, definiu

a sua estratégia de intervenção e o plano da ação a levar por diante, tendo em conta o que eram as exigências imediatas, parte delas já alcançadas e outras cuja concretização exige mais algum tempo. Em suma, continuando a definir uma estratégia reivindicativa adequada à atual situação política nacional e que, por dar confiança aos professores e investigadores, seja mobilizadora para a sua ação.

Nesse sentido, **i)** é necessário que a ação sindical mantenha a centralidade nas escolas, junto dos professores, num trabalho de esclarecimento e debate que é fundamental; **ii)** é essencial reforçar a organização sindical nos locais de trabalho, incluindo os centros de investigação científica, com a eleição de delegados e comissões sindicais; **iii)** é importante recolocar na mesa das negociações as questões que mais preocupam os docentes e os investigadores e que são motivo da sua mais forte indignação e veemente exigência; **iv)** é necessário manter os contactos institucionais adequados à resolução dos problemas; **v)** é preciso garantir compromissos de envolvimento na ação por parte dos professores e investigadores.

Os três grandes eixos da ação reivindicativa dos professores

A FENPROF assenta a sua estratégia reivindicativa para a ação a desenvolver com os professores, educadores e investigadores, em três grandes eixos: **1- Defesa da Escola Pública; 2 - Melhoria das condições de trabalho; 3 - Valorização do exercício profissional dos docentes e investigadores.**

1- DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

- Respeito pela Constituição da República Portuguesa no que concerne ao papel central da Escola Pública, devendo, como tal, as respostas privadas assumir caráter supletivo, o que exige a *revisão do atual estatuto do ensino particular e cooperativo*;

- *Financiamento público adequado da Educação*, incluindo o ensino superior e a investigação, área social que o governo PSD/CDS delapidou com um corte, em quatro anos, superior a três mil milhões de euros. É fundamental a existência de uma Lei de Financiamento da Educação para que, de forma clara, se estabeleçam as obrigações do Estado central, as responsabilidades dos municípios e o que poderá ser garantido através de outras fontes de financiamento, incluindo fundos comunitários. Esta lei esta que deverá estabelecer, não apenas o que é devido às escolas públicas, mas, igualmente, os critérios para eventual atribuição de financiamento público a respostas particulares e cooperativas;

- *Valorização da missão das instituições do ensino superior público, com o reforço da sua autonomia* no quadro do regime jurídico

de direito público, recusando soluções gestórias de direito privado, designadamente fundacional;

- *Implantação de um procedimento justo de avaliação das unidades de investigação* que seja uma base para um financiamento adequado e equitativo para todas as áreas científicas;

- *Desenvolvimento de um processo de verdadeira descentralização*;

- *Fim do processo de municipalização* em curso em 15 municípios que celebraram contratos no ano letivo transato e exigência de promoção de um amplo debate nacional sobre a descentralização na educação que inclua aspetos como a autonomia e a direção e gestão democráticas das escolas, bem como as questões da rede escolar e a indispensável eliminação dos mega-agrupamentos;

- *Profunda alteração dos currículos escolares* que permita inverter o curso de empobrecimento a que têm estado sujeitos, mas que, para além das questões relacionadas com os conteúdos e a matriz curricular, tenha também em conta aspetos como as metas curriculares e os programas, os regimes de avaliação dos alunos e a reorganização do currículo em cada um dos ciclos, bem como, a própria estrutura e duração desses ciclos;

- *Garantia de uma educação verdadeiramente inclusiva*, o que impõe a existência de apoios e recursos materiais e humanos adequados às características de cada aluno e uma atempada intervenção aquando da identificação das primeiras dificuldades, objetivo para o qual a redução do número de alunos por turma, cumprindo, nomeadamente, as normas relativas a alunos com necessidades educativas especiais e a existência de equipas multidisciplinares nas escolas serão muito importantes;

- *Lançamento do debate com vista à reorganização da rede de instituições de ensino superior*, num quadro de valorização da Escola Pública, de proximidade de respostas de indiscutível qualidade e de aprovação de um sistema unitário, integrado e diversificado;

- *Defesa de uma rede pública de creches tutelada pelo ME e o reconhecimento da função docente prestada nesse nível, independentemente da natureza jurídica da resposta*;

- *Garantia da universalização da oferta da educação pré-escolar para todas as crianças a partir dos 3 anos*, sendo esta assegurada no quadro da expansão da rede pública de jardins de infância do Ministério da Educação, e obrigatoriedade de frequência no ano imediatamente anterior ao ingresso no 1.º CEB;

- *Recusa da escolarização precoce da educação pré-escolar*, defendendo a sua identidade e os propósitos que a sustentam. Neste sentido, rejeitam-se práticas pedagógicas e organizacionais desajustadas à educação pré-escolar, nomeadamente a existência de avaliações das crianças numa lógica quantitativa, livros de fichas ou ainda



horários por “disciplinas” e sumários de hora a hora;

- *Reorganização do 1.º Ciclo do Ensino Básico*, hoje completamente desestabilizado por soluções que não decorrem de decisões tomadas de acordo com as necessidades manifestadas ou de um projeto coerente e consistente em curso, mas da aplicação de medidas avulsas, adotadas numa perspetiva de redução de despesa. A atual situação tem consequências graves para a qualidade do ensino, sendo exemplos de desestabilização a proliferação de turmas com mais do que um ano de escolaridade, a oferta de AEC em período letivo ou o agravamento dos horários de trabalho de professores e alunos;

- Criação de *vias educativas e formativas diversificadas, mas sempre de qualidade elevada*, nos percursos escolares dos jovens, seja na aprovação de um modelo adequado, assente em respostas públicas, de ensino artístico especializado, seja na criação de vias profissionais valorizadas, que deverão substituir respostas menores criadas pelo governo que cessou funções, designadamente os cursos vocacionais, decisão já anunciada pelo ME;

- *Reconhecimento da Educação de Adultos*, no âmbito da educação permanente e ao longo da vida, *como um pilar fundamental de uma sociedade democrática*, o que exige políticas públicas continuadas, coerentes e abrangentes; implementação de ofertas diversificadas (formais, não formais e informais) e não sujeitas exclusivamente a lógicas de mercado, competitividade económica ou empregabilidade, para a promoção e integral desenvolvimento das dimensões cívica, cultural e educativa das pessoas adultas.

2 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

- *Cumprimento das exigências estabelecidas nos estatutos das carreiras docentes do ensino superior* quanto aos rácios entre docentes de carreira e fora da carreira e no que se refere aos números dos docentes nas categorias superiores das carreiras e admissão por concurso de novos docentes para rejuvenescimento dos corpos docentes, garantindo simultaneamente, o respeito pelas cargas letivas semanais máximas fixadas na lei;

- *Aprovação de um modelo organizativo e de funcionamento das escolas que promova a autonomia profissional dos docentes*, valorizando a dimensão formativa da avaliação e que articule a avaliação, nos diversos níveis das aprendizagens à das próprias instituições, em detrimento da valorização excessiva que tem sido dada aos instrumentos de medição e quantificação dos processos educativos;

- Respeito pelo *horário de trabalho de 35 horas semanais e adequada distribuição das suas várias componentes*, nomeadamente clarificando e respeitando o *conteúdo de cada*

uma das componentes do horário de trabalho, de acordo com os seguintes princípios:

- *A componente letiva* é constituída por todas as atividades diretamente realizadas com alunos na sua componente curricular ou que dela decorram e/ou constituam reforço desta, incluindo as que se realizem fora da sala de aula.

- Inclusão das *reuniões* para que os docentes sejam convocados na componente não letiva de estabelecimento dos seus horários semanais.

- Consagração de que a *componente individual* de trabalho dos docentes deverá ter uma duração adequada a toda a atividade que nela é desenvolvida correspondendo, no mínimo, a 11 horas.

- Clarificação de que a *redução da componente letiva* do horário de trabalho a que o docente tenha direito determina o acréscimo correspondente da componente não letiva de trabalho individual, não podendo a dispensa da componente letiva, prevista para educadores e professores do 1.º CEB, determinar trabalho direto com alunos, nomeadamente substituições e apoios a grupos de alunos.

- Fixação de *limites máximos quanto ao número de turmas, níveis e programas* à responsabilidade de cada docente, bem como a atribuição de reduções da componente letiva condicentes com o desempenho de cargos pedagógicos;

- Garantia de condições de trabalho que se adaptem às necessidades de todos os docentes independentemente das suas dificuldades, designadamente motoras, auditivas ou visuais;

- *Redução do número máximo de alunos por turma*; e, no 1º ciclo do ensino básico, constituição de turmas com um único ano de escolaridade;

- Exigência de um calendário escolar adequado aos ritmos de aprendizagem das crianças e dos alunos, sendo que na educação pré-escolar este deverá coincidir com o do 1º ciclo do ensino básico;

- *Aprovação de um regime excepcional de aposentação dos professores* que tenha em consideração o elevado desgaste físico e psíquico provocado pelo exercício continuado da profissão, *considerando a aposentação com pensão completa aos 36 anos de serviço*, independentemente da idade. De imediato, e apenas enquanto não vigorarem essas condições, todos os docentes com vida contributiva de 40 ou mais anos de serviço deverão poder aposentar-se sem qualquer penalização imposta pelo fator “idade”;

- *Efetivação da garantia de transporte ou pagamento de deslocações em serviço* nos termos da lei sempre que os docentes exerçam atividade em diversos estabelecimentos de ensino, integrados ou não no mesmo agrupamento. No caso do ensino superior, em escolas e instituições que tenham estabelecido parcerias ou consórcios, deverá

o tempo de deslocação dos docentes entre estes estabelecimentos de ensino integrar obrigatoriamente o horário de trabalho, na componente de estabelecimento;

- Aplicação da lei que estabelece as *condições de saúde e segurança nos locais de trabalho*, para identificar e resolver os problemas que persistem devido à não remoção do amianto em materiais de construção dos edifícios ou os estudos que apontam para a existência, em valores acima do admitido, de gases tóxicos, alguns cancerígenos, situações que colocam esta questão no topo das que merecem resposta urgente, juntando-se a outros aspetos que, não podendo ser menosprezados, são determinantes para um ensino e uma aprendizagem de qualidade.

3 - VALORIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS DOCENTES E INVESTIGADORES

- Correta transposição, em todos os setores de educação e ensino, da *Diretiva comunitária 1999/70/CE, de 28 de junho, que visa evitar abusos e discriminações no recurso à contratação a termo*, através da consequente vinculação. Correção das injustiças decorrentes da forma como o MEC aplicou a designada norma travão aos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;

- Aplicação da referida Diretiva comunitária aos docentes do ensino superior politécnico, aos leitores e aos investigadores;

- Aplicação da Diretiva comunitária aos docentes das escolas especializadas do ensino artístico;

- *Revisão do atual regime de concursos*, no sentido de: fixar critérios adequados e claros para a abertura de lugares de quadro nas escolas/agrupamentos, tendo em conta as suas reais necessidades e promovendo, dessa forma, condições de estabilidade (a necessidades permanentes têm de corresponder vínculos estáveis); respeitar o primado da graduação profissional em todas as fases do concurso; respeitar em absoluto o direito dos professores à proteção na doença do próprio ou de familiar dependente, nomeadamente através da deslocação de escola, sem que tal, contudo, implique a ocupação de lugares que se encontrem vagos e a concurso; reduzir a área geográfica dos QZP;

- Eliminação dos obstáculos burocráticos à *abertura de concursos no ensino superior e na investigação* para ingresso e promoção nas carreiras;

- *Desbloqueamento das progressões nas carreiras* e contagem integral, para todos os efeitos, do tempo de serviço prestado pelos educadores e professores;

- Alargamento do *período transitório para os docentes do ensino superior* que não concluíram o doutoramento ou o título de especialista por não lhes terem sido

proporcionadas as condições legalmente estabelecidas de isenção de propinas de doutoramento e de dispensa da componente letiva. Reintegração dos que, por ausência de qualquer medida no sentido desse alargamento, já foram afastados dos seus locais de trabalho e reposição das condições dos que passaram de horário de trabalho integral para parcial;

- Negociação de um *diploma regulador da contratação e da carreira dos docentes e investigadores do ensino superior particular e cooperativo*;

- *Negociação de um novo Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) para os docentes do ensino particular e cooperativo* que aproxime as suas condições de exercício da profissão, nomeadamente no que respeita a horários de trabalho e salários, das que se aplicam aos seus colegas do ensino público, e reinício das negociações com a ANESPO com vista à *celebração de um CCT para as escolas profissionais privadas*;

- *Manutenção do CCT em vigor para as IPSS, celebrado entre a FENPROF e a CNIS*, contestação através de denúncias e subsequentes ações para impedir a aplicação da convenção outorgada pela FNSTFPS que prevê o congelamento das carreiras dos docentes e a diminuição do acréscimo remuneratório para o exercício das funções de coordenação pedagógica;

- *Conversão do Acordo de Empresa entre a FENPROF e a União da Misericórdias Portuguesas*, recentemente publicada, *num Acordo Coletivo de Trabalho* a ser aplicado a todas Misericórdias;

- Aprovação de um modelo adequado de resposta para o ensino artístico especializado e um modelo de financiamento que não seja, como acontece atualmente, um dos principais fatores de instabilidade do setor.

OS DIREITOS SINDICAIS

A partir de 2009, várias foram as alterações que criaram constrangimentos ao livre

exercício da atividade sindical, pelo que a FENPROF exige que sejam revistas essas normas restritivas no sentido de:

- No âmbito das *15 horas anuais de que os professores e educadores dispõem para exercer atividade sindical*, os locais em que a mesma se desenvolve voltarem a poder ser estabelecidos pelas direções sindicais;

- O *número de associados a considerar para efeitos de representatividade* das organizações ser o que, efetivamente, estas comprovem, sem quaisquer limites artificiais que apenas penalizam as associações mais representativas, como é o caso dos sindicatos da FENPROF.

AÇÕES A DESENVOLVER

- Conferência Nacional do Ensino Superior
- Conferência Nacional dos docentes aposentados

- Iniciativas em parceria com as associações de deficientes

- Formação de professores



Proposta de Programa de Acção “Devolver o Poder aos Professores”

Proposta B

Primeiro subscritor: Carlos Vasconcellos. Seguido de mais 226 assinaturas confirmadas

1 - INTRODUÇÃO

É o congresso da FENPROF o seu Órgão máximo – e por isso lhe compete analisar a situação dos Professores e do Ensino em Portugal, efectuando um balanço crítico da acção concretizada nos últimos 3 anos e traçando linhas de rumo que potenciem as capacidades da FENPROF e dos seus Sindicatos para vencerem a gravíssima situação a que a acção de sucessivos governos conduziu os Professores e Portugal.

Sendo certo que a **Vitória** só será possível com a manutenção e o reforço da unidade de todos os Professores.

Unidade que permitiu alcançar os resultados já obtidos.

Unidade que constituirá a base para novas conquistas – ou reconquistas.

Unidade que só se reforçará, se cimentada em torno de Princípios Sindicais em que todos os Professores se revejam – Independência, Democracia, Combatividade.

Princípios que terão de se corporizar num Plano de Acção que responda às mais prementes aspirações e necessidades dos Professores, proponha medidas eficazes de luta (porque só na luta se forja a verdadeira unidade), e garanta que todo o processo reivindicativo será conduzido com transparência e democraticidade – porque só estas assegurarão a confiança e empenhamento dos Professores, garantindo-lhes que o seu esforço não será desvirtuado por interesses estranhos à vontade da Classe.

É a essas necessidades que o presente plano pretende responder. Ele não pretende ser, e não é, deliberadamente, um catálogo enciclopédico de problemas e de hipotéticas soluções.

O que este Plano pretende ser, é um **guia para a acção**, apontando os grandes eixos reivindicativos, gerais e sectoriais, e a metodologia a adoptar na acção sindical, assentando nos Grandes Princípios Sindicais que sempre nos nortearam – **Independência, Democracia, Combatividade.**

Da sua concretização depende o Futuro – e desse ninguém pode demitir-se.

2 - A SITUAÇÃO ACTUAL

Portugal esteve, durante 4 anos, sob o mando de um Governo que mais não foi do que um agente do Capital financeiro – nacional e internacional.

Governo esse que prosseguiu uma política que, caso não tivesse sido abortada, conduziria à destruição de Portugal como comunidade de destino, onde os cidadãos possam viver com dignidade - à destruição

de Portugal, como Pátria livre e soberana.

Em Outubro passado, o Povo Português decidiu – e dessa decisão resultou um novo Governo.

Novo governo que afirma ir inaugurar um novo ciclo e novos tempos.

Bom será, todavia, que os novos tempos não se fiquem pelas palavras – e se traduzam em acções que revertam a situação a que sucessivos (des)governos conduziram Portugal e a Educação.

Bom e indispensável será que os “novos tempos” se traduzam numa nova política que devolva aos Professores, a justiça, e à Escola Pública, o papel fundamental que compete na formação dos nossos jovens – **na construção do futuro de Portugal.**

E é a esta luz que não podemos deixar de encarar com grande preocupação o facto de o Governo anunciar a intenção de transferir para os Municípios novas competências em matéria de Educação – um novo passo no caminho da municipalização do Ensino, **rejeitada em Referendo Nacional por mais de 90% dos Professores.**

Preocupação reforçada com o anúncio de que a progressão na Carreira só será desbloqueada a partir de 2018 – e sem qualquer referência à recuperação do tempo de serviço roubado desde 2005 (que, em Dezembro de 2017, totalizará 9 anos e 4 meses).

Também, até ao momento, nada foi dito pelo Governo acerca da vinculação dos Professores contratados de acordo com a Lei Geral do Trabalho.

Todos estes sinais apontam para aquilo que sempre afirmámos – o derrube do “Governo” dos Srs. Coelho e Crato não resolveria miraculosamente todos os problemas.

E que, embora sem cairmos em precipitações contraproducentes, não poderemos, em caso algum, subalternizar aquilo que, ao longo dos anos, nos trouxe resultados concretos – **A Luta.**

Luta coerente, global, organizada.

A única que, tal como em Julho de 2013, nos conduzirá à Vitória.

3 - PRINCIPAIS PROBLEMAS SECTORIAIS – QUE RESPOSTAS?

Os problemas com que os Professores se confrontam neste momento, sendo muitos e diversificados, poderão, todavia, ser enquadrados em quatro categorias:

Desemprego docente – 30 000 Professores desempregados.

Condições de trabalho e de ensino.

Gestão das Escolas.

Direitos sociais e laborais.

Acerca de cada um destes conjuntos de problemas, sem cair na tentação de elaborar análises pretensamente exaustivas (na verdade, por muito extensas que sejam, **nunca** serão exaustivas), importa estabelecer ideias claras e firmes sobre **quais os problemas fundamentais** que requerem uma solução rápida.

3.1 - COMBATE AO DESEMPREGO DOCENTE

• Vinculação Dinâmica dos Professores e Educadores contratados de acordo com a Lei Geral do Trabalho.

• Estabelecimento de um número máximo de 20 alunos por turma.

• Alargamento da rede pública de educação pré-escolar

• Proibição de qualquer tipo de acumulação no ensino (excepto para completamento de horário) ou com outras actividades, enquanto houver Professores desempregados na respectiva área de docência.

• Proibição de atribuição de horas extraordinárias, excepto para complemento de horário

• Obrigatoriedade, para as Escolas Profissionais e Institutos de Formação subsidiados pelo Estado, de contratação prioritária de docentes desempregados

• Passagem para a contratação pelo Estado, através de concurso nacional, dos Professores necessários à concretização das Actividades de Enriquecimento Curricular.

• Criação imediata dos lugares de apoio necessários na educação pré-escolar e no ensino básico e secundário

Reorganização do ensino de segunda oportunidade, garantindo o efectivo direito à educação para todos os cidadãos, e oportunidades de formação ao longo da vida

3.2 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE ENSINO

• Garantia de financiamento adequado para todos os níveis do Ensino Público.

• Máximo de 20 alunos por turma (18 no 1º CEB, 15 no Pré-Escolar, 15 no Ensino Recorrente).

• Máximo de 3 níveis e de 5 turmas por professor (no 1º CEB, e a título absolutamente excepcional, máximo de 2 anos de escolaridade por professor).

• Horário lectivo de 22 horas no Pré-escolar e no 1º ciclo e de 20 horas no 2º e 3º ciclo e Secundário.

• Passagem para a componente lectiva de toda a actividade directa com alunos.

- Garantia de complementos de formação adequados para os professores do ensino particular e cooperativo, utilizando os recursos existentes na UA.

- Extensão da garantia de acesso imediato à profissionalização a todos os professores actualmente em exercício ou que, tendo tempo de serviço, hajam sido opositores ao concurso de 2008/2009, e que a não possuam.

- Criação de equipas multidisciplinares, no 1º CEB, integrando as áreas das Expressões e da Educação Física e as Actividades de Enriquecimento Curricular.

- Rejeição de qualquer tentativa de introdução do regime de mono docência no 2º CEB.

- Regulamentação urgente, em todas as suas vertentes, das condições mínimas de funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

- Entrada urgente em funcionamento das Comissões de Higiene e Segurança no Trabalho, há muito previstas na Lei.

3.3 - UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA AS ESCOLAS

- Reposição da efectiva eleição dos Órgãos de gestão pela comunidade escolar.

- Combate decidido às tentativas em curso, de municipalização ou privatização do Ensino Público.

3.4 - GARANTIA E APROFUNDAMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS E LABORAIS

- Luta por uma nova revisão, globalmente favorável, do CCT do Ensino Particular e Cooperativo.

- Equiparação salarial de todos os docentes das IPSS's aos do Ensino Particular e Cooperativo.

- Criação de quadros de dotação global para as carreiras docentes do Ensino Superior Público, permitindo a normal progressão dos docentes nas carreiras.

- Negociação de um CCT para o Ensino Superior Particular.

- Negociação de um CCT para as escolas profissionais e institutos de formação privados.

- Efectivação do direito dos docentes do pré-escolar a um calendário escolar igual ao dos restantes professores.

- Equiparação das pensões de aposentação aos salários dos professores no activo, em idênticas condições.

- Garantia de que **todos os Professores** do Ensino não Superior que tenham sido opositores pelo menos a uma das fases do concurso para 2002/03, possam continuar a concorrer no actual quadro legal, sem quaisquer limitações temporais.

- Alargamento do prazo transitório para obtenção do doutoramento dos Professores do Ensino Superior e garantia de concessão de condições adequadas para essa conclusão.

4 - A ESTRUTURA DA FENPROF

A nova situação política, decorrente das eleições legislativas de Outubro, abrindo perspectivas quanto a uma revisão das políticas anti-educativas que têm sido incrementadas nos últimos anos, não dispensa, todavia, a adopção de medidas organizativas que facilitem a prossecução dos objectivos da FENPROF – sendo o fundamental a defesa dos interesses dos Professores e, também, a luta por uma Escola Pública democrática e de qualidade.

4.1 - UMA ESTRUTURA MAIS DEMOCRÁTICA E EFICAZ

E a nível interno uma coisa é óbvia – a estrutura organizativa da FENPROF tem de ser capaz de dar uma resposta rápida e eficaz à situação decorrente das novas condições políticas – quer estas decorram pacificamente, quer evoluam para situações de crise.

Essa capacidade de resposta terá de passar por uma estrutura mais ligeira e operacional, com um Conselho Nacional (órgão máximo entre Congressos) que seja verdadeiramente representativo do Congresso, que se reúna mais vezes, e cujos membros se envolvam verdadeiramente na actividade da FENPROF, integrando os grupos de trabalho que se revelarem necessários.

Passa também pela assunção definitiva do princípio de que as grandes questões estratégicas e qualquer acordo global com o Governo sobre questões fundamentais para o futuro dos Professores deverão ser democraticamente referendadas por estes.

Como foi feito, **e bem**, em Abril de 2008 (dia D), e em Junho de 2015 (Referendo sobre a municipalização) – e como não foi feito, **e mal**, em Janeiro de 2010.

4.2 - REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL – MELHOR RESPOSTA AOS PROBLEMAS – UM DEBATE DEMOCRÁTICO

Uma melhor resposta aos problemas existentes implica um maior reforço da ligação da FENPROF aos Professores e do debate democrático das questões sectoriais e gerais que a estes afectam, o que é indissociável de uma ampla informação aos Professores.

Fundamental também se torna melhorar a preparação e capacidade de intervenção dos Quadros Sindicais, a nível nacional.

Para alcançar estes objectivos propomos a concretização das seguintes acções:

- Convocar Conferências Nacionais sectoriais para debate dos respectivos problemas

- **Convocar uma Conferência Nacional, com Delegados eleitos nas Escolas, para debate dos problemas globais que afectam a Escola Pública e os Professores em Portugal.**

- Realizar iniciativas nacionais, eventualmente descentralizadas, para formação de Quadros Sindicais.



- Editar de um Boletim nacional, comportando uma versão electrónica, para formação e informação de dirigentes, delegados e activistas sindicais.

- Reorganizar o “Jornal da FENPROF”, com elaboração de um estatuto editorial próprio, a aprovar no Conselho Nacional da FENPROF. Abertura **efectiva** das suas páginas às diversas correntes de opinião sindical.

4.3 - PROPAGANDA E CONTRA-INFORMAÇÃO – UMA FRENTE FUNDAMENTAL DE LUTA

O combate político-sindical passa cada vez mais por uma eficaz gestão dos meios de propaganda e contra-informação – **essenciais para a conquista da Opinião Pública.**

Nos últimos anos a actuação da FENPROF nesta frente melhorou sensivelmente. Todavia, ainda há muito a fazer, nomeadamente adoptando, com urgência, as seguintes medidas:

- Criação de um Departamento de Informação e Propaganda, com uma estrutura ligeira, com a exclusiva responsabilidade de planificar, coordenar e concretizar as acções de propaganda, contra-propaganda, informação e contra-informação da FENPROF.

- Levantamento de, e participação sistemática em, todas as acções e acontecimentos relacionados com os Professores e o Ensino, garantindo uma exposição clara e convincente das posições da FENPROF.

- Em momentos de eventuais crises, envio sistemático, através da Internet, para as Escolas e para os sócios dos Sindicatos da FENPROF, de **comunicados sintéticos**, dando conta do evoluir da situação.

5 - AS RELAÇÕES DA FENPROF COM O MOVIMENTO SINDICAL

5.1 - A NÍVEL NACIONAL

A FENPROF deverá continuar a pautar o seu relacionamento com o Movimento Sindical em geral, na base da não ingerência mútua e da unidade possível na acção, para defesa dos interesses dos trabalhadores em geral, e das liberdades democráticas que, de modo encoberto, se encontram cada vez mais ameaçadas.

O RELACIONAMENTO COM A CGTP:

Actualmente, todos os Sindicatos componentes da FENPROF integram a CGTP.

Central Sindical que, agrupando a maioria dos sindicatos mais representativos de Portugal, é também aquela com a qual, ao longo dos anos, a FENPROF e a maioria dos Sindicatos que a constituem sempre mantiveram relações privilegiadas.

Deve, todavia, reconhecer-se que esse relacionamento se traduziu, em algumas ocasiões, por uma clara subalternização dos interesses dos Professores em relação aos da CGTP, designadamente quanto à

calendarização das acções de luta.

Situação que tem provocado, e ainda provoca, justificadas reticências em muitos professores, sócios dos sindicatos da FENPROF.

Por tudo isto, a FENPROF deverá continuar a pautar a sua conduta por um estreito relacionamento com a CGTP, **sem pôr em causa, todavia, em momento algum**, o desenvolvimento de **uma linha estratégica autónoma** que garanta efectivamente a defesa dos reais interesses dos Professores.

AS RELAÇÕES COM OS OUTROS SINDICATOS DE PROFESSORES

A ofensiva desencadeada pelo governo anterior contra os direitos dos Professores, reactivou a “Plataforma Sindical de Professores”, envolvendo todos os Sindicatos de Docentes com a excepção da FNE, que dela se auto-excluiu.

Unidade que, tendo sido fundamental para um desenvolvimento da luta dos Professores, não pode, em caso algum, ser dissociada da posição dialogante e não sectária que, neste caso, foi assumida pelo Secretariado Nacional da FENPROF (e pelo seu Secretário-geral) ao longo de todo o processo.

Dados os resultados positivos das posições em conjunto assumidas, torna-se indispensável que, nesta nova conjuntura política, a FENPROF, sem pôr em causa a sua autonomia de acção, desenvolva todos os esforços para manter uma frente unida que permita alcançar objectivos comuns a toda a Classe Docente.

A FRENTE COMUM DE SINDICATOS DA FUNÇÃO PÚBLICA

A integração da FENPROF e dos seus Sindicatos na Frente Comum da Função Pública (FC) não tem tido resultados particularmente satisfatórios.

Isso deve-se fundamentalmente à pouca flexibilidade das estruturas da FC e ao facto de, em diversas ocasiões, o calendário de acção mais vantajoso para os Professores ser postergado pelos supostos interesses da generalidade dos Trabalhadores da Função Pública (TFP's), sem que se vejam, na prática, as vantagens deste procedimento.

Por tudo isto, torna-se indispensável:

- Repensar a necessidade de uma nova estrutura de coordenação dos Sindicatos dos TFP's;

- Sem pôr em causa a unidade de acção em questões comuns, não subordinar, em caso algum, os calendários reivindicativos dos Professores às decisões da FC.

5.2 - A NÍVEL INTERNACIONAL A IE E A CEES:

A participação da FENPROF nas actividades da IE e da CEES tem sido globalmente positiva.

Não sendo possível esquecer, neste

contexto, a acção persistente desenvolvida a favor da auto-determinação e independência nacional do povo de Timor-Leste (a partir da aprovação no III Congresso da FENPROF, em 1989, de uma moção nesse sentido, apresentada pelo Grupo de Sindicalistas Independentes).

Todavia, é fundamental que a agenda e a constituição das delegações da FENPROF aos Congressos promovidos por estas organizações passe a ser debatida e ratificada pelo Conselho Nacional, órgão máximo entre congressos.

AS RELAÇÕES COM AS ORGANIZAÇÕES DE PROFESSORES DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – A CPLP-SINDICAL DA EDUCAÇÃO

Num contexto mundial em que a influência política passa, também e cada vez mais, por uma política cultural consequente, e a afirmação da identidade nacional de cada país é indissociável da capacidade de afirmação da sua especificidade cultural, a qual passa também pela língua, património comum de Portugal, Brasil e das nações resultantes da descolonização portuguesa, a aproximação às organizações sindicais de docentes daqueles países é uma necessidade imperiosa e como tal tem sido entendida pela FENPROF que com elas tem mantido estreitos laços de colaboração, que conduziram, por ocasião do 8º Congresso, à formalização da CPLP-Sindical da Educação, para cuja constituição a FENPROF deu um contributo decisivo.

No contexto actual em que as pressões imperiais e neo-coloniais inerentes à chamada “Globalização” se acentuam, e em que, simultaneamente, os Professores de alguns desses países atravessam situações particularmente difíceis, torna-se indispensável que a FENPROF reforce os laços de colaboração existentes e continue a dar, cada vez mais, o seu contributo decidido para que a CPLP-SE se torne um parceiro respeitado na definição das políticas educativas dos diversos países envolvidos.

6 - AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA FENPROF

A FENPROF deverá continuar, como é óbvio, a participar em todos os órgãos nos quais tem assento de pleno direito, como o Conselho Nacional de Educação.

As relações da FENPROF com outros parceiros educativos, como a CONFAP, a CNIPE e as Associações de Estudantes, deverão ser mantidas e intensificadas, na medida do possível, não se podendo em momento algum esquecer o facto de os interesses dessas organizações poderem ser, por vezes, contraditórios com os dos Professores, os quais a FENPROF deve defender a todo o custo.

Quanto às relações com órgãos políticos ou de soberania (Associação Nacional de Mu-

nicípios, Presidência da República, Partidos Políticos, etc.), a intervenção junto destes pode revestir-se de grande importância.

Todavia, tais contactos não poderão, em caso algum, subalternizar a acção sindical, devendo a FENPROF manter uma atitude de rigorosa independência em relação a qualquer poder político ou partidário.

7- A OFENSIVA GLOBAL CONTRA OS PROFESSORES E A ESCOLA PÚBLICA

Nos últimos anos, tem-se assistido a uma progressiva tentativa, por parte dos sucessivos Governos, de retirar direitos sócio-profissionais aos Professores e de proceder a uma sistemática desvalorização da Escola Pública.

Política que sofreu um incremento brutal após a tomada de posse do anterior Governo, do qual se pode dizer que implementou um verdadeiro Plano Global para alcançar aqueles objectivos.

Plano cuja aplicação conduziu aos cortes de salários e pensões e ao despedimento de 30.000 Professores.

Situação cuja gravidade exigirá uma luta árdua para que, aproveitando ao máximo as novas condições políticas, se consiga uma derrota global da ofensiva que (não tenhamos ilusões) alguns sectores continuarão a tentar concluir.

Plano acima referido, cujas consequências sectoriais são muitas – e graves.

Estatuto da Carreira Docente do Ensino não Superior

A “revisão” feita em 2007, pode ser sintetizada em duas palavras – **uma pulhice**.

E o facto de algumas das disposições desse ECD já terem sido revertidas – **graças à luta dura e prolongada dos Professores portugueses** – não pode fazer-nos esquecer tudo o que nele e na legislação associada ainda existe de negativo, e cuja revogação exigirá ainda uma luta dura:

- O sistema de avaliação adoptado – **tudo, menos justo**.

- O roubo do tempo de serviço.
- As “quotas” e as vagas.
- A ausência de mecanismos de vinculação dinâmica dos Professores contratados.

Legislação sobre Contratação de Professores

A legislação actualmente em vigor permite e incentiva a contratação apenas para os períodos de leccionação efectiva, permitindo que muitos dos Professores contratados deixem de ganhar nas férias.

Ensino Superior

A situação é crítica, com o despedimento, já concretizado, de centenas de Assistentes, e a ameaça de igual tratamento para todos aqueles que não conseguiram concluir o Doutoramento (por lhes terem sido negadas

as condições para tal) no chamado “período transitório”.

Por tudo isto, a situação continua a ser de grande precariedade para todos os Professores contratados do Ensino Superior, para os quais a FENPROF terá de continuar a exigir a imediata vinculação de acordo com a Lei-Geral de Trabalho.

Municipalização do Ensino Público

A legislação criada pelo Governo anterior sobre a municipalização do ensino não superior, concretizada, a nível pretensamente experimental, por contratos assinados com 12 municípios, permite a desresponsabilização do Governo em relação a todo o Ensino Público não Superior, criando, simultaneamente, condições objectivas para o aparecimento de regimes diferenciados para as mesmas funções – à semelhança do que já sucede hoje em Espanha, no Brasil e nos EUA, por exemplo.

Neste campo, a mudança ocorrida em 4 de Outubro, não trouxe alterações positivas.

Realmente, o actual Governo já se manifestou favorável à transferência de mais competências, em matérias de educação, para os Municípios.

Alteração das condições de Aposentação

A pretexto da “crise”, foram drasticamente reduzidos Direitos já adquiridos pelos Professores.

Neste contexto, torna-se indispensável a reposição da justiça:

- Com a equiparação das pensões de aposentação aos salários do activo.
- Com a redução do tempo de serviço necessário para a aposentação sem penalizações.
- Com a criação de um regime adequado de pré-reforma (de adesão voluntária).

As actividades de enriquecimento curricular (AEC) – A privatização do Ensino Público

Uma das “bandeiras” ditas educativas do Governo do Sr. Pinto de Sousa foi a criação das AEC, medida que, em si, se bem aplicada, poderia assumir um cariz positivo.

Infelizmente, nada disso sucedeu.

Na prática a aplicação das AEC apenas tem servido para encher os bolsos a umas quantas empresas privadas de contratação de docentes, miseravelmente explorados e forçados a actuar num contexto de quase total ausência de condições pedagógicas.

Sendo também óbvio que este pode ser um primeiro passo no caminho da privatização do Ensino Público.

Este é, indubitavelmente, um dos sectores em que a FENPROF acordou tarde – **e onde tem que intervir muito mais do que o tem feito**. Nomeadamente, exigindo que os Professores colocados nas AEC sejam admitidos através do Concurso Nacional e



que beneficiem de todos os direitos consignados no ECD.

Ainda no que se refere aos riscos de privatização do Ensino Público, não se podem ignorar aqueles que advêm da passagem para o património da Parque Escolar das escolas por esta intervenções.

A desresponsabilização pelo Ensino Superior Público

O Governo do Sr. Pinto de Sousa enveredou decididamente por medidas que, no âmbito de “recomendações” da OCDE e da OMC, transferiram a maior parte do Ensino Superior Público para um limbo (“fundações” com algum financiamento público, com muito controlo privado e com reitores pseudo-eleitos pelo poder económico) – tudo muito adequado à sua privatização.

O Governo do Sr. Coelho reforçou, acen-tuadamente, essa tendência, reduzindo, substancialmente, o financiamento das Instituições de Ensino Superior Público.

O actual Governo adoptou, como uma das suas primeiras medidas para o Ensino Superior, a “restauração” da possibilidade de transição das Universidades para o regime fundacional – a qual havia sido transitoriamente abolida.

8 - A RESPOSTA DA FENPROF

Perante uma ofensiva governamental de uma dureza nunca antes vista, o Secretariado Nacional (SN) da FENPROF começou por exigir a demissão do Governo, objectivo justo, mas que, pela sua notória dificuldade (maioria absoluta na AR e apoio desvelado do PR) foi, obviamente, encarado como irrealista pela generalidade dos Professores que exigiam, há muito, nas Escolas, medidas bem mais eficazes e mobilizadoras do que as “tradicionais” greves de um dia ou as, igualmente, “rituais” manifestações promovidas pela CGTP, estas sempre com uma reduzidíssima adesão de docentes.

E foi só a ofensiva do Governo dos Srs. Coelho e Crato, em Maio de 2013, ao pretender aumentar o nosso horário de trabalho para 40 horas semanais, com reflexo directo na componente lectiva, e lançar para o desemprego mais uns milhares de professores, que levou as cúpulas sindicais a lançar mão daquilo que os Professores, há muito, nas escolas, exigiam – greve às avaliações.

Greve de grande dureza, na qual alguns dirigentes não acreditavam, mas que, ao fim de 3 semanas, trouxe a **Vitória aos Professores** – a primeira grande vitória, desde há muitos anos.

Todavia, algo se manteve igual – a falta de uma visão global dos problemas.

E esta é uma crítica fundamental a fazer à acção do SN – a ausência de uma visão estratégica para a luta sindical.

9 - AUSÊNCIA DE UMA ESTRATÉGIA SINDICAL CLARA – SUAS CONSEQUÊNCIAS

Desde sempre que o Grupo de Sindicalistas Independentes (GSI), tem vindo a defender, **no seio da FENPROF e dos seus Sindicatos**, a imprescindibilidade da existência de uma estratégia sindical de acção – única forma de responder eficazmente e com antecipação à política anti-educativa e anti-sindical que os diversos Governos têm, sucessivamente, posto em prática.

Também desde sempre tem sido notória a aversão das cúpulas sindicais da FENPROF (SN), à existência de planos de luta, nomeadamente quando estes prevêm greve às avaliações e (suprema heresia!) propõem a ratificação democrática das formas de luta – e dos acordos alcançados (ou a alcançar) com o ME.

Um exemplo: desde Novembro de 2007, que têm sido aprovadas, por diversas vezes, em Plenários sindicais, propostas para a realização de uma Conferência Nacional sobre o ECD, com Delegados eleitos, a qual teria como missão elaborar um Plano de Acção para enfrentar a ofensiva do ME.

Apesar de o Secretário-Geral da FENPROF, professor Mário Nogueira ter manifestado o seu apoio à concretização da Conferência, **o SN nunca mais falou no assunto.**

É claro que a ideia de uma Conferência deste tipo não agrada à maioria dos membros do SN.

Também todas as propostas que, desde há vários anos, têm vindo a ser, sucessivamente, apresentadas pelo Grupo de Sindicalistas Independentes/Autonomia Sindical para a adopção de um Plano de Luta Global, com objectivos claros e democraticamente ratificados pelos Professores, têm sido, sistematicamente, ignoradas pelo SN.

Ora, depois de Junho de 2013, ficou amplamente demonstrado, se tal ainda fosse necessário, que, quando as Direcções Sindicais (da FENPROF) assumem uma posição de combate decidido, em torno de objectivos claros e com formas de luta credíveis, a grande massa dos Professores se levanta e luta, decididamente, até à vitória.

E é esse capital de luta e de vitória, reafirmado em Junho de 2013, que temos de recuperar.

Recuperação indissociável da existência de um Plano de Luta, global, coerente e democrático.

Plano que terá de ter **objectivos claros e mobilizadores** da generalidade dos Professores:

- Reposição dos salários e pensões roubadas.
- Vinculação dinâmica dos professores contratados.
- Liquidação das tentativas de municipalização e privatização do Ensino Público.
- Descongelamento das Carreiras.

- Melhores condições de ensino nas Escolas – **máximo de 20 alunos por turma.**

10 - DEVOLVER O PODER AOS PROFESSORES – LUTAR PARA VENCER

Os Professores portugueses encontram-se, neste momento, na situação mais difícil de sempre.

Continuam a ser confrontados com o roubo dos salários e do tempo de serviço, com o bloqueio à progressão nas Carreiras, com a situação de desemprego e de precariedade de um terço da Classe docente, com condições de trabalho nas Escolas absolutamente insustentáveis.

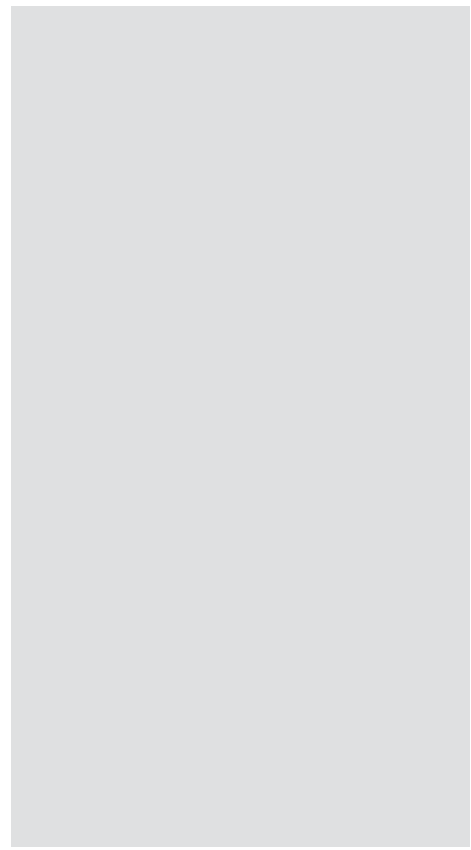
A superação desta situação exige a adopção de medidas fortes e eficazes. Exige um **Plano de Luta**, Global, Coerente e Democrático.

Plano que terá de adoptar uma **atitude reivindicativa realista**, face às novas condições existentes – mas que não poderá, de modo algum, hesitar na opção por formas de luta eficazes se, mais uma vez, nos quiserem negar a justiça que o nosso trabalho merece.

Plano cujas linhas gerais constarão de uma Moção de Estratégia que apresentaremos ao Congresso.

Plano cuja aplicação e resultados terão de ser democraticamente ratificados pelos Professores.

Por que é necessário Devolver o Poder aos Professores



Alteração aos Estatutos da Federação Nacional dos Professores – FENPROF

Proposta A

Subscrita pelo Secretariado Nacional da FENPROF e pelas direcções dos seus sete sindicatos

(...)

CAPÍTULO II

Dos objetivos, princípios fundamentais, democracia sindical e direito de tendência.

Artigo 5.º

A Federação visa reforçar os Sindicatos dos Professores na sua ação pelos seguintes objetivos:

a) Defender, por todos os meios ao seu alcance, os direitos, interesses e aspirações dos docentes, investigadores e técnicos de educação, adiante designados por professores.

(...)

CAPÍTULO IV

Dos sindicatos filiados na Federação

SECÇÃO I

Da filiação de sindicatos

Artigo 11.º

3- A decisão da aceitação da filiação é da competência do congresso, sob proposta do Conselho Nacional, acompanhada de pareceres do Conselho de Jurisdição e do Secretariado Nacional, que os fundamentarão em critérios de representatividade, de democraticidade e de defesa dos direitos e interesses dos professores.

4- A decisão de aceitação da filiação será tomada através de votação, devendo obter uma maioria qualificada de dois terços.

(...)

SECÇÃO IV

Do regime disciplinar

(...)

Artigo 21.º

As penas aplicáveis, para efeito do número anterior, são as seguintes:

a) Repreensão por escrito;
b) Suspensão temporária até 3 anos;
c) Expulsão, em caso de grave violação de deveres fundamentais.

(...)

CAPÍTULO V

Dos órgãos

SECÇÃO I

Dos órgãos da Federação

Artigo 23.º

1- Os órgãos da Federação são:

a) O Congresso;
b) O Conselho Nacional;
c) O Secretariado Nacional;

d) O Conselho de Jurisdição.

2- O órgão de direção da FENPROF é o Secretariado Nacional.

(...)

SECÇÃO II

Do congresso

Artigo 24.º

4- São delegados por inerência os membros do Conselho Nacional e do Secretariado Nacional

(...)

2- As decisões do congresso são tomadas por maioria simples de votos, exceto nos casos previstos nos presentes Estatutos.

3- Nas matérias referidas no número 4 do artigo 13.º, alínea c) do artigo 21.º e alíneas e), f), g) e h) do artigo 26.º, o congresso só pode deliberar por maioria qualificada de dois terços dos votos.

(...)

SECÇÃO III

Do Conselho Nacional

(...)

Artigo 31.º

(...)

3. A suspensão do mandato de membro do Conselho Nacional nos termos previstos no número 5 do artigo 38º não carece de qualquer comunicação e produz efeitos imediatamente após a ratificação prevista no número 2 do artigo 38º e no número 4 do artigo 42º.

Artigo 32.º

(...)

4- Não relevam para o limite previsto na alínea b), do número 1 do presente artigo, as faltas que resultem de licença parental, doença, internamento hospitalar, prestação de provas públicas e de avaliação, cumprimento de obrigações legais e serviço de exames e avaliação de alunos, desde que documentalmente comprovadas.

Artigo 33.º

(...)

3- A substituição de membros do Conselho Nacional eleitos em congresso, nos termos do artigo 29.º, números 2 e 3, faz-se pelos membros que se seguem na lista pela qual foi eleito o que perdeu ou cessou o mandato, à exceção da situação prevista no número 7 do artigo 38º.

4- A substituição de membros do Conselho Nacional que percam o mandato nos



termos do número 1 do artigo 32.º, terá efeitos imediatos.

(...)

Artigo 35.º

1- Compete ao Conselho Nacional:

a) Analisar e deliberar sobre a situação político-sindical na perspetiva da defesa dos interesses dos professores e do reforço do movimento sindical docente;

b) Apreciar a atividade da Federação entre congressos e definir as linhas de ação necessárias à concretização do Plano de Ação aprovado pelo congresso;

c) Aprovar, sob proposta do Secretariado Nacional, o plano anual e o orçamento, bem como o relatório e contas, de cada ano;

d) Aprovar, sob proposta do Secretariado Nacional, o regulamento do congresso;

e) Deliberar sobre as sanções disciplinares previstas no artigo 21.º dos presentes estatutos, sem prejuízo das competências de última instância do congresso previstas no artigo 26.º, alínea e) dos presentes estatutos;

f) Decidir sobre a adesão da Federação a organizações nacionais e internacionais de tipo superior, sem prejuízo da competência de ratificação do congresso prevista no artigo 26.º, alínea g), dos presentes estatutos;

g) Analisar todas as questões levadas a congresso, emitindo, caso entenda, parecer fundamentado;

h) Eleger e destituir o presidente do Conselho Nacional;

i) Convocar o congresso, nos termos do artigo 25.º, acompanhar a sua preparação e presidir, conjuntamente com outros órgãos, aos seus trabalhos;

j) Ratificar os regulamentos que desenvolvam e aprofundem as regras de funcionamento do Secretariado Nacional e do Conselho de Jurisdição, fixadas pelos presentes estatutos;

k) Organizar grupos de trabalho que dinamizem a reflexão em torno de questões e áreas específicas;

l) Proceder à substituição do secretário-geral nos termos dos números 7 e 8, do artigo 42.º;

m) Aprovar o seu regulamento de funcionamento.

(...)

Artigo 36.º

1- O Conselho Nacional reúne ordinariamente três vezes por ano e, extraordinariamente, nos termos do número 12 do presente artigo.

(...)

5- Se a natureza da matéria sujeita a votação for urgente, não consentindo o adiamento da respetiva deliberação, o desempate realizar-se-á nos termos do Código Civil.

6- Se, tendo a deliberação sido adiada e na reunião seguinte o empate persistir, o desempate realizar-se-á nos termos do Código Civil.

(...)

9- Sempre que numa primeira votação nenhum dos candidatos obtenha a maioria absoluta dos votos validamente expressos realizar-se-á uma segunda votação que terá como candidatos os dois mais votados na primeira votação, sendo eleito o candidato que obtenha o maior número de votos.

(...)

14- Os membros do Secretariado Nacional podem participar nas reuniões do Conselho Nacional, sem direito a voto.

15 – Os membros das direções dos sindicatos que compõem a Federação e os membros do Conselho de Jurisdição, quando convidados, podem participar nas reuniões do Conselho Nacional, sem direito a voto.

(...)

SECÇÃO IV

Do secretariado nacional

(...)

Artigo 38.º

1- Os 24 secretários nacionais referidos no número 2, do artigo 37.º, são designados pelas direções dos sindicatos filiados de entre os seus associados de acordo com a representatividade de cada sindicato, aplicando-se a regra de proporcionalidade a que aludem os artigos 17.º, número 2, e 29.º, número 4, dos presentes estatutos.

(...)

5- Dos 24 secretários nacionais referidos no número 1 do presente artigo, apenas 7 podem exercer simultaneamente funções de membro do Conselho Nacional, sendo que os restantes, se para tal tiverem sido eleitos ou designados nos termos do número 3 do artigo 29.º, suspendem funções no Conselho Nacional, imediatamente após a ratificação prevista no número 2 do presente artigo e no número 4 do artigo 42.º.

6- Os sete sindicatos filiados com maior representatividade associativa, calculada nos termos do número 2 do artigo 17.º e número 4 do artigo 29.º, indicarão um dos seus associados membro do Secretariado Nacional que exercerá também funções no Conselho Nacional se para tal tiver sido eleito ou designado nos termos do número 3 do artigo 29.º.

7- Os membros do Secretariado Nacional que, nos termos do número 5 do presente artigo, suspendem funções no Conselho Nacional são substituídos pelo candidato do mesmo sindicato filiado que se segue na lista pela qual foi eleito aquele que suspende o mandato.

8- A lista dos 24 secretários nacionais referida no número 2 do artigo 37.º será divulgada em Congresso em simultâneo com as listas candidatas à eleição do Conselho Nacional.

(...)

Artigo 41.º

(...)

4- Se a natureza da matéria sujeita a

votação for urgente, não consentindo o adiamento da respetiva deliberação, o desempate realizar-se-á nos termos do Código Civil.

5- Se, tendo a deliberação sido adiada e na reunião seguinte o empate persistir, o desempate realizar-se-á nos termos do Código Civil.

Artigo 42.º

1- (...)

4- a substituição de secretários nacionais nos termos do número anterior é sujeita a ratificação pelo conselho nacional, por votação secreta e por maioria simples, desde que algum dos membros do Conselho Nacional o requeira.

(...)

6- Os secretários nacionais cessam o seu mandato e são substituídos numa das seguintes situações:

a) A seu pedido e após comunicação ao secretário-geral;

b) Nos termos do número 3 do presente artigo.

(...)

Artigo 44.º

1- Compete ao secretariado nacional:

a) Representar a Federação em juízo e fora dele;

b) Administrar os bens e serviços da Federação, bem como gerir os seus fundos e contratar e dirigir o pessoal da Federação;

c) Dinamizar, em coordenação com os sindicatos filiados, a atividade sindical, tendo em consideração as decisões tomadas nas diferentes estruturas do movimento sindical docente;

d) Decidir sobre a gestão financeira e patrimonial da Federação;

e) Aprovar os regulamentos internos indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços da Federação;

f) Convocar conferências nacionais sobre temas específicos, aprovando a sua ordem de trabalhos e regulamento;

(...)

h) Decidir sobre formas de ação e de luta

a desenvolver no plano nacional, incluindo o recurso à greve, para defesa dos interesses dos professores e da educação;

(...)

SECÇÃO V

Do Conselho de Jurisdição

(...)

Artigo 46.º

(...)

5- Em caso de empate na votação o desempate realizar-se-á nos termos do Código Civil.

(...)

11- Não relevam para o limite previsto na alínea b), do número 7 do presente artigo, as faltas que resultem de licença parental, doença, internamento hospitalar, prestação de provas públicas e de avaliação, cumprimento de obrigações legais e serviço de exames e avaliação de alunos, desde que documentalmente comprovadas.



Seminário do Vilar (Porto) palco do 12º Congresso Nacional dos Professores

É já aí!

JOÃO BALDAIA (CN da FENPROF e Presidente da Comissão Organizadora do Congresso)

É já nos próximos dias 29 e 30 de abril que decorrerá, no Porto, o 12º Congresso Nacional dos Professores, sob o lema **“Valorizar a Profissão, Reafirmar a Escola Pública”**.

O Seminário de Vilar será o local que acolherá esta reunião do órgão deliberativo máximo da FENPROF. Situado num local privilegiado da cidade (próximo do Palácio de Cristal), esta estrutura oferece as melhores condições de trabalho aos delegados e convidados participantes. Para além de um excelente auditório, com capacidade acima dos mil lugares, o Seminário tem ainda um conjunto de espaços muito importantes para um bom funcionamento de todos os serviços necessários à realização do Congresso, bem assim como uma valência de hotel e de restauração. Para além destas características físicas, este local tem também uma já antiga ligação ao movimento sindical docente, uma vez que, entre outras, recebeu o 1º Congresso de Professores Aposentados, organizado pela FENPROF, e variadíssimas e significativas reuniões de professores e educadores, promovidas pelo SPN.

640 delegados

Este 12º Congresso Nacional dos Professores terá a participação de 640 delegados, sócios dos vários sindicatos constituintes da

FENPROF - os Sindicatos dos Professores da Região Açores (SPRA), no Estrangeiro (SPE), da Grande Lisboa (SPGL), da Madeira (SPM), do Norte (SPN), da Região Centro (SPRC) e da Zona Sul (SPZS). Destes 640 delegados, 555 serão eleitos e 85 por inerência (os membros do Conselho Nacional).

Significativo também é o número de convidados, nacionais e estrangeiros, correspondendo estes a mais de cinco dezenas de organizações de docentes de todos os cantos do mundo.

Dada a magnitude deste Congresso, o trabalho de instalação e funcionamento requer um número de trabalhadores (na sua esmagadora maioria funcionários da FENPROF e dos seus SP's) ao nível dessa dimensão. Serão cerca de 60, aqueles que com o seu empenho e dedicação darão um importante contributo para o êxito desta reunião magna.

Os trabalhos de preparação e organização do Congresso (da responsabilidade do Conselho Nacional, do Secretariado Nacional e das Direções dos Sindicatos filiados) já estão em andamento, tendo sido já tornados públicos o seu Regulamento de Funcionamento (JF nº 280, de novembro de 2015), bem assim como os Regulamentos regionais de todos os SP's para a eleição de delegados (JF nº 281, de fevereiro 2016).

O prazo para entrega de propostas globais sobre o Programa de Ação para o triénio 2016/2019 e sobre a revisão dos Estatutos da Fenprof terminou no passado dia 5 de fevereiro. A divulgação dessas propostas, bem como do Regulamento de Funcionamento do Congresso foi feita dentro do prazo estabelecido (5 de março). As propostas específicas de alteração e de adenda aos documentos referidos deverão ser enviadas aos respetivos Sindicatos até 16 de abril.

Segue-se a importante tarefa da eleição dos delegados em todos os sindicatos, com a realização de centenas de reuniões em escolas de todo o país, cujo resultado deve ser comunicado à Direção do respetivo Sindicato até 19 de abril. A regularização da inscrição de todos os delegados deverá ser feita até 22 de abril, junto do Secretariado Nacional da FENPROF.

Com a alteração do quadro político e com um governo do PS, apoiado em sede parlamentar pelos partidos à sua esquerda (BE, PCP e OS VERDES), abrem-se janelas de esperança quanto ao futuro.

O 12º Congresso Nacional dos Professores não pode ficar indiferente a esta situação e os delegados não deixarão de, após aprofundado debate nos dois dias de trabalho, apresentar propostas e conclusões que contribuam decisivamente para **“Valorizar a Profissão Docente, Reafirmar a Escola Pública”**. ●





A dois meses do 12.º Congresso da FENPROF e cem dias passados num novo quadro político, o Secretário Geral fala ao JF

Será que há uma mudança, de facto, nas políticas e na ação do governo, do ME/MCTES e da nova maioria parlamentar? E como se posicionam os professores e a FENPROF neste novo quadro?

Qualitativamente, o que mudou para os professores depois das últimas legislativas?

MN: Ainda pouco, mas não pouco importante. Foram tomadas medidas que fizeram cair algumas das provocações mais torpes do anterior governo aos professores. Também é de registar a reposição integral dos salários em 2016 e a eliminação em dois anos da sobretaxa de IRS. Outras medidas estão ainda por tomar, esperamos que para breve, como um regime justo de vinculação, o descongelamento das carreiras ou uma aposentação que tenha em conta o enorme desgaste dos profissionais.

Quais os pontos fortes da recomposição parlamentar?

MN: A perda da maioria PSD/CDS, pois a direita preparava-se para avançar com um programa de desmantelamento da Escola Pública de qualidade, impondo a chamada reforma do Estado. Hoje temos uma maioria diferente, que não tem por objetivo desmantelar a Escola Pública, ainda que sejam visíveis diversas contradições.

O que pode fragilizar esta solução governativa?

MN: As contradições a que me refiro antes. Por exemplo, ao não ser colocada na agenda

governativa a renegociação da dívida e a rejeição dos garrotes impostos pelo pacto orçamental, o governo e o próprio PS vão tecendo uma teia que já começou a tolher-lhes os movimentos, levando a que a prática se afaste de compromissos importantes.

Existe uma campanha para descredibilizar a FENPROF, colando-a ao novo ministro e à nova maioria?

MN: Penso que, com essa alegada colagem, a direita pretende descredibilizar o governo, nomeadamente a equipa ministerial da Educação. Um dos maiores adversários da atual maioria parlamentar, António Barreto, vociferando, afirmou que o ministro era o papagaio da FENPROF. Disse-o porque a equipa ministerial aprovou medidas que correspondem aos justos anseios dos professores. Honra-nos que esses anseios se confundam com as posições da FENPROF, mas o que fica dessa e de outras reações é o ódio que sentem pelos professores e também, porque há muitos interesses instalados, o medo de perderem poder e privilégios.

Que garantias têm os professores de que para a FENPROF o que interessa são as políticas?

MN: As de sempre. A FENPROF nunca se rendeu ou deixou embalar e resistiu, mesmo quando poucos o faziam. E não olhou a governantes. O que move a FENPROF são os direitos e interesses dos professores e a defesa da Escola Pública de qualidade, como tal, sempre as políticas contrariem essas posições estaremos na luta. A esse propósito, a proposta de Orçamento do Estado para 2016 foi um balde de água fria despejado sobre as expetativas de quem queria ver travado o ciclo de corte.

Vai baixar os braços e esperar para ver?

MN: Baixar os braços? Isso não é ação, nem sequer reação, mas inação. Não praticamos esse tipo de inércia.

Pondo um acento tónico na negociação, pode dizer-se que ela está a acontecer?

MN: Não. Houve diálogo e apenas um ténue processo negocial, se bem que importante, que levou à extinção das BCE. Da nossa parte, já apresentámos propostas ao ME para que se desenvolvam processos negociais sobre concursos e condições e horários de trabalho. Simultaneamente, esclarecemos que, entre outras, são prioridades da FENPROF o fim do processo de municipalização, a reversão dos processos de privatização ou reposição de um modelo de gestão democrática nas escolas.

Passados 90 dias não devia haver outros sinais mais claros de mudança?

MN: Em minha opinião, sinais há. Penso que tivemos o expectável. Não podemos, com a justa ânsia de concretizar outros ob-

jetivos, desvalorizar o que se obteve: fim da PACC, da requalificação, das BCE, do PET/Cambridge, dos exames dos 4.º e 6.º anos e, em termos mais gerais, reposição salarial que a concluir ainda em 2016 ou redução da sobretaxa de IRS e sua eliminação em 2017. Agora, claro, do que precisamos não é de mais sinais mas de medidas de fundo que ataquem os problemas na raiz.

Quais as matérias de intervenção prioritária? Ainda são as 12 medidas de resolução imediata?

MN: As 12 medidas estão, em parte, satisfeitas. Estamos, porém, a zero são nas que se referem ao ensino superior e à ciência. O ministro reuniu connosco em 6 de janeiro e, daí para cá, não deu mais notícias, o que não é bom. Quanto ao ministro da Educação, há problemas relacionados com condições de trabalho e organização dos horários de trabalho que esperamos ver resolvidos com o despacho normativo sobre a organização do próximo ano letivo...

A nível das condições de trabalho são muitas as queixas dos professores. O que é preciso mudar?

MN: Muita coisa. Percentualmente, a redução de professores, nos últimos quatro anos, triplicou a de alunos. Isso levou a que os professores que se mantêm nas escolas vissem muito agravadas as suas condições de trabalho, em particular os horários. Não com o aumento para 40 horas, mas com a manipulação do horário ao minuto e com o equívoco da distribuição das tarefas pelas diversas componentes a cumprir na escola. Propositadamente, foi instalada uma confusão que é útil à tutela e aos diretores, pois permite-lhes desregular a organização da atividade docente de acordo com as suas conveniências.

E o que vai a FENPROF fazer nesse domínio?

MN: Temos referido o problema em todas as reuniões nome e já apresentámos propostas concretas de normas a incluir no despacho sobre organização do próximo ano. À cabeça, entendemos que terão de se clarificar os conteúdos das diversas componentes do horário dos professores. A atual situação é insustentável e se nada se alterar teremos de ser veementes no protesto.

Voltando às alterações que entretanto foram introduzidas, a avaliação dos alunos tem sido uma das mais atacadas. A FENPROF interveio ativamente nessas mudanças?

MN: Emitimos parecer a pedido da comissão parlamentar de educação e ciência, discutimos o assunto na reunião com o ministro, ainda no mês de dezembro, e tivemos intervenção sobre a matéria em duas sessões plenárias do Conselho Nacional de Educação. Da primeira vez, ficámos em clara



Será através da luta que os professores continuarão a conseguir, não privilégios, mas medidas ajustadas à realidade da sua profissão. O nosso décimo segundo congresso terá a responsabilidade de discutir e decidir sobre a ação que iremos desenvolver e os seus objetivos.

minoría, da segunda o presidente acabou por retirar o parecer que lhe convinha. Foi significativo. O fim dos exames nos 4.º e 6.º anos foi importante – éramos quase os únicos na Europa – mas não bastam medidas avulsas. Há que repensar todo o modelo de avaliação dos alunos, tendo em consideração a escolaridade de 12 anos.

Há alterações ainda a fazer e novas medidas a concretizar neste plano, com destaque para a aferição? Para que serve esta aferição feita a meio dos ciclos?

MN: Aferir é diferente de submeter a exames. Os exames servem para registar dificuldades e punir em função das mesmas, podendo levar à repetição do que já foi feito, esperando-se que surja outro resultado. A aferição feita a meio dos ciclos serve para detetar problemas, elaborar diagnóstico, decidir e avançar, atempadamente, com medidas que contribuam para superar as

dificuldades.

É preciso que todos entendam que a aferição não é uma espécie de exame inconsequente. Neste novo quadro, é necessário que o poder confie nas escolas e na competência dos seus profissionais para resolver os problemas, disponibilizando recursos para esse efeito.

E as provas de aferição não correm o risco de avaliarem mais os professores do que os alunos?

MN: Não. As provas avaliarão o sistema, permitindo, se tudo correr com normalidade, perceber problemas e desajustamentos. Evidentemente que os professores não são agentes externos ao sistema... mas não se podem temer todos os processos avaliativos, pois a avaliação é fundamental à melhoria. A aferição dos não está associada à carreira dos docentes e se passasse a estar seria a sua perversão e uma apropriação ilegítima do processo. Se isso acontecesse, estou certo, a reação dos professores seria forte. Mas temos de partir para o processo sem fantasmas na cabeça.

Daqui não decorrerão alterações na carreira docente indesejáveis?

MN: Como já referi, seria a utilização da aferição para fins ilegítimos. Temos de estar atentos, claro, mas, repito, não podemos ver fantasmas em todas as esquinas. Até porque os fantasmas, por norma, não se veem, ainda que habitem algumas das vielas que se cruzam com o nosso caminho. Estar atentos sim, mas não obcecados.

O que é preciso recuperar, e como, no quadro da valorização profissional dos docentes?

MN: Desde logo, a progressão nas carreiras e a recuperação de todo o tempo de serviço roubado nestes anos. Serão igualmente importantes medidas que aliviem os professores da sobrecarga de trabalho a que estão sujeitos e que está associada aos absurdos e violentos horários de trabalho. Exigem-se também medidas que permitam o rejuvenescimento do corpo docente, o que significa a saída sem penalizações dos mais velhos. Outra questão a não esquecer é a necessidade de criar condições que ponham cobro aos atos de indisciplina que são parte do quotidiano das escolas. A melhoria das condições de trabalho nas escolas, a par da redução de alunos por turma, repercutir-se-á positivamente nesse problema.

A FENPROF teve importante relevância no quadro parlamentar em dois momentos essenciais: aposentação dos professores e a discussão da petição sobre precariedade no ensino superior. Quais os reflexos dessa intervenção?

MN: Ainda poucos. Temos mantido uma ação permanente junto da Assembleia da República e dos ministérios respetivos, mas, num

caso e em outro, todos dizem compreender a justeza das nossas posições, mas ainda nada fizeram para solucionar os problemas que existem. PSD e CDS, quando eram governo, assobiaram para o lado; na atual Legislatura, falta ao PS, nestas questões, convergir com os partidos à sua esquerda para dar a resposta necessária.

No caso da aposentação, sendo uma prioridade, quais os obstáculos que entendes existirem à concretização do objectivo da FENPROF?

MN: Acho que o principal obstáculo chama-se “Finanças”. Acredito que quem acompanha a Educação e está perto dos professores percebe perfeitamente o que se passa nas escolas e o nível de desgaste dos professores, mas, depois, quem realmente manda também na Educação é insensível a essa realidade, acabando a ditadura das finanças por impor a decisão. Teremos de exercer cada vez mais pressão sobre o poder e lutar cada vez mais por um regime excepcional de aposentação para os docentes.

E quanto ao ensino superior, é negativo que as três resoluções aprovadas sejam tão diferentes nos resultados?

MN: Pior seria não haver qualquer resolução, mas não facilita a solução. A resolução que foi apresentada pelo PS acaba por ser um “nim”. Seria desejável que, em sede de comissão parlamentar, se chegasse a uma posição convergente de leitura clara.

O que esperas que o parlamento seja capaz de realizar em matéria de estabilidade de emprego dos docentes do ensino superior e investigadores?

MN: Gostaria que o próprio governo tomasse a iniciativa de transpor a diretiva comunitária sobre a limitação dos contratos a termo, obrigando as instituições a integrarem nos seus quadros os docentes, onde incluo os leitores, e também os investigadores garantindo-lhes estabilidade e uma remuneração condigna. Contudo, se o governo não tomar essa iniciativa, e preocupa-me o longo silêncio do ministro depois da reunião de 6 de janeiro, continuaremos a pressionar a atual maioria parlamentar para que, naquela sede, tome as medidas adequadas.

Neste novo quadro político, que importância pode ser atribuída ao Conselho Nacional de Educação?

MN: O CNE terá sempre um papel importante na apreciação das questões da Educação, desde que não se transforme num órgão de suporte de políticas ou de combate a políticas. Acho que todos temos estado atentos ao que está a ser o papel do CNE. Assim continuaremos, intervindo quando necessário.

Condecorações, por Cavaco Silva, de Lurdes Rodrigues e Nuno Crato... Há

aqui alguma contradição?

MN: Absolutamente nenhuma. Enquanto ministros, foram os que mais atentaram contra a dignidade dos professores e mais e piores medidas penalizadoras lhes impuseram. Em alguns casos, mesmo contra a lei e os preceitos constitucionais, um criou a medida e o outro aplicou-a, como aconteceu com a PACC. Cavaco foi coerente também com ele mesmo nesta sanha contra os professores e quis deixar isso claro antes de sair da cena política.

A FNE tem surgido, aqui e além, com posições quase radicalizadas em relação a alguns aspetos da política educativa. O que a terá levado a mudar de posição?

MN: A mudança de governo, que mais poderia ter sido? Chega a ser curioso como hoje tomam posição contra medidas ou situações que antes calavam. E como reclamam por falta de diálogo ou negociação quando nunca atravessámos um deserto tão árido, também nessa matéria, como com o governo PSD/CDS. A não ser que houvesse outros níveis de conversa que desconhecíamos... De resto, e no que respeita ao ensino privado, tem assumido posturas que favorecem os patrões e muito penalizam os docentes; quanto ao ensino superior não se lhes conhece vida.

Isso significa que acabou qualquer possibilidade de agir em plataforma sindical?

MN: Não, necessariamente. A plataforma não é uma organização, mas um espaço que, por vezes, tem condições para se constituir em torno de determinado objetivo reivindicativo. Já juntou 11, 6 ou 8 organizações e dessa ação convergente não fazemos uma avaliação negativa. Portanto, essa é daquelas coisas que quando tiverem de acontecer, acontecerão.

O emprego e a sua qualidade são flagelos nacionais que não atingem só os professores. O que leva a crer que os professores terão um tratamento diferente de toda a administração pública?

MN: Nada me leva a crer, sobretudo se ficarmos à espera que o governo, por si só, tome medidas positivas específicas para os professores. Recordo que todas as medidas específicas que no passado foram tomadas – carreiras, horários, ingresso nos quadros ou outras – resultaram da nossa ação e luta. Será através da luta que os professores continuarão a conseguir, não privilégios, mas medidas ajustadas à realidade da sua profissão. O nosso décimo segundo congresso terá a responsabilidade de discutir e decidir sobre a ação que iremos desenvolver e os seus objetivos.

Qual o sentido a dar à ação dos professores e da FENPROF?

MN: A ação de quem trabalha e das suas organizações de classe tem um sentido único: a defesa dos legítimos interesses dos

“

O que move a FENPROF são os direitos e interesses dos professores e a defesa da Escola Pública de qualidade, como tal, sempre as políticas contrariem essas posições estaremos na luta.

trabalhadores, dos seus direitos e, no caso concreto dos profissionais da Educação, também a defesa de uma Escola Pública Democrática, isto é, de qualidade, para todos e inclusiva.

Achas que os professores portugueses já perceberam qual o importante papel que poderão ter em todo este processo?

MN: Sim, sempre perceberam e, por isso, em momentos decisivos, como aconteceu em 1989, em 2008 ou em 2013, mobilizam-se como poucos fazem. Pode, por vezes, parecer que andam distraídos – e há quem os procure distrair, de facto - mas quando está em causa o que é essencial da sua profissão ou ??????????????

O Congresso da FENPROF poderá marcar um outro ritmo na ação reivindicativa dos docentes portugueses?

MN: Não diria outro ritmo, pois o atual é um ritmo perfeitamente ajustado ao tempo que vivemos. Tivemos eleições, a direita que governava perdeu, há ganhos que os professores identificam com a sua luta e valorizam. E também há uma governação que ainda não saiu do adro. Penso que o congresso será a oportunidade de avaliar o que se ganhou, de restabelecer ou confirmar as prioridades e de decidir como agir para satisfazer as suas reivindicações. É o ciclo normal das coisas, não uma questão de ritmo.

Acreditas mesmo que poderá haver uma mudança?

MN: Se não acreditasse desistia. Acho, não só, que poderá, como a entendo inevitável. E como não devemos tapar os olhos à realidade, não pudemos deixar de reparar nos sinais interessantes que o início da Legislatura nos trouxe. Passar do que é interessante para o importante será ditado pelo rumo que se imprimir às políticas, sendo nossa obrigação contribuir para um novo rumo...

Como?

MN: Com propostas, com ação, com luta e, sobretudo, com uma grande confiança em nós mesmos e no facto de termos a razão do nosso lado. Se não acreditássemos nisso, baixávamos os braços e isso não faremos, pelas razões que já atrás referi. ●

Campanha Nacional aponta caminhos para a valorização do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Para travar e alterar o rumo de degradação que tem afetado o 1º Ciclo do Ensino Básico, a FENPROF realizou entre 3 de fevereiro e 1 de março a campanha nacional “1º CEB: caminhos para a sua valorização”.

O encontro com os jornalistas, em que foi anunciada a campanha, teve lugar em finais de janeiro na EB1 Mestre Arnaldo Louro de Almeida, na Praça Nuno Gonçalves, em Lisboa. Estiveram presentes professores do agrupamento e dirigentes da FENPROF, entre os quais o Secretário Geral, Mário Nogueira, o Coordenador Nacional do Departamento do 1.º Ciclo do Ensino Básico, Manuel Micaelo; Dulce Carvalho (SPGL) e Celeste Duarte (SPRC).

Mário Nogueira fez um balanço da situação que se vive hoje no setor e Manuel Micaelo (“é mesmo urgente respeitar a criança e dignificar os professores”) deu pormenores da campanha, que teve como momentos destacados as sessões realizadas em Matosinhos/Norte (3/02/2016), Coimbra/Região Centro (11/02), Sintra/Grande Lisboa (18/02), Funchal/R. A. Madeira (19 e 20/02), Évora/Zona Sul (23/02) e Ponta Delgada/R. A. Açores (1/03).



Em Matosinhos esteve em foco a constituição de turmas/alunos com necessidades educativas especiais. “É preciso dignificar e respeitar a criança e dignificar e respeitar o professor. Esta campanha visa exatamente esses objetivos. Os colegas do SPN tiveram a feliz ideia de vir para uma escola que não é muito habitual encontrar neste país, porque tem características completamente diferentes da esmagadora maioria: tem muitos anos de escolaridade e recebe alunos de todos os estratos sociais. É uma escola pública que nós defendemos. Nós defendemos a integração e a escola pública precisa de condições para dar resposta a todos”, referiu Manuel Micaelo.

O dirigente da FENPROF acrescentou que a ideia é dar voz aos que sabem o que se passa no setor. “Quem sabe o que se

passa nas escolas são os auxiliares, são os professores, são os coordenadores de departamento, são os vereadores da Educação, são os autarcas em geral. E precisamos da opinião de todos para levar isto à sociedade. A escola precisa da sociedade, mas a sociedade também precisa da escola.”

“Muitas vezes, parece que essa organização depende menos daquilo que é a exigência pedagógica de responder aos alunos e mais das disponibilidades financeiras ou dos recursos”, o que significa que há cada vez mais diferenças entre as escolas”.

“É importante registar que, concluída a governação do anterior Executivo, com o ministro Nuno Crato, o insucesso escolar no Ensino Básico voltou a aumentar, o que não se verificava nos últimos anos”, referiu Mário Nogueira. “Nós queremos inverter isso e pensamos que hoje há condições políticas para tal.”

Se é verdade que o investimento em qualidade tem de prever um aumento significativo do Orçamento do Estado na rubrica Educação, há contudo aspetos de ordem organizativa que poderiam, havendo uma reconfiguração dos processos de administração do sistema educativo, corrigir erros, estabelecer uma maior ligação e ação solidária entre os membros da comunidade educativa, estabelecer os aspetos científico-pedagógicos como prioridade nos atos de gestão e reforçar a participação de todos nas decisões, promovendo a universalidade do acesso, a democracia nas escolas, a qualidade das aprendizagens e a melhoria das condições de exercício da profissão docente.

Esta foi uma das mensagens em destaque na conferência de imprensa realizada no dia 11 de fevereiro em Coimbra. O encontro com a comunicação social teve lugar na EB1 n.º 16 (Bairro Norton de Matos) e contou com a participação de Mário Nogueira e de Manuel Micaelo. Também presente Helena Arcanjo, professora do 1.º CEB naquela escola, especialista na área da direção e gestão, temas salientes da sua intervenção.

Para Helena Arcanjo, no novo quadro parlamentar “é pertinente que o atual regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de gestão e as suas perversidades sejam novamente

recolocadas na agenda da política educativa.”

No documento divulgado aos profissionais da comunicação social, a propósito da gestão democrática das escolas (“condição para favorecer a melhoria da qualidade da oferta educativa e uma maior participação de todos na resolução de problemas”), a FENPROF refere em jeito de nota introdutória que “muitos dos problemas por que passa o sistema educativo estão relacionados com o seu subfinanciamento, muito embora não seja apenas nesse plano que deva ser avaliada a situação da Educação em Portugal.”



Debate nacional

A FENPROF retoma, por isso, a exigência de abertura de um debate nacional com vista à alteração do regime de direção e gestão em vigor, para que haja mais democraticidade, maior participação da comunidade educativa, prevalência dos aspetos de natureza pedagógica sobre os de natureza administrativa, total elegibilidade dos órgãos e obrigatoriedade de colegialidade na sua constituição, bem como o reforço da autonomia das escolas e dos níveis de descentralização, atribuindo às escolas uma verdadeira autonomia na gestão pedagógica, do currículo e dos processos de Ensino e aprendizagem.

A defesa que a FENPROF faz de que seja aprovada uma lei de financiamento das escolas e jardins de infância decorre da necessidade de se definirem critérios para a elaboração dos orçamentos que protejam a qualidade e corrijam a incapacidade de prestação de um bom serviço público de educação e ensino.

Para a FENPROF é fundamental:

- O reforço da participação dos docentes, em geral, nas decisões das escolas/agrupamentos;
- A elegibilidade de todos os órgãos;
- O caráter coletivo de todos os órgãos

responsáveis pela direção das escolas/agrupamentos, integrando, no caso do órgão de direção, docentes de todos os níveis de ensino;

- A prevalência de critérios de natureza pedagógica nas decisões pertencentes à escola/agrupamento;

- O reforço do papel do conselho pedagógico e dos restantes órgãos intermédios de gestão educativa;

- Redimensionamento das superunidades orgânicas hoje constituídas e que tornam ingovernável, do ponto de vista educativo, tantas escolas, tantos alunos e tantos professores e pessoal não docente.



É fundamental dar a conhecer a realidade do 1.º CEB. Os problemas não se podem (nem devem) esconder. Têm que se enfrentar e resolver. Esta foi uma das mensagens que **destacamos da ação realizada no passado dia 18 de fevereiro na Escola Básica Dr. António Torrado em Aqualva/Mira – Sintra.**

A iniciativa da FENPROF contou com a participação de professores da Escola, do Secretário Geral da FENPROF, Mário Nogueira, do vice presidente e vereador da Educação da Câmara Municipal de Sintra, Rui Pereira, do diretor do Agrupamento de Escolas, Luís Henriques, do presidente da Junta de Freguesia de Aqualva/Mira-Sintra, Carlos Pereira, do diretor do departamento de Educação da Câmara Municipal de Sintra, Frederico d'Eça, de Dulce Carvalho, coordenadora do 1.º CEB do SPGL e Manuel Micaelo.

Nesta iniciativa foi dado relevo à desadequação da organização dos horários no 1.º CEB, em diversas vertentes: horário dos alunos; horário de trabalho dos docentes; organização das AEC; horário de Inglês curricular (3.º ano de escolaridade); e a coadjuvação.



O SPZS/FENPROF realizou no **passado dia 23 de fevereiro uma conferência de Imprensa** subordinada ao tema “A Escola a tempo inteiro e o aumento da carga horária dos alunos do 1.º CEB”, na **Escola do 1.º Ciclo do Rossio (Évora)**. A iniciativa contou com a participação do Secretário Geral e coordenador nacional do 1.º CEB.

As AEC transformaram a escola numa “prisão”, onde os nossos alunos depois de um dia de atividades letivas têm os tempos, que supostamente seriam livres, também eles escolarizados. A agravar este problema, em muitas escolas estas atividades decorrem de forma intercalada com as atividades curriculares, empurrando a lecionação das áreas curriculares disciplinares para o final do dia. O aumento da carga horária dos alunos tem, conseqüentemente, impacto negativo nos níveis de atenção e no aumento da indisciplina.

Participaram também nesta ação Manuel Micaelo e o Presidente do SPZS, Manuel Nobre, entre outros dirigentes sindicais. O tema da conferência de Imprensa foi abordado por Joaquim Oliveira, docente da E.B.1 do Rossio.

No **dia 19 de fevereiro**, no Funchal a **abertura do seminário “A Escola a Tempo Inteiro (ETI): e se houvesse ventos de mudança?... Lançar sementes para o futuro”** esteve a cargo de **Francisco Oliveira**, coordenador do SPM, que aproveitou a ocasião para denunciar a perda constante e acentuada de professores no sistema de ensino na Região Autónoma da Madeira, o que deixa o sindicato desassossegado.



Os dados recentes da Direção Regional de Estatística não deixam margem para dúvida: os professores são os mais descartados na Função Pública da RAM desde o início da crise e dos planos austeridade ou de agressão ao povo português e madeirense. Em quatro anos, a Função Pública regional perdeu 1.736 ativos, 65% destes na Educação, setor à custa do qual se têm feito mais cortes nos recursos humanos.

O sindicalista afirmou que os professores estão «preparados para tomar decisões e um rumo». O SPM não tem ainda uma posição formal e oficial sobre o alargamento da ETI ao 9.º ano, mas isso acontecerá

amanhã, após o debate nos dois dias do seminário.

Contudo, deixou um sinal: «defendemos uma educação global e precisamos, para isso, de condições nas escolas para os professores poderem concretizar o que é decidido pelos governos.» Reconhece que o alargamento da ETI é uma questão estruturante e que motiva opiniões e posições diferentes, pelo que aconselhou mais razão e menos emoção na abordagem do tema.

Teve depois lugar o painel I sobre o “Enquadramento e avaliação do atual modelo de funcionamento das Escolas a Tempo Inteiro” com os preletores Lúcia Fernandes e Francisco Santos, ex-secretário regional da Educação. Moderou Margarida Fazendeiro, vice-coordenadora do SPM.

No dia seguinte, os trabalhos iniciaram-se com o painel II em que será feita a “Apresentação, discussão e definição das linhas orientadoras para um novo modelo” alternativo à Escola a Tempo Inteiro, com Ariana Cosme e Carla Teixeira. A moderação esteve a cargo de Lucinda Ribeiro, dirigente do SPM. Rui Trindade fez a conferência de encerramento, analisando “a Escola e os seus compromissos sociais: Contributo para um debate que se quer mais urgente do que apressado”.



A campanha nacional “1.º CEB: Caminhos para a sua valorização” **afechou a 1 de março (já com o JF nas máquinas) na Região Autónoma dos Açores, com uma sessão na Escola Básica do 1.º CEB da Fajã de Baixo, na ilha de São Miguel.** Tema em foco: condições de trabalho e de exercício da profissão. Joaquim Loureiro, delegado sindical, abordou o assunto. | JPO, Manuel Micaelo, Maria João Leite e Nélcio de Sousa ●

1º CEB

Apontamentos de uma campanha

Desinvestimento

O 1.º Ciclo do Ensino Básico, primeira etapa do ensino obrigatório, é essencial no percurso escolar dos alunos. É nele que estes adquirem conhecimentos, desenvolvem capacidades e constroem competências básicas que se manifestarão fundamentais no futuro de cada um, como assinala a FENPROF.

Apesar disso, como sublinhou Mário Nogueira na conferência de imprensa de apresentação da campanha, os governos, em particular o de Passos/Portas, desinvestiram completamente neste setor de ensino que hoje vive problemas gravíssimos de organização pedagógica e de capacidade de resposta face às crescentes solicitações com que se confronta.

5 000 escolas encerradas

Os últimos anos foram marcados...

- pelo encerramento de mais de 5 000 escolas do 1º CEB
- pelo retorno das turmas com diversos anos de escolaridade
- pela perda de apoios necessários a milhares de crianças
- por uma organização pedagógica desregulada
- por horários de trabalho (de professores e alunos) desfeitos pela gula economicista do governo anterior
- por um regime de coadjuvação que não o é nem deixa de ser
- pelos mega-agrupamentos que tudo esmagam e por um desrespeito enorme do poder político e de muitos dos chamados superiores hierárquicos em relação aos docentes deste setor.

Chamar a atenção

Hoje - havendo uma equipa ministerial na Educação que tem demonstrado sensibilidade pelos problemas e resolvido alguns - mais se justifica ainda que se denunciem os problemas do 1.º Ciclo, que têm vindo a agravar-se, num cenário profundamente marcado por sucessivos cortes orçamentais. É tempo de chamar a atenção para o que se passa no 1.º Ciclo e se lute pela sua resolução. Não apenas em nome dos professores, mas, essencialmente das crianças que são vítimas de políticas que as desrespeitam.

Foi com esse objetivo que a FENPROF avançou com a Campanha Nacional "pela valorização do 1.º Ciclo" - "quase uma campanha SOS". ●

FENPROF realiza conferência sindical internacional

MANUELA MENDONÇA (membro do SN da FENPROF)



cebidos para melhorar a educação pública, para introduzir os princípios e ideais de educação progressista nas escolas frequentadas pela maioria das crianças; eles foram o principal instrumento, não só protegendo os professores de abusos individuais, mas também na oposição às tentativas dos políticos de usarem o sistema escolar público em seu benefício".

É tendo presente esta herança que certamente se equacionarão os grandes desafios com que hoje nos confrontamos, nos planos nacional e internacional, nomeadamente os que se prendem com o combate a lógicas de privatização da educação, que querem transformar um direito humano básico num bem transacionável e numa apetecível área de negócio.

Estamos certos de que, à semelhança do que aconteceu nas conferências internacionais anteriormente realizadas, esta será também um enriquecedor espaço de partilha de pontos de vista e de diferentes experiências, assim como um gratificante espaço de encontro dos convidados internacionais com quadros da FENPROF. ●

O 12º Congresso Nacional dos Professores contará com um número significativo de delegações estrangeiras. Cerca de 50 organizações de mais de 30 países (da Europa, África, América do Norte, América Central e América Latina, Ásia e Oceânia) confirmaram já a sua presença neste congresso. Este facto é demonstrativo não apenas da importância que a FENPROF atribui à ação e solidariedade internacionais, mas também das boas relações de cooperação que, desde a sua fundação, vem mantendo com muitas organizações de todo o mundo.

Aproveitando a presença de tantos convidados estrangeiros, e face à impossibilidade de dar a palavra a todos durante o congresso, a FENPROF realiza, no dia anterior, uma conferência sindical internacional. Este ano o tema escolhido para a conferência é "Um sindicalismo progressista ao serviço da educação para todos" - um tema que releva o papel dos sindicatos de professores na defesa não apenas dos interesses sócio-profissionais dos docentes, mas também do direito a uma educação inclusiva e de qualidade, que só a escola pública pode garantir a todos.

Como afirmou John Dewey - uma das principais referências da educação progressista na primeira metade do século XX -, os sindicatos dos professores "estiveram na vanguarda de todos os movimentos con-



Tem a Palavra...

ANTÓNIO TEODORO*

"Defendo que a escola deve ser uma escola da exigência. E quanto mais democrática é a escola, maior deve ser a exigência. A escola tem de ser exigente e as camadas populares têm o direito a aceder à beleza do conhecimento que foi construído na filosofia, na matemática, na grande música. A ideia de que a escola pública é uma escola de mínimos, que o pensamento conservador traz, com a ideia de um currículo básico, tem de ser ultrapassada."

* Antigo Secretário Geral da FENPROF, docente universitário, investigador (da entrevista ao Diário de Notícias, 22/02/2016)

Em defesa da água pública: luz verde ao fundo do túnel

Em resposta à ofensiva contra a água pública desencadeada nas últimas duas décadas, agravada brutalmente nos últimos quatro anos pelo governo PSD/CDS, o MSU - Movimento Sindical Unitário, as populações e vários eleitos locais, mobilizaram-se de forma crescente em defesa do direito à água e da gestão pública, assumindo um papel decisivo no combate às privatizações/concessões no sector. Lutas que, com os sindicatos à cabeça, tornaram clara a existência de condições na sociedade portuguesa para criar um movimento que juntasse os esforços que os trabalhadores e as populações vinham desenvolvendo, muitas vezes de forma isolada, contra a privatização.

É nesse contexto que, no seguimento de experiências anteriores, e perante a intenção do governo PSD/CDS de privatizar o grupo Águas de Portugal, foi lançada em Julho de 2011 a Campanha “Água é de todos”, movimento que agrega mais de cem organizações, desde Sindicatos da CGTP-IN, Autarquias, Associações, Movimentos Sociais e Comissões de Utentes. É lançada uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos (ILC), «Protecção dos direitos individuais e comuns à água», visando consagrar na lei o direito à água e ao saneamento; assegurar a protecção das funções sociais, ecológicas e económicas da água e garantir a propriedade e gestão pública dos serviços e infra-estruturas, contra a privatização. A enorme adesão, expressa em mais de 44 mil assinaturas, no apoio manifestado por dezenas de personalidades, dirigentes sindicais, eleitos autárquicos, professores, investigadores, artistas, dirigentes associativos, confirmaram que esta é uma ampla e profunda exigência da sociedade portuguesa.

Como é sabido o Projeto de Lei n.º 368/III «Protecção dos direitos individuais e comuns à água» foi chumbado pela Assembleia da República, em Outubro 2014, com os votos contra do PSD e CDS, tendo os restantes partidos, PS, PCP, BE e “Os Verdes” votado favoravelmente. A maioria de direita impunha a sua vontade, mas ficava isolada. Por esses dias, o combate às privatizações/concessões dos serviços de água, cuja distribuição em «baixa» permanece maioritariamente sob gestão directa dos municípios, fruto desse mesmo combate, registava vitórias impor-



tantes com a derrota da privatização em diversos concelhos como na Nazaré e em Loures-Odivelas, aqui, após uma prolongada e corajosa luta dos trabalhadores e populações que rompeu o bloqueio mediático.

A seguir e em 2015, para vencer a resistência popular e perante o desastre das privatizações/concessões dos serviços municipais, como o Tribunal de Contas comprovou e o caso de Barcelos ilustra de forma exemplar, localidade que estuda agora a remunicipalização, o anterior governo PSD/CDS-PP avançou já no final da legislatura com a chamada «reestruturação do setor das águas», impondo a fusão dos sistemas criados em parceria com os municípios, ou seja, promovendo a concentração de capital, de clientes e volume de negócios com o objectivo de entregar a exploração da água aos privados como aconteceu no sector dos lixos, com a privatização da EGF. E é para garantir a rentabilidade do negócio que o Governo transferiu para a Entidade Reguladora, a ERSAR, a competência pela fixação dos preços para impor um aumento generalizado dos preços da água. É pois claro que deste processo, a não ser revertido, resultarão preços mais elevados, piores serviços, redução do número de trabalhadores e agravamento da exploração laboral.

Como assinala o Departamento para o Desenvolvimento Sustentável da CGTP-IN, o resultado das eleições legislativas de 4 de outubro passado, para o qual contribuíram certamente os combates travados estes anos em todo o território português em defesa da água pública, constituiu uma derrota clara da privatização e abriu perspectivas de efectivação dos objectivos pelos quais lutamos: a consagração do direito humano fundamental à água e ao saneamento; a protecção das funções sociais, ecológicas e económicas da água e a interdição da privatização e mercantilização dos serviços públicos, das infraestruturas públicas e do domínio público hídrico.

“

É para garantir a rentabilidade do negócio que o Governo transferiu para a Entidade Reguladora, a ERSAR, a competência pela fixação dos preços para impor um aumento generalizado dos preços da água.

Petição

A criação de um grupo de trabalho no seio da Comissão de Ambiente, da Assembleia da República, para apresentar um texto comum sobre o “não à privatização da água”, na sequência das propostas apresentadas pelo Partido Ecologista “Os Verdes” e pelo PCP contra a “mercantilização do abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos”, projetos que, recorde-se, foram chumbados na legislatura anterior com os votos do PSD, CDS e PS, sinaliza a mudança e a possibilidade de fechar as portas à privatização.

Tal como é indispensável reverter muitas das medidas que foram concretizadas, pelo que a petição “Em defesa dos serviços públicos de água, saneamento e resíduos” promovida pelo STAL, SITE e STML, Associação Água Pública e Movimento de Utentes, ganha importância acrescida, pelo que é necessário recolher o maior número de assinaturas e assim reafirmar a exigência de construção de serviços públicos de qualidade para todos, como condição de desenvolvimento, justiça social e democracia. ●

+ INFO

<http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT79976>



FENPROF na Plataforma em Defesa da Cultura

Serviço público de cultura, trabalho com direitos!

Como destaca o comunicado conjunto, enfrentamos há décadas uma política de destruição do país, da cultura e das vidas das pessoas, que conduziu a uma situação de prolongada crise da actividade cultural e do tecido social que a dinamiza. Esta crise tem origem numa longa série de opções de sucessivos governos por uma política de desprezo pelo papel vital da cultura no corpo da sociedade e da democracia; uma política de grosseiro sub-financiamento, desestruturação e desqualificação dos serviços e das funções culturais do Estado; de aguda mercantilização e privatização de bens e funções públicas; de ataque à dignidade e consistência do trabalho dos profissionais da cultura e das artes; e de incumprimento da Constituição da República Portuguesa, no que toca às responsabilidades do Estado em prover os meios que garantam o acesso dos cidadãos à criação e à fruição da cultura.

Esta crise, acrescida, traduz-se numa redução drástica da actividade cultural em geral; na degradação das condições em que esta se realiza; no definhamento das estruturas e forças que suportam a actividade cultural; no bloqueamento acentuado da produção nacional nas redes de difusão, distribuição e apresentação; na séria limitação da liberdade e diversidade culturais; na alienação e destruição de obras e de património; na redução de rendimentos e direitos laborais dos profissionais; na extrema

precariedade dos vínculos, na generalização do recurso a recibos verdes, no desemprego e sub-emprego, no encerramento de estruturas e serviços, no abandono, por vezes definitivo, da actividade cultural e na emigração; na amputação das oportunidades de uma geração inteira, um buraco negro no património do futuro.

As organizações lembram que o novo quadro político saído das eleições legislativas de 4 de Outubro de 2015 gerou justas expectativas de que há condições para contrariar este rumo e incluir a Cultura numa estratégia de desenvolvimento social, reconhecendo-lhe o valor que ela detém na sociedade, investindo numa efectiva democratização do acesso à Cultura e mobilizando os meios necessários para essa democratização e para a qualidade da actividade cultural e artística no nosso país.

Para esse novo quadro político contribuiu certamente a ação desta plataforma e das suas organizações subscritoras, designadamente com a realização da primeira luta em defesa da Cultura como um todo e da primeira manifestação em defesa de outra política para a Cultura, como a realizada em Lisboa, a 9 de junho de 2015, lê-se noutra passagem.

Apreensões

Décadas de política de compressão do valor da Cultura na política governativa e nos orçamentos do Estado, agravados com a

política de austeridade praticada nos últimos dez anos, afetaram duramente a intensidade e qualidade da atividade cultural, destruíram projetos e programas longamente construídos e debilitaram gravemente o tecido cultural. Só uma estratégia forte, sem adiamentos nem álibis, e munida dos meios necessários conseguirá, a médio prazo, impedir o agravamento irreversível desta catástrofe, alerta a plataforma em defesa da cultura, que acrescenta:

“Mantém-se portanto o receio de que as pressões, internas e externas, permaneçam como justificação para a continuação da política de austeridade, e consequentemente para a política de redução dos meios orçamentais necessários ao efetivo resgate da pujança e da liberdade cultural no nosso país. Esperar-se-ia, da parte do Governo, que evidenciasse que a Cultura não mais ficará refém de “outras prioridades”. No entanto, em declarações e actos, os sinais não apontam neste sentido. Entre esses sinais está certamente a decisão de promover o Secretário de Estado a Ministro da Cultura, mas sem ministério nem orçamento próprio.”

A Plataforma Cultura em Luta age com a convicção de que é urgente o exercício da cidadania, a ação pública de exigência, um gesto determinado que, à barragem da austeridade, da política do inevitável e da resignação, responda com a afirmação da alternativa, da democracia e do futuro, com a reivindicação de outra política para a Cultura.

“Assim, afirmamos a exigência, sem adiamentos, de uma política para a Cultura assente nos seguintes eixos:

- Cumprimento do direito constitucional à cultura e das obrigações do Estado que ele implica;
- Criação de condições de participação de todos na prática cultural, exercício do direito de todos à criação;
- Definição de um serviço público de cultura em todo o território nacional;
- Criação de condições efetivas de difusão, distribuição e apresentação da produção nacional;
- Defesa do vasto património à nossa guarda, salvaguarda do património ameaçado e promoção da acessibilidade e divulgação;
- Defesa e preservação da documentação arquivística e promoção do livre acesso dos cidadãos à informação pública;
- Defesa do trabalho com direitos na Cultura, contra a precariedade e o trabalho não-remunerado;
- Reconhecimento efetivo do valor sem preço da Cultura, recusando a sua mercantilização generalizada;
- 1% para a Cultura – 1% do OE, como patamar mínimo, 1% do PIB como patamar a alcançar gradualmente – a garantia, em sede de Orçamento do Estado, de condições para um serviço público de Cultura, de condições para a liberdade e a diversidade culturais.” ●

Fotografia

Wolfgang Tillmans: *No limiar da visibilidade*

Até ao próximo dia **25 de abril**, pode ser visitada em Serralves (Porto) uma exposição com trabalhos de Wolfgang Tillmans (1968, Remscheid). Trata-se do primeiro certame do prestigiado artista alemão no nosso país.

Em Serralves, presta especial atenção ao que descreve como as suas “Paisagens Ver-

taicais”, fotografias dos fenómenos naturais da luz quando o dia encontra a noite, o céu encontra a terra, a nuvem encontra o céu. Datadas de 1995 ao presente e impressas em escalas que vão das dimensões fotográficas standardizadas à expansão panorâmica de quatro metros, as fotografias traduzem o potencial expressivo do apurado formalismo visual de Tillmans e o compromisso do artista com a fotografia tão inerentemente físico

quanto imaterial. Na sua beleza perturbadora, produzida em parte pelos avanços técnicos dos fabricantes de câmaras, em parte pela insistência dos fotógrafos em permitir que esses avanços se vejam, criam um desafio aos cânones do “cool”, dominante na cultura visual dos nossos dias. “Wolfgang Tillmans: No limiar da visibilidade” é organizada pelo Museu de Arte Contemporânea de Serral-

ves e comissariada por Suzanne Cotter, diretora, com a assistência da curadora Paula Fernandes.

World Press Photo 2015: fotógrafo português é um dos vencedores

Entre os vencedores do World Press Photo 2015, está um português. O fotógrafo Mário Cruz, da Agência Lusa, conquistou o primeiro prémio na categoria Temas Contemporâneos com um ensaio fotográfico realizado no Senegal e na Guiné-Bissau que retrata uma forma de escravatura contemporânea dos talibés, meninos entre os 5 e os 15 anos que vivem em escolas islâmicas e que mendigar pelas ruas para poderem estudar.

As fotografias de Mário Cruz, que trabalha na Agência Lusa desde 2008, foram publicadas na revista norte-americana Newsweek e testemunham as condições em que vivem algumas das crianças que são exploradas numa rede criminosa de exploração infantil. ●

Fotografia, vídeo e som
Exposições em Guimarães

Começou no passado dia **27 de fevereiro**, no Palácio Vila Flor e no Centro Internacional das Artes José de Guimarães, o 1º

ciclo expositivo de 2016. Até junho podem ser visitadas as exposições “Still There”, de Carlos Lobo, uma vasta mostra de fotografias efetuada pelo artista no Líbano, durante o ano de 2011 e as individuais de Rui Toscano, Francisco Janes e João Grama, que constituem “três singulares e poderosas visões do mundo e de modos alternativos de existência.”

Nestas exposições, os artistas usam meios semelhantes – a fotografia, o vídeo e o som – “para abordar, documentar e construir universos utópicos de pequena ou grande escala, em que as dimensões do tempo e do espaço são expandidas e transformadas e tornam-se material para a perceção do espetador”. Foi também inaugurada a nova montagem da coleção permanente do Centro Internacional das Artes José de Guimarães. ●

Museu da Eletricidade
Um serviço educativo com intensa atividade

O Serviço Educativo do Museu da Eletricidade tem uma programação de ateliers, visitas e oficinas pensado especialmente para as escolas. A missão é motivar os alunos que visitem o museu, enriquecer a sua experiência e fomentar a sua ligação com a Ciência e Arte, suscitando o pensamento criativo e diferentes formas de apropriação e construção do conhecimento. Conhecer, sentir, experimentar, pensar, criar e refletir é o mote, assentes em duas áreas distintas, Ciência e Arte, mas em constante contaminação. Para marcações e mais informações: entre em contacto com o museu pelo telefone: 21 002 81 90/30. visitem o museu, enriquecer a sua experiência e fomentar a sua ligação com a Ciência e Arte, suscitando o pensamento criativo e diferentes formas de apropriação e construção do conhecimento. Conhecer, sentir, experimentar, pensar, criar e refletir é o mote, assentes em duas áreas distintas, Ciência e Arte, mas em constante contaminação. Para marcações e mais informações: entre em contacto com o museu pelo telefone: 21 002 81 90/30. ●

**Rádio**
“Cinco Minutos de Jazz”:
venham mais 50...

Um exemplo de dedicação ao jazz, o programa de José Duarte comemorou, em fevereiro de 2016, 50 anos de emissão na rádio portuguesa (o primeiro foi para o ar em 21 de fevereiro 1966). Vencedor do Prémio de Melhor Programa de Rádio da SPA em 2014, “Cinco Minutos de Jazz” está desde 1993 na Antena 1 e tem sido uma força dinamizadora do jazz, com uma audiência sempre a crescer. A comemoração destes 50 anos de trabalho do programa diário mais antigo da rádio portuguesa tinha que incluir jazz, ao vivo. E foi o que aconteceu em cinco concertos realizados no Hot Clube de Portugal, à Praça da Alegria, e no Teatro Académico Gil Vicente, em Coimbra, com alguns convidados especiais como Jerry González e Steve Potts. | JPO ●



administração e gestão das escolas

por uma escola democrática

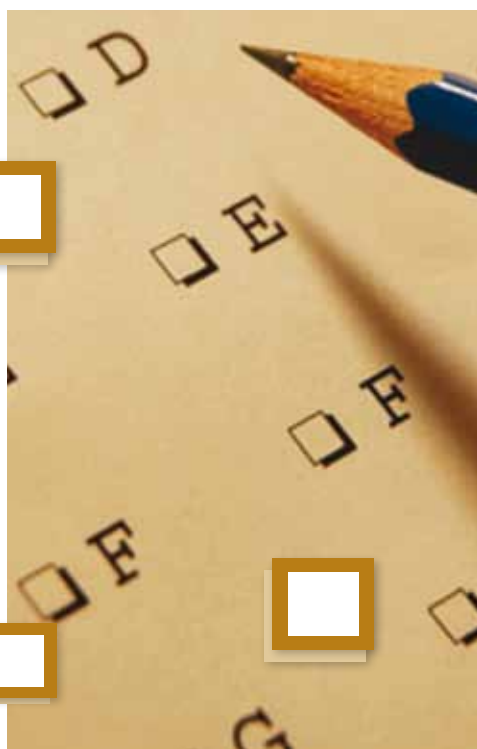


Escola Secundária
D. Pedro V

12 março 2016
10h às 13h

debate com a participação de
Licínio Lima
Manuela Mendonça

encerramento
Mário Nogueira



FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA



Federação Nacional dos Professores
www.fenprof.pt

